

PRINCÍPIOS

QUAL O
FIM DESSA
ESTÓRIA?



Veronika



PRINCÍPIOS

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Rogério Lustosa

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
Jorge Bermudes
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Irasson Cordeiro Lopes
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
José Carlos Ruy
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Revisão
Sueli Scutti

Diagramação
Adélia Cukauskas

Neste número colabora ainda
Eduardo

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Editoração Eletrônica
Compart - (011) 36-0412

Publicação da
Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar
São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

I N D I C E

Não se faz política com régua e compasso. É tarefa complexa com marchas e contra-marchas. Tanto no capitalismo como no socialismo as etapas são leis objetivas. Esta edição aborda as teses de capitalismo de Estado e de social-imperialismo. E estuda que tipo de partido político o proletariado necessita.



IMENSA OBRA HISTÓRICA	3
ETAPAS ECONÔMICAS NO SISTEMA SOCIALISTA João Amazonas	4
SOBRE A NATUREZA DAS SOCIEDADES NO LESTE Luís Fernandes	9
CRISE NA URSS REDEFINE FORÇAS POLÍTICAS Rogério Lustosa	17
HOUVE SOCIALISMO NA UNIÃO SOVIÉTICA? Renato Rabelo	22
QUAL PARTIDO? Loreta Valadares	27
CONVIVÊNCIA DIFÍCIL COM A SOCIAL-DEMOCRACIA Sérgio Barroso	36
MUDANÇA TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO DO OPERÁRIO Lucília Machado	42
ASCENSÃO E QUEDA DO FORDISMO Luís Paulino	49
MÍDIA: UM PODER MAIOR QUE O DE HITLER Pedro de Oliveira	57
LÓGICAS NÃO-CLÁSSICAS OU HETERODOXAS Newton Costa	64
OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL Edgard Carone	70
UM IMIGRANTE NÃO BEM-VINDO DA URSS Tradução de Lâmia Hasan	78
RESENHAS	80

O P I N I Ã O

Imensa obra histórica

Critica-se com razão, a prática de retirar das fotografias o rosto de pessoas que se tornaram “indesejáveis”. Em contrapartida, encena-se uma operação gigantesca para retirar da história um período de meio século, de construção do socialismo.

Esta edição da **Princípios** circula exatamente nos dias em que a revolução socialista de 1917 completa 74 anos. E quando se assiste a comemoração dessa data, na URSS, sendo substituída pelo enforcamento simbólico de Lênin, e aos estandartes da escravidão czarista serem hasteados no lugar da bandeira vermelha da liberdade. O que se pretende afastar da foto histórica?

Não apenas Lênin, gênio da elaboração teórica e da tática, comandante político audaz que jamais vacilou em confiar na capacidade inventiva e na disposição de luta das massas trabalhadoras.

Não apenas um povo de desmedido heroísmo que ousou arrebentar as tradições para desvendar um outro modo de vida sob a direção do partido.

Procura-se arrancar da trajetória do mundo os acontecimentos maiores do século XX e da própria humanidade.

No dia 7 de novembro de 1917, os disparos dos canhões do Aurora foram ouvidos por todos os oprimidos do planeta como um hino de liberdade e um chamado à luta. Marx dizia que o comunismo superava a pré-história e inaugurava a história propriamente da humanidade.

Hoje, um funcionário do Departamento de Estado norte-americano, vestido de filósofo, proclama que o liberalismo é o teto da história! E, nas ruas, como “demonstração” deste final feliz, meninos matam outros meninos para roubar um par de tênis.

As jornadas de 1917 deram origem à maior e mais influente organização revolucionária do mundo, a III Internacional - que difundiu a idéia marxista e impulsionou a formação de destacamentos políticos operários em todos os quadrantes do globo.

Em 7 de novembro, a Rússia faminta, inculta e atrasada, cedeu lugar à URSS poderosa, próspera, com um povo capaz de dominar a ciência e as artes. Nasceu em 17 um sistema socialista capaz de contrapor-se, na II Guerra, às hordas do nazismo, produto sofisticado dos laboratórios burgueses.

Os méritos e defeitos dessa obra grandiosa do proletariado são inapagáveis. É evidente que os erros, as debilidades e as deformações existiram, a tal ponto de facilitarem brechas para os ataques de inimigos.

Mas a história julga pelos resultados alcançados. Por mais elaborada e por mais poderosa que seja a propaganda capitalista, não é possível esconder a riquíssima experiência e as conquistas atingidas - apesar dos tropeços, das sabotagens, das distorções. A história não se deixa iludir pelo truque de apontar os erros e deformações como o produto essencial do socialismo.

Talvez, na URSS, os que pretendam comemorar essa primeira tentativa de virar o mundo a favor de quem trabalha, o façam na clandestinidade. Sem nenhuma pretensão, os editores da **Princípios** assinalam que estão solidários com essa gente. Lá e em toda parte da Terra. E que encaram as coisas da mesma forma que Lênin, ao observar em 1922: “Nosso aparelho de Estado é francamente mau. Que importa! Ele foi criado, é uma imensa obra histórica, um Estado de tipo proletário foi criado”!

ETAPAS ECONÔMICAS NO SISTEMA SOCIALISTA

JOÃO AMAZONAS

Não basta tomar o poder e avançar em linha reta para o comunismo.

Na transição socialista ocorrem saltos de qualidade que devem ser preparados com critérios científicos

Em março de 1918, Lênin afirmou que a Rússia estava na "primeira etapa da transição do capitalismo para o socialismo". Disse, mais tarde, que "não se sabia, nem se poderia saber, quantas etapas de transição ao socialismo haveria". (1)

No curso da edificação socialista na URSS, que durou quatro décadas - de 1917 a 1957 - esta questão não foi suficientemente esclarecida. Parece ter sido tratada sem o necessário critério científico.

Tema ainda pouco abordado na discussão que se realiza sobre a crise do socialismo tem, entretanto, importância primordial na avaliação dos fatos negativos ocorridos na primeira grande experiência de implantação do regime econômico-social mais avançado que a história conhece.

Não se trata de constatações ou de simples enumerações de fases que se vão sucedendo na marcha para o comunismo. Mas, da compreensão de que o processo em curso não é apenas evolutivo, ou principalmente evolutivo. Registram saltos dialéticos que produzem qualidades novas sem alterar a essência da transição.

Também no capitalismo observa-se fenômeno semelhante que ocorre de maneira espontânea. Desde o seu surgimento até a época presente passou por várias fases. Na atualidade, encontra-se na etapa superior e última do seu desenvolvimento.

Focalizando esse tema, e para melhor elucidção do assunto, é conveniente fazer uma breve exposição retrospectiva da evolução do sistema capitalista.

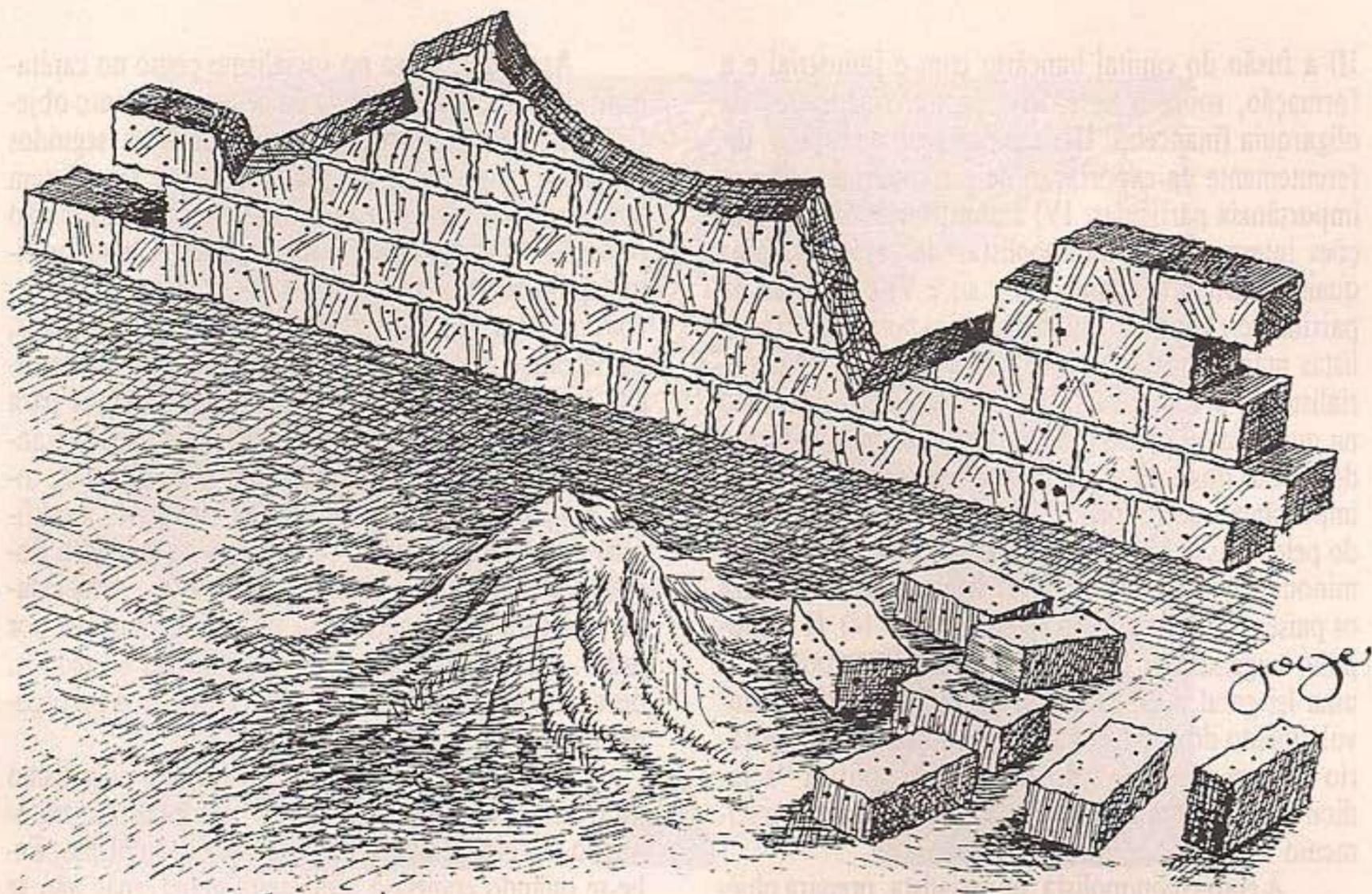
O capitalismo nasce no seio do feudalismo, quando este começava a desintegrar-se, aí pela metade do século XVI. A primeira etapa do seu desenvolvimento é conhecida como cooperação capitalista simples,

que tende a substituir a pequena produção individual. Surgem as oficinas que agrupam as produções artesanal e camponesa. Os meios de produção rudimentares encontram-se nas mãos dos incipientes capitalistas da época. Quem trabalha nessas oficinas são artesãos arruinados e mestres que já não conseguem tornar-se independentes, bem como camponeses pobres. A cooperação simples favorece a socialização inicial do trabalho, aumenta a produtividade ainda que em pequena escala, propicia o crescimento da produção. Essa primeira etapa, que dura largo período, cria as condições para a passagem a um estágio mais elevado do desenvolvimento do capitalismo: o estágio manufatureiro.



A divisão de trabalho na fase da manufatura representa um aumento das forças produtivas

A manufatura é um salto qualitativo na produção capitalista, outra etapa do seu crescimento. Os capitalistas, geralmente comerciantes por atacado, reúnem artesãos de diversas especialidades numa só oficina para produzir utilidades que envolvem vários componentes. Ou juntam numa oficina artesãos de uma única especialidade com o fim de manufaturar apenas um tipo de objeto. Alastra-se também o trabalho capitalista a domicílio. A divisão do trabalho na fase manufatureira representa um avanço considerável no aumento das forças produtivas, embora não tenha eliminado a pequena produção. Os trabalhadores são submetidos a violenta exploração. A jornada de tra-



balho é de 18 horas e o salário não dá para matar a fome. Marx dizia que a divisão manufatureira do trabalho “cria novas condições para que o capital domine sobre o trabalho.” Segundo ele, “isso representava, de uma parte, um progresso histórico e uma etapa necessária no processo econômico de formação da sociedade e, de outra parte, um meio de exploração civilizada e refinada”. (2)

A manufatura, com a simplificação das operações e a repetição dos mesmos fatigantes movimentos, possibilitou a substituição dos operários pelas máquinas. Ajudou o aperfeiçoamento das ferramentas, permitindo passar dos instrumentos manuais às máquinas. Formou operários hábeis para lidar com o maquinário. O papel histórico dessa etapa consistiu em preparar as condições para a passagem à produção industrializada, representou a transição da pequena produção artesanal à da grande indústria. O sistema manufatureiro predominou na Europa Ocidental por mais de dois séculos.

A indústria baseada nas máquinas inicia-se nos fins do século XVIII e se estende à Europa e aos Estados Unidos no transcurso do século XIX. É um salto gigantesco no desenvolvimento do capitalismo, uma etapa nova e revolucionária. A grande indústria constitui a base material e técnica do capitalismo. As primeiras máquinas surgem no setor têxtil, são construídas de madeira e utilizam rudimentarmente a água dos rios como força geradora de energia. Mais adiante, começa-se a empregar a força motriz do vapor, do gás, da eletricidade. A máquina a vapor impulsiona a produção capitalista. E a eletricidade, que aparece no último terço do século passado, revoluciona a produção. Já se havia criado a indústria da constru-

ção de máquinas, apoiada no progresso da metalurgia. A industrialização capitalista ganha impulso, tendo por base a produção dos *meios de produção*, a indústria pesada. Esta desenvolve-se paulatinamente durante vários decênios, devido a requerer grandes recursos financeiros. Com a industrialização crescem rapidamente os centros urbanos. Surge o proletariado industrial e, com ele, a luta de classes entre assalariados e capitalistas. A socialização do trabalho e da produção, com o emprego de máquinas, representa um enorme progresso da sociedade. O benefício desse progresso, vai parar nas mãos dos capitalistas que exploram o trabalho assalariado. No decorrer do processo produtivo, as fábricas crescem rapidamente. A concorrência entre os capitalistas dá lugar à concentração e à centralização do capital. Manifesta-se uma etapa nova no desenvolvimento do capitalismo.



O monopólio conduz à passagem do capitalismo a um sistema econômico superior

Essa nova fase transcorre durante todo o século XX e, possivelmente numa parte do século XXI. Lênin fez uma circunstanciada e fundamentada análise dessa fase no livro *O imperialismo etapa superior do capitalismo*. Definiu assim o imperialismo, expressão característica dessa fase: “(1) a concentração da produção e do capital, alcançada num grau muito elevado do desenvolvimento, criou os monopólios que desempenham um papel decisivo na vida econômica;

II) a fusão do capital bancário com o industrial e a formação, sobre a base deste *capital financeiro*, da oligarquia financeira; III) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire importância particular; IV) a constituição de associações internacionais monopolistas de capitalistas, os quais repartem o mundo entre si; e V) o término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.” (3) Sintetizando: “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento na qual tomou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, a exportação de capital adquiriu importância de primeira ordem, a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou e também terminou a divisão de todo o território planetário entre os países capitalistas mais importantes.” (4) O monopólio engendrado pela concentração da produção é uma lei geral e fundamental da fase atual do desenvolvimento do capitalismo. Esse capitalismo parasitário está em decomposição, o que não significa “acreditar que a decomposição descarta o seu rápido crescimento”. (5)

A etapa monopolista, imperialista, prepara objetivamente a passagem a outra etapa, que já não será capitalista, pois o “monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é o trânsito do capitalismo a uma ordem econômico-social mais elevada.” (6)

Essas etapas, pelas quais passou o capitalismo, dão lugar a importantes mudanças na superestrutura da sociedade, manifestando-se aí a interação entre a base e a superestrutura. Não é nosso propósito, neste artigo, descrevê-las com suas particularidades próprias. Desejamos destacar, apenas, que tais etapas refletem processos regulares econômicos que se realizam independentemente da vontade dos homens. Vale ressaltar também não ser obrigatório que os povos e nações muito atrasados tenham de percorrer forçosamente todas as etapas anteriormente mencionadas. Particularmente se a revolução nessas nações contar com o apoio de países socialistas poderosos.

**Tanto no sistema
capitalista
como no socialismo,
as etapas
são leis objetivas**



Do capitalismo monopolista, em sua última fase, a humanidade passará ao socialismo. Previsão científica comprovada pela transformação radical ocorrida na velha Rússia de 1917.

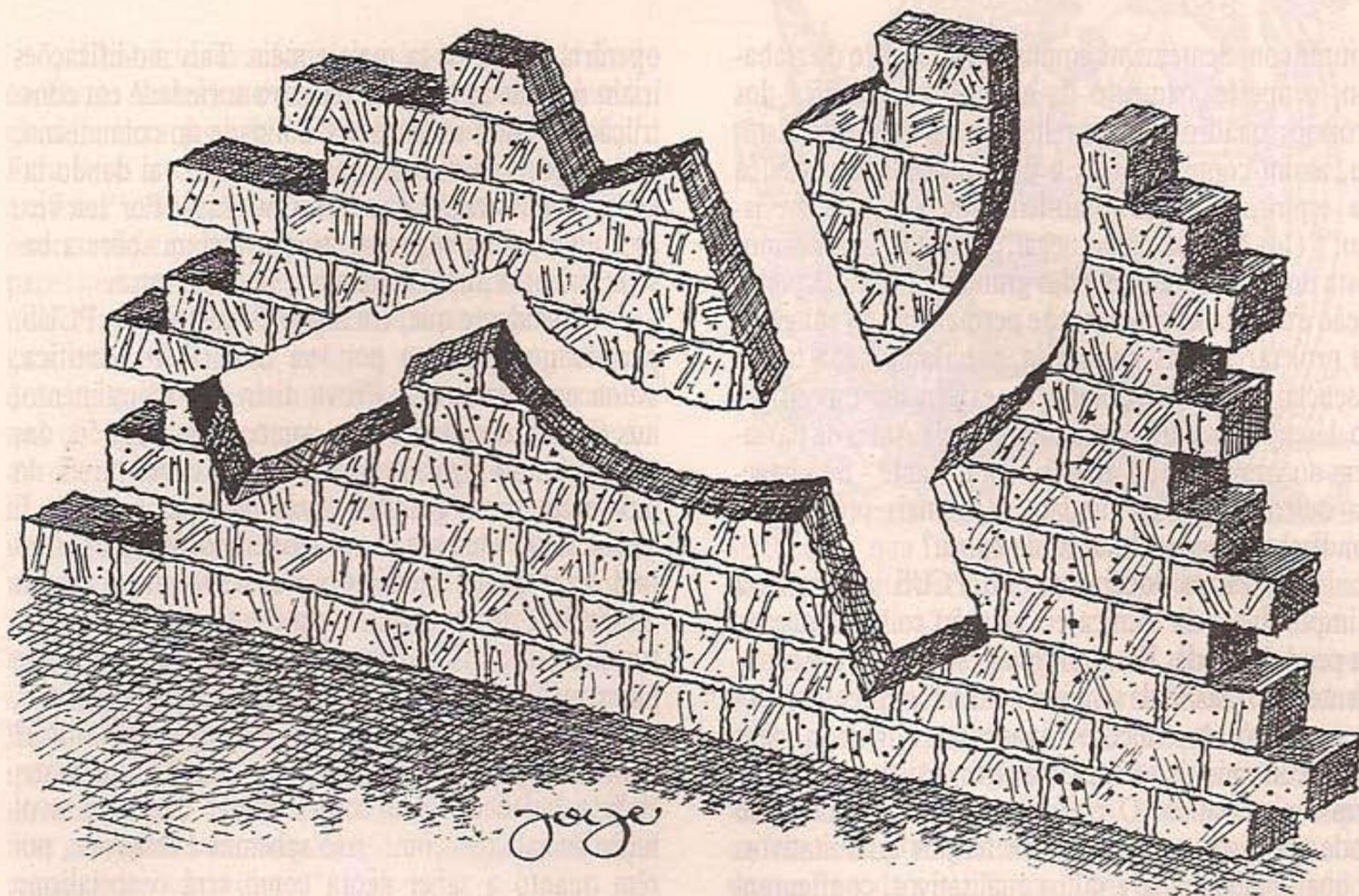
O socialismo se origina de uma revolução que modifica radicalmente o conteúdo do processo produtivo, apoiado em novo tipo de relações de produção. Do ponto de vista econômico é uma continuidade e, ao mesmo tempo, uma ruptura do sistema que vigorava anteriormente. Também se desenvolve por etapas cientificamente definidas.

As etapas, tanto no socialismo como no capitalismo, são leis fundamentais do desenvolvimento objetivo, exprimem crescimentos quantitativos seguidos de saltos qualitativos na produção, que se refletem igualmente na superestrutura. Por isso, as etapas não podem ser determinadas arbitrariamente, nem suprimidas ou aceleradas artificialmente. Tampouco, desconsideradas. Se não se adotar critérios científicos, cometem-se erros, perde-se a visão correta da transição que leva ao comunismo. Já Engels alertava para esse assunto. Dizia que “o problema das etapas de transição para o socialismo é a questão mais difícil de todas as que possam existir, pois as condições modificam-se constantemente.” (7) E numa carta a Otto Bönigk, em agosto de 1890, asseverava que a sociedade socialista não é uma coisa pronta de uma vez por todas. “Tal como os outros estágios da sociedade, deve ser compreendida em contínua mudança e reorganização.”

O que se conhece da construção do socialismo na URSS deixa dúvidas sobre se houve correto tratamento das etapas da transição para o comunismo. Sabe-se quando começou a primeira etapa, mas não se tem clara noção de como transcorreu essa fase e em que consistia, nem se distingue nitidamente a passagem à segunda, à terceira, etc. Fala-se em termos muito gerais, descritivos, das tarefas realizadas. Houve saltos? Que nova qualidade decorrente de fatores objetivos aparece? É sabido que no socialismo as coisas não se dão de maneira espontânea, mas consciente. Isto significa que se deve conhecer a *necessidade* (leis econômicas objetivas em ação) e proceder a sua sábia utilização no interesse da sociedade.

Em 1954, foi publicado o *Manual de Economia Política* elaborado por numerosa equipe de economistas do Instituto de Economia da Academia de Ciências da União Soviética. Stálin, em *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*, opinou sobre temas essenciais desse livro, oferecendo valiosas contribuições teóricas. No *Manual*, faz-se uma sistematização do processo de construção econômica do socialismo, destacando a industrialização e a coletivização da agricultura. Abordam-se métodos de gestão da economia socialista. Dá-se indicações gerais das leis que aparecem no curso da nova formação econômico-social distinta do sistema capitalista. E enfatiza-se que “o trabalho prático de construção do socialismo somente pode ser coroado de êxito se estiver baseado nas leis econômicas que regem o desenvolvimento da sociedade.” O *Manual*, porém, não examina as etapas da edificação econômica do socialismo, problema intrinsecamente ligado a essas leis. É uma grave omissão.

A questão das etapas é abordada pelos soviéticos de diferentes modos, às vezes inadequadamente. De maneira equivocada, o Estado aparece determinando etapas do desenvolvimento do país. Afirma-se: “Na primeira fase do seu desenvolvimento, o Estado Soviético preparou as condições para acabar com os



elementos capitalistas da cidade e do campo. Ao realizar-se a política de industrialização socialista e a coletivização da agricultura, assentaram-se os fundamentos da economia socialista e o problema de 'quem vencerá quem' resolveu-se em favor do socialismo." (8) (Tal problema não foi nem poderia ser resolvido em tão curto período. Nota de J.A.) Afirma-se ainda: "Na segunda fase, o Estado enfrentou as tarefas da organização da economia socialista em todo o país e da eliminação dos últimos restos dos elementos capitalistas, da revolução cultural, da organização de um Exército à altura das exigências modernas." (9) Assinala-se também: "No Segundo Plano Quinquenal foi levada a cabo a reestruturação técnica de toda a economia nacional (...) no Terceiro Plano Quinquenal projetou-se alcançar e ultrapassar os países capitalistas no aspecto econômico, tendo por base (!) o desenvolvimento contínuo da mesma linha geral bolchevique." (10) Ora, essa forma de definir as etapas (processos econômicos objetivos) não nos parece correta. Sem dúvida, o Estado cumpre importantes tarefas econômicas de construção do socialismo, mas não lhe cabe ditar as leis econômicas dessa construção. Criticando o voluntarismo, o subjetivismo idealista, Stálin observa, em 1952, que na URSS "havia pessoas que atribuíam ao Estado Soviético o poder de ditar leis da Economia Política." "Tais pessoas - afirmava - confundem as leis da ciência, que refletem processos objetivos da natureza ou da sociedade que se realizam independentemente da vontade dos homens, com as leis promulgadas pelos governos, criadas pela vontade dos homens." (11)

Essa aguda observação de Stálin, a nosso entender, tem a ver com o que foi dito acima.



Equívocada a idéia de que a URSS se encontrava nos umbrais do comunismo em 1939

É bastante elucidativo o que ocorreu no XVIII Congresso do PCUS, realizado em março de 1939. A orientação adotada leva a uma falsa caracterização do estágio em que ingressara a União Soviética. "Terminamos - assinalava o congresso - mais outra etapa histórica da evolução comunista na URSS. Concluímos, no fundamental, toda uma época de trabalho construtivo, para entrar em uma época nova - a da passagem gradual do socialismo ao comunismo." (12) E mais: "Quando o socialismo já venceu, quando a URSS entrou numa nova fase do seu desenvolvimento, na fase do coroamento da construção da sociedade socialista sem classes e da passagem gradual do socialismo para o comunismo, se faz ainda maior a importância da vanguarda da classe operária." (13)

Tais manifestações indicam claramente ter havido voluntarismo na determinação das etapas necessárias. Declarar, em 1939, "que começava a etapa da passagem gradual do socialismo ao comunismo" era propagar generalidades divorciadas da ciência social. Passagem gradual ao comunismo, em termos genéricos, é todo o processo de construção da nova sociedade. A idéia que transmite o XVIII Congresso do PCUS era a de que a URSS já se encontrava nos umbrais do comunismo, idéia decididamente equivocada.

Baseados nessa conclusão, os dirigentes soviéticos colocaram em primeiro plano, como a tarefa primordial, "a educação das massas num espírito de

atitude conscientemente comunista a respeito do trabalho, o aperfeiçoamento da educação ideológica dos próprios quadros do aparelho do partido e do Estado, assim como de toda a intelectualidade soviética no espírito do marxismo-leninismo, do bolchevismo.” (14) Não há como negar que a educação comunista dos trabalhadores e das grandes massas da população é atividade importante e permanente da vanguarda proletária. Mas, seria essa, precisamente, a tarefa essencial que correspondia às exigências específicas do desenvolvimento econômico-social? Antes da passagem ao comunismo - ainda bem distante - não haveria outros objetivos fundamentais mais próximos e condizentes com a situação da época?

Em vários documentos do PCUS já salientara a importância da técnica em relação com o aumento da produtividade. Entretanto não se tratou, concretamente, do trânsito de uma economia fortemente extensiva, apesar dos imensos avanços alcançados, para uma economia de caráter intensivo, exigência do progresso econômico. O crescimento da economia não pode ser visto unicamente em termos quantitativos. A quantidade prepara saltos qualitativos, configurando formas mais altas de desenvolvimento. A verdade é que a URSS, sobretudo no pós-guerra, atrasou-se, e não acompanhou o rápido ascenso da tecnologia moderna na produção, ainda que tenha progredido significativamente em outros setores, como o da conquista espacial. Chegou-se a prever, em 1954, que “a energia atômica nos aproxima de uma nova revolução técnico-científica e industrial, cujo alcance superará em muito as revoluções industriais do passado.” (15) Não se tirou, porém, a consequência devida.

**O PCUS e o governo
não viram
a nova etapa em que
o socialismo
necessitava ingressar**



Ao que tudo indica, no final da década de 50, a URSS encontrava-se ante a necessidade de passar a outra etapa econômica do seu desenvolvimento, com características distintas da fase que então vivia. O PCUS e os órgãos estatais não identificaram essa necessidade objetiva e, por isso, mostraram-se incapazes de formular as tarefas dela decorrentes. Perderam-se em indicações abstratas como a da passagem gradual ao comunismo.

As modificações operadas na base econômica teriam forçosamente de se refletir na superestrutura, particularmente nas áreas do Estado e da atividade política das massas trabalhadoras. A democracia socialista tendia a ampliar-se. A participação direta dos trabalhadores nos assuntos do Estado e da vida da sociedade ganharia maior dimensão. A consciência política da população em geral, especialmente da classe

operária, elevar-se-ia mais e mais. Tais modificações iriam moldando a feição da nova sociedade em construção. Quanto maior a proximidade do comunismo, mais o governo das pessoas (o Estado) vai dando lugar à administração das coisas públicas. Por sua vez, as mudanças na superestrutura atuariam sobre a base econômica impulsionando o seu progresso.

É evidente que, em algumas questões, o PCUS, partido que primava por sua orientação científica, atuou empiricamente. Prova disso foi o surgimento, nos fins da década de 40 e começo dos anos 50, das tendências ao gigantismo. Falava-se, como tarefa do momento, nas “grandes obras do comunismo.” E não se ficou somente nisso. Dispendiosos recursos foram empregados em construções desse porte, alheias ao nível de desenvolvimento até então alcançado na transição socialista. Estranhas também as exigências prementes ligadas ao bem-estar da população. Afinal, como será a fisionomia real da sociedade comunista? Terá uma contextura macrodimensional? Como materialista dialético, Lênin conjecturava: “a era da revolução social começou... isso sabemos e dissemos, porém quanto a saber agora como será o socialismo uma vez finalizado, isso não sabemos.” (16)

A feição definitiva do mundo comunista surgirá provavelmente da conjugação do alto nível de desenvolvimento material da sociedade com a infinita criatividade espiritual dos homens do futuro. As obras relevantes do comunismo poderão ter caráter muito diferente das que se tentou erigir quarenta anos atrás.

Por tudo isso, consideramos de fundamental importância, na construção do socialismo, a definição rigorosamente científica das diversas etapas do desenvolvimento econômico-social, que tudo indica têm prazos bem mais longos do que os geralmente admitidos. Talvez nessa questão encontre-se um dos elos-chave para melhor compreensão dos fenômenos negativos verificados na União Soviética no curso da edificação socialista. ■

JOÃO AMAZONAS - Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil - PCdoB

NOTAS

- (1) LÊNIN, V.I. - 7.º Congresso Extraordinário do PC(b)R.
- (2) MARX, Karl - *O Capital*, livro I.
- (3) LÊNIN, V.I. - *O Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo*.
- (4) LÊNIN, V.I. - *Idem, idem*.
- (5) LÊNIN, V.I. - *Idem, idem*.
- (6) LÊNIN, V.I. - *Idem, idem*.
- (7) Biografia do Instituto de Marxismo-Leninismo Anexo ao CC do PCUS - *F. Engels* - p. 569.
- (8) KONSTANTINOV, F.V. - *O Materialismo Histórico*, p. 199.
- (9) KONSTANTINOV, F.V. - *Idem, idem*.
- (10) Academia de Ciências da URSS. - *Manual de Economia Política*.
- (11) STÁLIN, J. - *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*.
- (12) MOLOTOV, V. - *Discurso na Abertura do XVIII Congresso do PCUS*.
- (13) ZHDANOV, A. - *Intervenção no XVIII Congresso do PCUS (1939)*.
- (14) PCUS - *Resolução do XVIII Congresso (março/1939)*.
- (15) Academia de Ciências da URSS - *Manual de Economia Política*, p. 555.
- (16) LÊNIN, V.I. - *Contra a Emenda de Bukharin*, in 7.º Congresso do PC(b)R.

SOBRE A NATUREZA DAS SOCIEDADES NO LESTE

LUIS FERNANDES

O autor polemiza com diversas teorias e avalia autocriticamente as teses de capitalismo monopolista de Estado e de social-imperialismo no estudo da URSS

O mundo ainda vive sob o impacto das profundas mudanças ocorridas na Europa Central e do Leste e na União Soviética ao longo dos dois últimos anos. Levará algum tempo para que consigamos assimilar toda a profundidade das alterações e a gravidade das suas conseqüências. Junto com sua dramaticidade, estes acontecimentos fornecem elementos *empíricos* cruciais para analisar e problematizar (auto)criticamente a caracterização que vinha sendo feita desses Estados por diferentes correntes e autores situados no campo do pensamento marxista. É este *filão* que pretendo explorar neste artigo, que tem um caráter mais especulativo do que conclusivo.

Os eventos dos dois últimos anos marcam o fim do primeiro ciclo de revoluções e experiências socialistas no mundo, inaugurado com o triunfo da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia. Podemos identificar quatro *levas* básicas de revoluções e/ou experiências socialistas surgidas no bojo deste ciclo. A primeira se materializou na própria vitória da Revolução Soviética. A segunda, na formação do *campo socialista* na Europa Central e do Leste após o término da II Guerra Mundial (no caso da Iugoslávia e da Albânia, em função do triunfo de movimentos de libertação endógenos contra a ocupação nazi-fascista, dirigidos por forças comunistas; nos demais países, em função do papel decisivo desempenhado pelo Exército Vermelho da URSS na derrota das forças nazistas). A terceira, na galvanização/atração para este *campo socialista* de revoluções antiimperialistas e/ou anticoloniais que triunfaram entre o final da década de 40 e o final da década de 50 (isto inclui os casos da China, da Coreia do Norte, do Vietnã e de Cuba, além da consolidação da opção socialista na Mongólia). A

quarta e última, na referência mais difusa no socialismo adotada por inúmeros movimentos populares e de libertação nacional que triunfaram nos anos 60 e 70 (podemos citar os casos da Argélia, dos países africanos de língua portuguesa como Angola e Moçambique, do Iêmen Democrático, da Nicarágua Sandinista, entre outros).

O gigantesco *campo socialista* formado ao longo destas *levas* chegou a abarcar mais de um terço da população e um quinto do território do globo. Hoje ele entra em processo final de desagregação. O centro deste terremoto se localiza no próprio *coração* do antigo campo socialista, com a ascensão ao poder de forças abertamente identificadas com a restauração do capitalismo e da propriedade privada em grande escala, tanto no Leste europeu como na maioria das repúblicas que compunham a antiga União Soviética. Face a isto, a maioria dos países que mantinham uma *orientação socialista* de desenvolvimento na África, Ásia e Oriente Médio (e dependiam, para isso, do apoio econômico e militar da URSS) também mudaram de referência e reorientaram suas economias para a integração plena no mundo capitalista.

No fundamental, apenas os Estados oriundos da terceira *leva* citada acima procuram preservar alguma referência socialista e/ou conquistas dos seus processos revolucionários (e mesmo assim, com profundas diferenciações entre eles). Não por acaso, a estratégia das potências capitalistas, em especial dos Estados Unidos, se volta hoje para o *cercos e aniquilamento* destes regimes, sobretudo o de Cuba.

Ao longo deste primeiro ciclo de revoluções e experiências encabeçadas por forças socialistas, a caracterização da natureza das sociedades gestadas no

seu bojo foi sempre tema de aguda e acesa controvérsia entre diferentes autores e correntes que se referenciam na teoria marxista. Não pretendo, aqui, fazer uma resenha da evolução dessa polêmica, que já tive a oportunidade de abordar, anteriormente, em dois artigos diferentes. (1) No último destes artigos, que discute a queda dos regimes na Europa Central e do Leste em 1989, indico que esses acontecimentos serviram como uma espécie de *teste empírico* para as diversas interpretações marxistas sobre a natureza das sociedades que compunham o antigo *campo socialista* no Leste. Esta observação só é reforçada pelas mudanças posteriores ocorridas na União Soviética (bem como na Iugoslávia e Albânia).

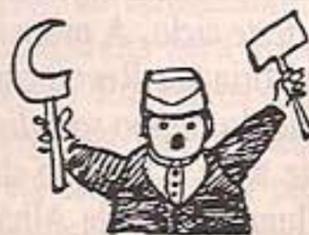
"Correção" do sistema socialista iniciada por Kruchov mostrou-se inteiramente falsa



Uma interpretação que sai destes eventos completamente *desautorizada* é a tese revisionista de que os países do *bloco soviético* não vinham trilhando (sobretudo a partir do processo de denúncia ao *stalinismo* deflagrado no XX Congresso do PCUS em 1956) um caminho de correção radical das distorções e violações da *legalidade socialista* ocorridas no passado, promovendo o *reencontro do socialismo com a democracia*. Era essa a interpretação dominante nos partidos do movimento comunista que se alinharam com as posições assumidas pelo PCUS de Kruchov. No entanto, foi justamente a insatisfação com as restrições generalizadas aos direitos democráticos e às liberdades nos Estados do Leste (bem como as relações de corrupção, privilégios, desmandos, impunidade, burocratismo, etc. que lá imperavam) que serviu de combustível para a explosão ocorrida. Não resta dúvida, portanto, que a interpretação acima estava muito longe de refletir os processos econômicos, sociais e políticos efetivamente em curso naqueles países. Por isso mesmo, este setor da esquerda que mais acriticamente se identificou com as práticas e pregações desses governantes foi o que entrou em mais profunda crise com a sua queda, em muitos casos renegando e enterando toda a sua trajetória anterior (vide o processo de autodissolução em curso no PCB do Roberto Freire).

Outra interpretação colocada em xeque pelos acontecimentos dos últimos anos, apesar de asperamente crítica da realidade nos países do Leste, é a que apresentava essas sociedades como *um novo modo de produção* (nem socialista e nem capitalista) com uma *nova dominação de classes*. Já nos anos 20 e 30, essa era a análise sobre a União Soviética desenvolvida por grandes expoentes do *centrismo* social-democrata, como Karl Kautsky, e Rudolf Hilferding, bem como de dissidentes do próprio movimento comunis-

ta, como Victor Serge. Após a formação do *campo socialista* no pós-guerra, essa mesma análise foi ampliada para o conjunto dos seus integrantes pelo dissidente iugoslavo Milovan Djilas, no seu famoso livro *A Nova Classe*. Nos anos 70 e 80, diferentes pensadores marxistas de renome chegaram a conclusões semelhantes, entre os quais podemos destacar Paul Sweezy, Samir Amin e a maioria dos discípulos de Lucakcs que se reuniram na chamada "Escola de Budapeste" (entre os quais Agnes Heller, Ferenc Feher e Gyorgy Markus). Outra reflexão interessante que aponta na mesma direção é a do antigo "dissidente de esquerda" da Alemanha Oriental, Rudolf Bahro, que comparava as sociedades do Leste a um *modo de produção asiático*, em direção inversa, com um *despotismo industrial* no lugar do *despotismo oriental*, marcando uma longuíssima transição histórica das sociedades de classes para as sociedades sem classes. O problema com todas estas formulações é que elas pressupõem um modo de produção consolidado, com leis e características próprias, que se desenvolveria por um longo período histórico. Isto, claramente, não se confirmou. Na melhor das hipóteses, este *novo modo de produção*, nem socialista, nem capitalista durou pouco mais de meio século (no caso da URSS). Do ponto de vista *histórico*, isto não representa absolutamente nada (embora, evidentemente, represente muito para as gerações diretamente envolvidas com a experiência) e não permite a sua caracterização como um *modo de produção* específico na história da humanidade (isto é, capaz de reproduzir, de forma independente, as suas relações sociais específicas). A tese da *nova classe dominante* também não dá conta da rapidez (e relativa facilidade) com que esta *classe* abandonou o poder. Basta lembrar que, com a exceção da Romênia, pouquíssimo sangue foi derramado no vendaval político que varreu os regimes do Leste, sem qualquer paralelo histórico com experiências anteriores de alijamento de *classes dominantes* do poder de Estado.



Teoria de Trotsky não enfrenta problemas revelados pela crise do campo socialista

A tese trotsquista, que apresentava os países do Leste como *estados operários degenerados*, também enfrenta dificuldades para dar conta das mudanças dos últimos anos. Segundo esta análise, a questão de fundo que determinou esta degeneração foi o fato das primeiras revoluções socialistas terem triunfado em países atrasados, e abandonado, em seguida, a perspectiva da *revolução mundial*. Sem o auxílio econômico e político de estados socialistas oriundos de revoluções proletárias nos países capitalistas mais de-

envolvidos, seria impossível construir o socialismo nessas sociedades mais atrasadas. Por isso a *degeneração burocrática*. Com base nesta referência teórica, é impossível explicar como a União Soviética e os demais países do *campo socialista* no Leste conseguiram, efetivamente, superar o seu atraso e acumular enormes conquistas econômicas e sociais durante um período relativamente longo *sem qualquer auxílio de estados socialistas mais desenvolvidos*. (2)

Trotsky afirmava, ainda em 1936, que a situação intermediária da *degeneração burocrática* na URSS tendia a ser revertida rapidamente em uma de duas direções: ou “a contra-revolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários”, ou “os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derrubar a burocracia”. O drama é que os trabalhadores nos Estados do Leste, junto com amplos setores da população, efetivamente *derrubaram* a burocracia, mas acabaram, igualmente, respaldando politicamente a ascensão de novos governos *claramente comprometidos com a restauração capitalista*! Parece até que não foram apenas os Estados que degeneraram, mas os operários também... O fato é que a análise trotsquista *não enfrenta na sua profundidade* os problemas da crise do socialismo evidenciados pela *débâcle* do antigo *campo socialista*. Entre as correntes trotsquistas mais dogmáticas (menos propensas a analisar a evolução concreta da realidade e presas à letra dos escritos do seu mestre), isto as levou, inclusive, a saudar as mudanças dos últimos anos no Leste como “uma das maiores derrotas do imperialismo nos últimos tempos” (sic.). Independente das suas intenções, esta análise equivale a um posicionamento *objetivo* ao lado das forças capitalistas mais agressivas e reacionárias nos embates políticos que conduziram ao gigantesco retrocesso no antigo *campo socialista*.

Uma (auto)crítica sobre a tese do capitalismo monopolista de Estado na URSS



A este ponto, o leitor pode estar considerando que este artigo se restringe a polemizar com as limitações das formulações dos outros, sem submeter a um exame autocrítico as nossas próprias análises e interpretações à luz das mudanças dramáticas e profundas ocorridas nos países do Leste nos últimos anos. Não é o caso. Na verdade, me parece que os processos vividos por esses Estados suscitam alguns questionamentos fundamentais para os autores e correntes (entre os quais me incluo) que caracterizavam essas sociedades como sistemas de *capitalismo de Estado* ou *capitalismo monopolista de Estado*.

A tese do *capitalismo de Estado* nas sociedades do Leste não é propriamente nova. Nos anos 30, es-

sa interpretação da sociedade soviética já era defendida pelo ex-dirigente do partido comunista alemão, Arthur Rosenberg. No imediato pós-guerra, alguns setores trotsquistas, com destaque para Tony Cliff, evoluíram para esse tipo de compreensão. Após a *grande polêmica* que cindiu o movimento comunista nos anos 60, o PC Chinês e o Partido do Trabalho da Albânia passaram a usar essa formulação, em 1967/68, para caracterizar o sistema econômico-social existente nos países governados por *forças revisionistas*, generalizando essa análise no movimento marxista-leninista que se formava em todo o mundo na polêmica com as posições do PCUS. (3) Nos anos 70, Charles Bettelheim inicia a produção da obra *As Lutas de Classes na URSS*, onde pretende, inicialmente, fundamentar a tese chinesa da *restauração do capitalismo* na União Soviética a partir de Kruchoy, mas acaba por concluir que a revolução soviética foi “capitalista” desde o início. Mais recentemente, diferentes autores e analistas alinhados com a política da *perestroika* de Gorbachov vêm defendendo essa política com a “efetiva passagem ao socialismo”, já que o “sistema stalinista” anterior não passaria de uma forma de “capitalismo monopolista de Estado”. (4)

Antes de proceder à análise dos problemas empíricos suscitados para a tese do “capitalismo de Estado” pelas mudanças mais recentes nos Estados do Leste, gostaria de discutir, rapidamente, como este conceito surge e é abordado pelo pensamento marxista *clássico*. As bases teóricas para a formulação do conceito de *capitalismo de Estado* foram desenvolvidas por Engels na década de 70, do século XIX, sobretudo nos artigos que acabaram reunidos no seu livro *Anti-Dhuring*. Aqui, o companheiro de Marx já indica a necessidade econômica, com o avanço do processo de monopolização, do Estado capitalista moderno intervir cada vez mais nas economias capitalistas, tornando-se, inclusive, proprietário de forças produtivas.

Nesta base, diferentes pensadores marxistas no início do século XX formularam o conceito de *capitalismo de Estado* para se referir a esta crescente intervenção do Estado capitalista na economia, a serviço dos monopólios. Comentando esta evolução, Lênin indica, no seu texto *A Catástrofe que nos Ameaça e Como Combatê-la*, que o “capitalismo monopolista” havia se transformado em “capitalismo monopolista de Estado”. Em inúmeros textos desta época, o dirigente da revolução soviética, indica que considerava a experiência do capitalismo de Estado alemão o que havia de mais avançado no capitalismo moderno.

Lênin, no entanto, polemizava duramente com as opiniões de outros pensadores marxistas no início do século que indicavam a tendência do Estado capitalista se tornar, ele próprio, um gigantesco monopólio capitalista ou instrumento de uma única associação capitalista monopolista privada, que passava a dominar toda a economia. Esta era a base da formulação dos conceitos de “capitalismo organizado” de Hilfer-

ding e “capitalismo de Estado” de Bukharin que, assim, indicavam a possibilidade do capitalismo superar a concorrência e as crises cíclicas (ou seja, a *anarquia na produção*”), planejando consciente e racionalmente o desenvolvimento global de economias capitalistas que continuavam baseadas na propriedade privada e divididas em classes antagônicas. Contra esta visão, Lênin indicava que o processo de monopolização não eliminava a concorrência do capitalismo, que se mantinha entre empresas de diferentes ramos, entre empresas com diferentes graus de concentração de capital nos mesmos ramos, e entre os próprios monopólios no conjunto da economia. (5)

O socialismo é uma etapa de transição e não um modo de produção independente



Uma segunda formulação do conceito de *capitalismo de Estado* é desenvolvida por Lênin para caracterizar o desenvolvimento de estruturas econômico-sociais *capitalistas* sob o controle de estados *proletários*, após o triunfo de revoluções em sociedades onde ainda não estiveram amadurecidas as condições para a socialização do grosso das forças produtivas. Era justamente esta orientação teórica que inspirou a adoção da Nova Política Econômica (NEP) na União Soviética dos anos 20. Para compreender esta segunda abordagem do *capitalismo de Estado* por Lênin é necessário distinguir entre dois tipos diferentes de *transição socialista*: a transição para o socialismo e a transição no socialismo.

Ao analisar a natureza da sociedade soviética após o triunfo da Revolução de Outubro, Lênin indicava a existência de cinco estruturas econômico-sociais diferentes na URSS:

1. a economia camponesa, patriarcal, isto é, natural em grau significativo;
2. a pequena produção mercantil;
3. o capitalismo privado;
4. o capitalismo de Estado;
5. o socialismo. (6)

Lênin argumentava que, em função do atraso e da destruição da economia soviética, seria necessário um período de transição em que se fortalecesse, inicialmente, os setores do *capitalismo de Estado* e do *socialismo* (para se contrapor à dispersão produtiva gerada pelo predomínio da pequena produção mercantil em associação com o capitalismo privado) até criar as condições para que o setor “socialista” abarcasse o grosso da economia. A NEP correspondia justamente a este período de transição para o socialismo na União Soviética.

Ao longo do período em que encabeçou a adoção da NEP, Lênin identificou os seguintes elementos

como componentes do *capitalismo de Estado* na URSS:

1. as concessões, onde forças produtivas da economia soviética eram alocadas pelo Estado a capitalistas russos ou estrangeiros por prazos determinados;
2. as cooperativas que agrupavam pequenos produtores com liberdade para comercializar suas mercadorias, com o apoio do Estado;
3. as comissões pagas pelo Estado a capitalistas que atuavam como comerciantes;
4. o arrendamento (aluguel) pelo Estado de forças produtivas da economia soviética a capitalistas nacionais ou estrangeiros;
5. a montagem de empresas mistas associando empresas capitalistas estrangeiras a empresas estatais soviéticas. (7)

Em todos estes casos, tratava-se de setores *capitalistas* sob controle do Estado soviético, *separados* do setor socialista. Lênin não emprega o conceito de *capitalismo de estado* para caracterizar heranças capitalistas *dentro* do setor socialista (embora reconheça como “concessões” adotadas nos marcos deste setor o pagamento de salários elevados para quadros técnicos e especialistas, bem como a contratação, pelo Estado soviético, de empréstimos junto a bancos capitalistas estrangeiros). Isto nos remete à discussão marxista do próprio socialismo como uma etapa de transição. O fato é que os pensadores marxistas no século XX convencionaram chamar de *socialismo* o que Marx havia identificado (sobretudo no seu célebre texto *Crítica ao Programa de Gotha*) de “primeira fase” do comunismo. Nesta fase de *transição*, convivem elementos fundamentais da sociedade comunista (como a eliminação da propriedade privada e a socialização dos meios de produção fundamentais) com relações sociais e diferenças de classe herdadas do capitalismo que levarão um longo tempo para ser superadas (como regulação da distribuição pelo critério do “direito burguês” da remuneração segundo o trabalho, as diferenças entre trabalho manual e intelectual, entre campo e cidade, entre as tarefas de direção e de execução no processo produtivo, etc.).

O *socialismo*, assim, não seria um *modo de produção* próprio e independente do comunismo, mas uma primeira fase deste onde ainda se convive com fortes heranças capitalistas, apesar de já se haver eliminado, no fundamental, a propriedade privada. A(s) sociedade(s) socialista(s) avança na transição para a fase superior do comunismo na medida em que combate e supera estas heranças da divisão da(s) sociedade(s) em classes antagônicas. Enquanto não se completar esta transição, portanto, inclusive em escala mundial, a possibilidade do *retrocesso* estará sempre presente, em função das contradições da própria transição. Por isto a questão da *direção política* da transição é absolutamente crucial. Se esta não reconhecer a natureza contraditória que impulsiona o próprio desenvolvimento socialista, resvalará para concepções

pragmáticas que acabam reforçando e consolidando as heranças capitalistas presentes na própria transição socialista.

Idealismo na relação entre o controle social da produção e o papel do Estado



Como referência nesta discussão marxista, Bettelheim argumenta ser necessário distinguir a *socialização* das forças produtivas no socialismo da sua mera *estatização*. Penso que esta distinção é correta. Mas deve-se ter o cuidado de não cair, nesta questão, no campo do idealismo e/ou do voluntarismo. A efetiva socialização da produção exige a eliminação das diferenças de classe indicadas acima. Isto é, do ponto de vista das fases indicadas por Marx, ela só se realiza efetiva e globalmente com a conclusão da transição da primeira para a segunda fase do comunismo. A “centralização progressiva de todos os meios de produção nas mãos do Estado”, defendida por Marx já no *Manifesto Comunista*, marca o início da transição socialista, o início do processo de efetiva socialização do processo produtivo.

Assim, ao lado da superação da propriedade privada sobre os meios de produção de produto fundamentais da sociedade, outro elemento determinante para o sucesso da transição socialista é a existência de um poder político efetivamente orientado para a efetiva socialização da produção (para progressiva am-

pliação dos mecanismos de participação e controle democráticos da população sobre o processo produtivo) viabilizada pela *superação* das diferenças de classe na sociedade.

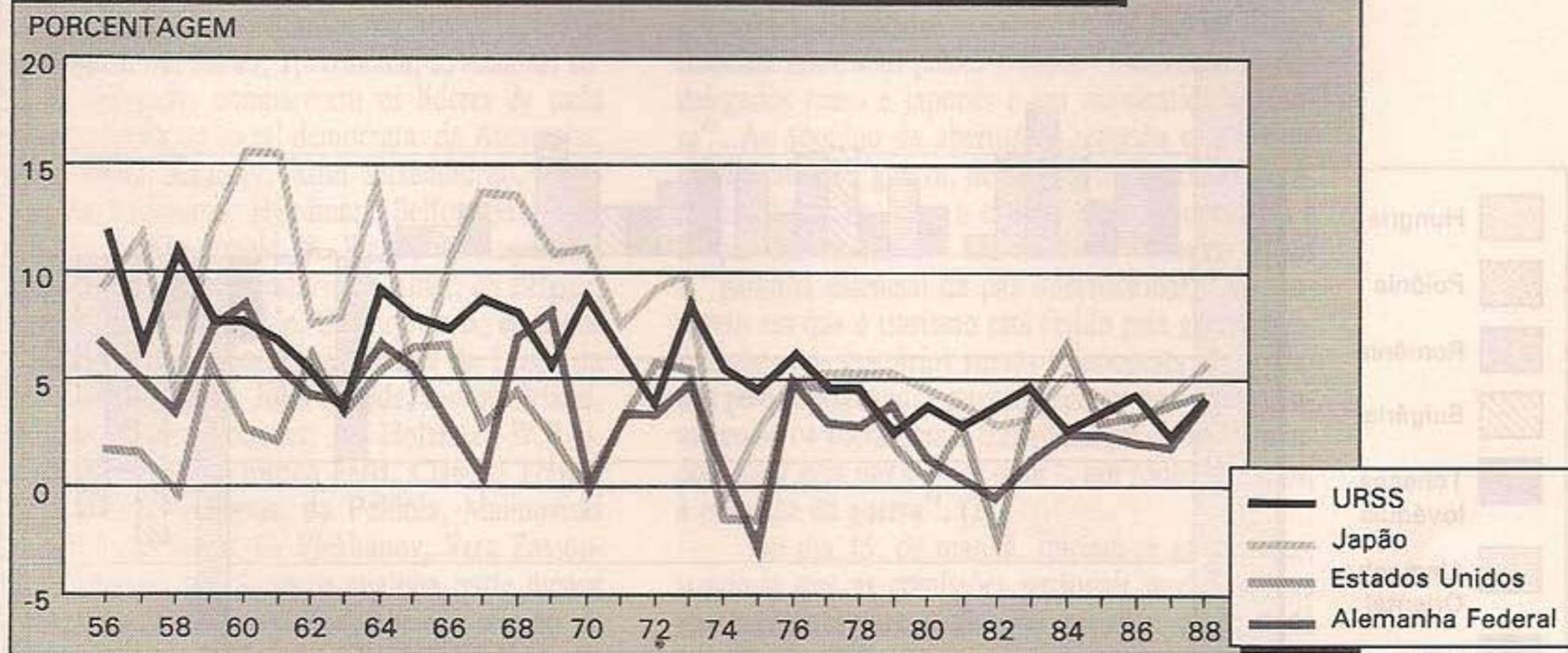
Colocar a esta como pré-condição para existência do socialismo, como faz Bettelheim, significa transferir para a *primeira fase do comunismo* critérios da fase comunista posterior (ou seja, do comunismo propriamente dito). Significa, portanto, *negar o socialismo enquanto etapa de transição*, apesar das afirmações em contrário. Por este enfoque, todas as experiências *socialistas*, ao herdar a base técnica da divisão social do trabalho do capitalismo, estariam condenadas a se transformar em sociedades de *capitalismo de Estado*. O fato é que as tentativas de abolir artificialmente esta divisão, como no caso das comunas populares maoístas (não por acaso, muito elogiadas por Bettelheim), se revelaram completamente insustentáveis.

Com base nesta discussão teórica sobram os dois conceitos de *capitalismo de Estado* e *transição socialista*, surgem alguns questionamentos cruciais sobre a correção da caracterização desses estados (antes da *débâcle* dos últimos anos) como sociedades de *capitalismo de Estado* ou *capitalismo monopolista de Estado*.

Em primeiro lugar, será que esta caracterização não resvalava, na verdade, para formulações de tipo “hilferdinguista” ou “bukharinista” ao conceber a possibilidade de se viabilizar a direção planejada global de economias *organizadas em bases capitalistas* (possibilidade negada explicitamente por Lênin). Bas-

GRÁFICO 1

Variação anual dos PNB's do Japão, ex-Alemanha Federal e EUA e do Produto Material Líquido da URSS, de 1956 a 1988



(Calculado em preços constantes)
 Fonte: Anuário Estatístico da ONU

ta ver que, até os eventos dos últimos anos, a economia soviética, em particular, *desconheceu o fenômeno das crises cíclicas e periódicas que caracteriza o capitalismo*, tendo a sua crise econômica assumido a forma de uma *tendência progressiva à estagnação*. Isto pode ser visto no **Gráfico 1**, que compara a evolução anual do Produto Material Líquido da URSS (que equivale ao PIB menos o setor de serviços) de 1956 a 1988 com a evolução do PIB dos Estados Unidos, Japão e da ex-Alemanha Ocidental no mesmo período.

Note-se que a economia soviética não é atingida da mesma forma que as principais economias capitalistas pelas crises cíclicas de 1974/75 e 1981/82.

Pode-se afirmar que isto se deve ao caráter particular do *capitalismo de Estado* gestado na URSS (e demais Estados do Leste), oriundo da *degeneração* do socialismo que, por isso mesmo, preservou um elevado grau de estatização e planificação da economia. O caráter capitalista destas economias estatizadas, assim, se materializaria na apropriação *privada* (via privilégios/manutenção de elevadas diferenças salariais/controlado real sobre o processo de produção) por parte de uma *nova burguesia burocrática* instalada na direção do Estado e do seu partido dirigente. Além do problema conceitual/teórico de equiparar uma camada social (a burocracia) a uma classe (a burguesia), o fato é que estas relações identificadas com uma suposta *extração de mais-valia* estão presentes desde o início (e, em alguns casos, de forma *mais acentuada*) no setor socialista da economia soviética, e não apenas após Kruchov.

Pela discussão teórica que fizemos acima, é inevitável que seja assim! Caracterizá-los como *capitalismo de Estado* implica em cair no mesmo erro idealista e voluntarista que identificamos acima em Bettelheim.

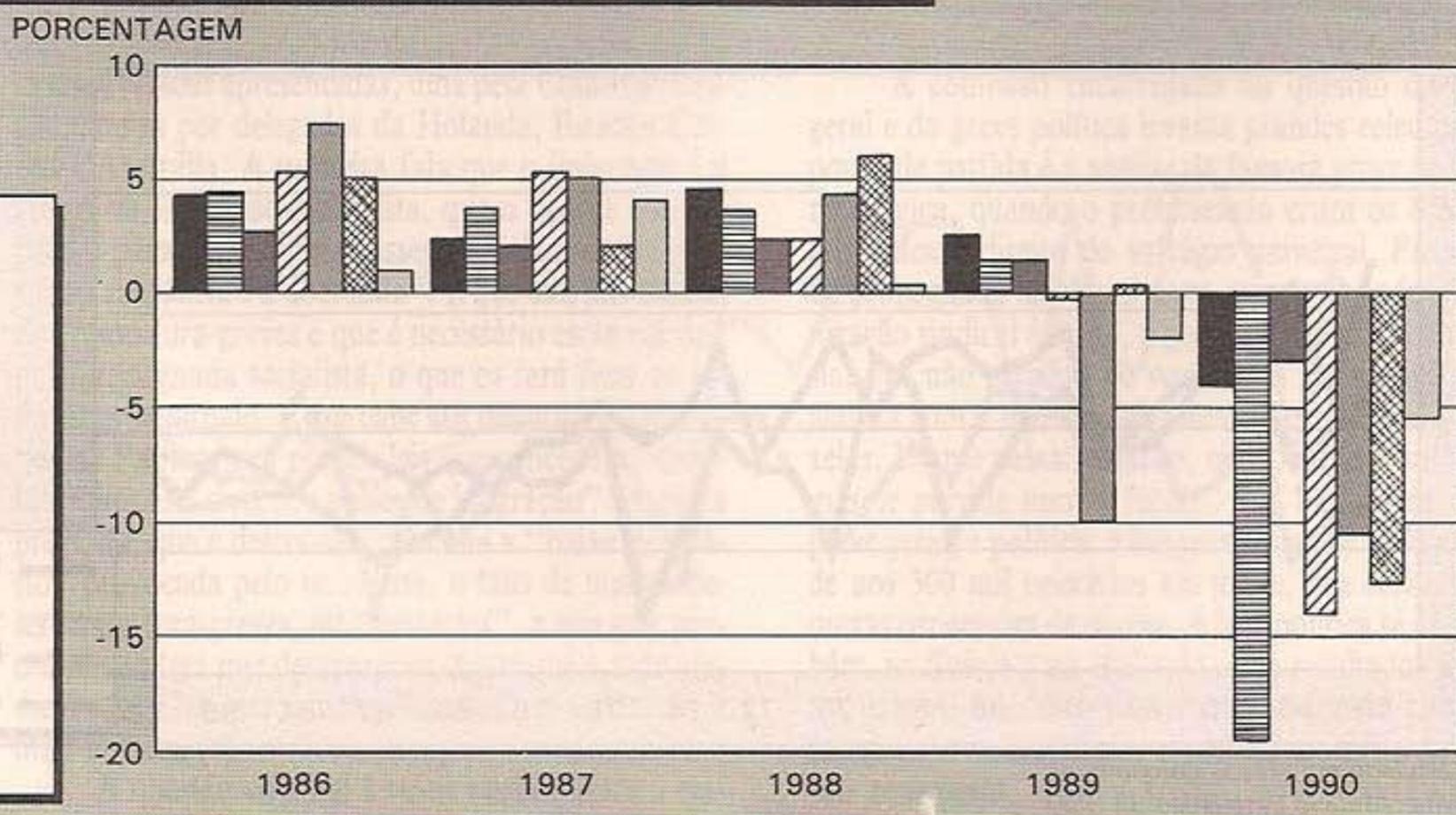


A segunda transição, liquidando pilares do socialismo de volta ao sistema capitalista

Outra questão fundamental que surge da experiência do Leste é a seguinte - como é possível, após décadas de uma transição gigantesca e difícil para o socialismo (isto é, para criar as condições para a generalização do setor socialista na economia), esse setor pode se transformar em capitalismo sem qualquer indício mais forte de crise ou ruptura na economia? O fato é que o conjunto das economias do Leste vive hoje justamente a *crise da liquidação do setor socialista*, crise da *restauração da propriedade privada* (em geral, *capitalista*). Como já argumentei em diferentes artigos, o atual colapso econômico desses países (ilustrada pelo **Gráfico 2**) é provocado justamente pela inexistência (dado o processo histórico anterior de abolição da propriedade privada na transição para o socialismo) de capital privado endógeno acumulado em proporções suficientes para sustentar os programas de privatização global dessas economias. Trata-se, portanto, da crise da transição *do socialismo para o capitalismo*.

GRÁFICO 2

Variação anual do Produto Material Líquido dos países do Leste Europeu, de 1986 a 1990



Fonte: "World Economic Survey" da ONU, Edições de 1990 e 1991

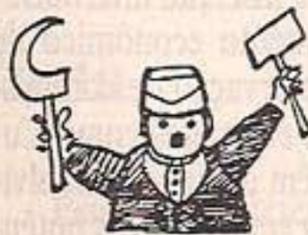


Esta já é a interpretação predominante nos artigos publicados na revista *Princípios* em relação à crise do Leste. Entendo, no entanto, que devemos extrair dela todas as suas conseqüências teóricas e políticas. Isto implica em reconhecer que o processo em curso anteriormente nos Estados do Leste de retrocesso se verificava nos marcos da transição do socialismo (a segunda transição discutida acima), isto é, nos marcos de sociedades que *ainda preservavam os pilares fundamentais do setor socialista no grosso das suas economias*, apesar de serem dirigidas *politicamente* por forças (revisionistas) que *não se orientavam para o enfrentamento dos desafios da própria transição socialista*.

Isto nos ajuda a entender por que, apesar de romper com o revisionismo, a economia da Albânia reproduziu, no fundamental, o mesmo tipo de contradições e limitações econômicas (que se traduziram, em seguida, num processo *análogo* de crise política e retrocesso). E também por que as sucessivas tentativas de introduzir reformas econômicas (como as chamadas "reformas de Kossinguin" na URSS) instituindo a concorrência e autonomia das empresas em oposição ao planejamento centralizado nos países "revisionistas" *fracassaram* e acabaram sendo *revertidas* até os acontecimentos dos últimos anos (com as possíveis exceções da Hungria e Polônia).

Acredito que a crítica marxista-leninista ao revisionismo contemporâneo acertou na mosca ao identificar que a revisão de conceitos políticos fundamentais da teoria marxista (como o caráter de classe do Estado e dos partidos, a natureza agressiva e belicista do imperialismo, a necessidade da ruptura revolucionária com o capitalismo, etc.) significava a materia-

lização de uma orientação revisionista que teria conseqüências fatais para o socialismo nos Estados do *campo socialista* que o adotassem. Mas, penso que *erramos* ao transplantar automática e mecanicamente esta crítica para a caracterização dos sistemas econômico-sociais existentes nessas sociedades como *capitalismo monopolista de Estado*, sem considerar o caráter necessariamente prolongado, complexo e contraditório do processo de retrocesso vivido por essas sociedades. Afinal, afirmar (como o fazemos hoje, após o impacto das mudanças recentes no Leste) que esses Estados viviam até aqui um processo de *transição em direção ao capitalismo* é muito diferente de caracterizá-los como sociedades de *capitalismo monopolista de Estado*.



Seria correto dizer que a URSS se tornara um país de tipo social-imperialista?

Acredito que isto implica, igualmente, numa reavaliação da caracterização que fazíamos da União Soviética como "potência social-imperialista". É fato que a URSS desenvolveu relações de hegemonismo e grande potência no interior do bloco que comandava, expressas de maneira cristalina na chamada "Doutrina Brejnev" sobre a *soberania limitada* dos integrantes do campo socialista. É fato que a União Soviética seguiu um curso belicista e agressivo na sua atuação internacional, materializada de maneira trágica nas invasões da Tchecoslováquia e do Afeganistão (cuja condenação pelas forças marxistas-leninistas foi



absolutamente correta). É fato, também, que ao adotar uma política de reintegração no mercado capitalista mundial, a URSS procurou explorar as vantagens que a divisão internacional do trabalho, cristalizada nesse mercado na era do imperialismo, lhe oferecia como estado industrializado, nas relações com os países em desenvolvimento.

Isto tudo, porém, é *insuficiente* para caracterizar a antiga URSS como uma potência *imperialista*, pois a definição do "imperialismo" por Lênin tem um sentido muito claro e preciso - se refere à tendência expansionista impulsionada pela formação de capital excedente nos países capitalistas centrais, que é forçado a procurar aplicações mais lucrativas no exterior em função do predomínio completo dos monopólios capitalistas nas economias centrais. O que fica claro, hoje, é que esse processo não havia ocorrido na URSS ou em qualquer dos estados do seu *bloco*. A equiparação feita entre o *imperialismo norte-americano* e o *social-imperialismo soviético*, portanto, não me parece hoje correta. É importante ressaltar que foi a exploração das diferenças na inserção internacional e nas práticas de relacionamento econômico de ambos que deu alento para a preservação de conquistas revolucionárias (e socialistas) em países como Cuba, Coréia do Norte e Vietnã, além de um desenvolvimento capitalista mais *autônomo* em relação às potências imperialistas em países como a Índia.

A análise desenvolvida neste artigo tem importantes implicações e conseqüências, tanto teóricas quanto políticas. Infelizmente, não tenho tempo, nem espaço para explorá-las aqui. Esta discussão se insere em todo o processo de renovação, reavaliação e realinhamento em curso na esquerda brasileira e mundial, à luz da *crise do socialismo*. Gostaria, no entanto, de indicar, ainda que "telegraficamente", alguns terrenos possíveis de discussão e reflexão.

Parece-me que a discussão feita implica numa (re)avaliação da nossa posição e política diante dos estados oriundos da terceira *leva* de revoluções socialis-

tas entre o final dos anos 40 e o final dos anos 50 - na verdade, estados formados a partir do triunfo de revoluções antiimperialistas e/ou anticoloniais que foram galvanizados pelo campo socialista. Igualmente, me parece, que ela implica em desenvolver uma compreensão mais ampla, aberta e *política* da transição socialista, sem querer *enquadrar* a discussão dessa transição unicamente nos moldes do *modelo* assumido pela experiência soviética dos anos 30 aos anos 50. Do ponto de vista *metodológico*, ressalta-se a necessidade de analisar as sociedades fundamentalmente a partir das contradições materiais dos processos sociais no seu interior, e não do exame isolado das proclamações e/ou orientações dos seus governantes (mesmo porque estas muitas vezes esbarram nas contradições materiais). Em suma, mais do que nunca é necessário ter coragem para romper com o dogmatismo, sem perder a referência revolucionária do marxismo. ■

LUIS FERNANDES - cientista político, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando do IUPERJ.

NOTAS

(1) Esses artigos são "O Marxismo e a Discussão sobre a Natureza da Sociedade Soviética", in *Comunicação e Política*, nº 7, de janeiro de 1987, e "Leste Europeu: A Direita Comemora Cedo Demais", in *Ciência e Movimento*, nº 1, de setembro de 1990. Sugiro, também, a leitura do texto de Massimo L. Salvadori, "A Crítica Marxista ao Stalinismo", in E. Hobsbawm (org.), *História do Marxismo* - vol. 7, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.

(2) No caso da URSS, ela se transformou na segunda potência do mundo justamente com base no processo de abolição da propriedade privada interna e de ruptura com o mercado capitalista mundial. Descrevo, em linhas gerais, este processo no artigo "Perestroika: Nova Fase de Integração no Mercado Capitalista Mundial", in *Princípios*, nº 17, de junho de 1989.

(3) O PC Chinês fez publicar uma série de artigos e documentos a este respeito na época, entre os quais se destacam os textos: *Como os Revisionistas Soviéticos Levam à Restauração Completa do Capitalismo na URSS e Leninismo ou Social-Imperialismo?* O PTA publicou, na mesma época, o texto de Enver Hoxha *A Classe Operária dos Países Revisionistas Deve Travar a Batalha para Restabelecer a Ditadura do Proletariado*, desenvolvendo raciocínio idêntico.

(4) Ver, por exemplo, as reflexões a este respeito da socióloga e assessora de Gorbachov, Tatiana Zaslavskaja, no texto "Perestroika e o Socialismo", in L. Pomeranz (org.), *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*, São Paulo, EDUSP, 1990.

(5) Ver as reflexões de Lênin a este respeito em *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* e também as suas críticas a Bukharin no VIII Congresso do Partido Comunista da Rússia (bolchevique), em 1919, por ocasião da discussão sobre a modificação do programa do partido.

(6) Ver a sua discussão a este respeito no texto "Sobre o Imposto em Espécie", in V.I. Lênin - *Obras Escolhidas* - vol. 3, op. cit.

(7) A caracterização destes elementos como componentes de *capitalismo de Estado* na NEP encontra-se espalhada ao longo de diversos escritos de Lênin do início dos anos 20. Sobre a sua polêmica com Trotsky e Bukharin em relação a esta caracterização do *capitalismo de Estado*, ver a interessante coletânea organizada por Antônio Roberto Bertelli, *A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo*. São Paulo, Global Editora, 1987.

BIBLIOGRAFIA

TROTSKY, L. *A Revolução Traída*, São Paulo, Global Editora, 1980, p. 176.

CRISE NA URSS REDEFINE FORÇAS POLÍTICAS

ROGÉRIO LUSTOSA

Certas posições, em certos momentos, marcam a vida dos partidos.

O dia 19 de agosto reclamou de todos uma definição sobre o que se pensa da estratégia revolucionária internacional

Ao analisar a falência da II Internacional, Lênin observou que cada crise na história, cada virada na vida do homem, “desorienta e desanima alguns, mas por outro lado, instrui e torna agressivos outros”.(1)

A crise na URSS, com centro nos acontecimentos do último dia 19 de agosto, provocou, e continua provocando, uma redefinição nas mais diversas correntes de opinião, em plano internacional. Mesmo no movimento comunista os abalos se fizeram sentir.

Os partidos revisionistas desagregam-se como se fossem atingidos por uma bomba. Afinal, o revisionismo que durante três décadas eles apregoaram como “marxismo criador” desembocou na contra-revolução escancarada, e no anticomunismo.

Este acomodamento de forças tem como pano de fundo a avaliação que cada um faz dos problemas internacionais. A capacidade de localizar para onde apontam os interesses fundamentais do proletariado e o caráter das transformações em curso, e a coragem de enfrentar a “tempestade no deserto” político-ideológica do imperialismo. A compreensão - ou não - do que significou a malograda tentativa de derubar Gorbachov. A identificação - ou não - da linha de continuidade entre as transformações, há muito em pauta na URSS, particularmente depois de 1985, e a atual investida contra-revolucionária de Ieltsin-Gorbachov.

As fileiras revisionistas dividem-se em variadas correntes. Umas se entregam totalmente ao derrotismo. Consideram a ofensiva imperialista como definitiva e o fracasso do socialismo como assunto encerrado. Capitulam e marcham para a autodissolução de seus partidos e incorporação integral na política bur-

guesa. O exemplo mais típico dessa primeira corrente é o do PCB de Roberto Freire. Seus seguidores consideram que a ditadura do proletariado é o passado. Que agora é a vez do pluralismo - no Estado e no partido. O “novo socialismo” que apregoam fundamenta-se em conceitos liberais, tem o mercado e a propriedade privada como partes integrantes, será construído pela “política de radicalidade democrática”, e “não comporta a contraposição entre reforma e revolução”.(2)



Muitos tratam de se afastar de Gorbachov e enfrentam imediata censura da direita

Setores centristas esforçam-se para sair da órbita revisionista, mesmo sem uma referência segura do rumo a seguir. No mínimo cuidam de livrar-se do fardo da submissão completa que mantinham até recentemente diante do PCUS. Alguns tentam uma resistência de caráter social-democrata - difícil de se manter de pé, uma vez que a própria social-democracia tradicional encontra-se num beco sem saída. Mas por mais tímidas que sejam suas atitudes, bastou não endossarem integralmente os termos fixados por Bush na interpretação dos fatos na URSS, para enfrentarem cerradas críticas, internamente dos grupos mais à direita, ou da mídia burguesa, visando liquidar com sua “ousadia” no nascedouro.

Nesse segundo bloco a realidade é muitíssimo variada. E com particularidades que mereceriam um

estudo mais detalhado, que não cabe aqui. Alguns exemplos servem para dar uma idéia do que acontece. De uma forma ou de outra, todos pretendem distanciar-se de Gorbachov. Mas nem sempre conseguem definir uma atitude clara sobre as mudanças em pauta. O PC de Portugal, dirigido por Álvaro Cunhal, logo ao tomar conhecimento do movimento para depor Gorbachov, divulgou nota observando que “as notícias levam a admitir que a iniciativa surge como uma tentativa de conter o desenvolvimento de um processo contra-revolucionário e de empreender soluções no sentido do socialismo”...

Imediatamente foi alvo de furioso ataque da burguesia, taxando-o de partidário do golpe e, inclusive, tratando de tirar conseqüências no plano eleitoral.

Na França o PCF debate-se em feroz luta interna. Pronunciamento do Birô Político, no dia 19, assim como editorial do *L'Humanité* e uma entrevista de George Marchais criticam apenas o “método empregado para afastar Gorbachov”. Foi o suficiente para que Charles Fitermann e Aniat Le Pors, dois membros da direção, ex-ministros do governo Mitterrand, promovessem uma gritaria exigindo a demissão do Comitê Central, pela não condenação explícita do golpe. A disputa encontra-se em andamento.

O PC dos EUA adotou uma forma cautelosa de concentrar críticas na orientação de Ieltsin-Gorbachov. Na declaração, divulgada em 28 de agosto, diz que enquanto muitas questões a respeito do movimento “inconstitucional” ainda não estão respondidas, “uma coisa é absolutamente clara: forças reacionárias, pró-capitalistas na URSS, com o apoio das corporações transnacionais, estão explorando a situação”. Observa que “os acontecimentos, durante os últimos seis anos, levantam muitas novas questões que os comunistas terão de examinar”. Alerta que os EUA sempre usaram o anticomunismo para atacar a democracia.

Os segmentos revolucionários, que ainda mantêm-se nestas organizações, com esperanças numa recuperação a partir da luta interna, tendem a uma aproximação com os autênticos comunistas.

É o que fizeram os quadros e militantes do PCB, no Rio de Janeiro, que abandonaram este agrupamento e ingressaram no PCdoB, em setembro.(3)

Na URSS, também, vão surgindo grupos que se declaram pela retomada do caminho revolucionário. Nina Andreieva, integrante do Comitê da Plataforma Bolchevique, em entrevista pelo telefone ao jornal *Hora do Povo*, de 21 de agosto, manifestou “apoio ao Comitê Estatal para o Estado de Emergência” e a esperança de que fosse “restabelecida a ordem socialista em nosso país para que possamos sair da crise gravíssima a que nos levou Mikhail Gorbachov”. Declarou-se “pelo leninismo e pelos ideais comunistas”. Convocou uma “luta implacável contra os predadores do partido e os fascistas como Ieltsin que querem ser os coveiros do socialismo em nosso país”.

Anatoly Kryuchov que encabeça outro movimen-

to, em declarações reproduzidas pelo *Jornal do Brasil*, mostrou que “chegará o momento em que o povo será forçado a ver a realidade. Quando as pessoas virem o que os chamados democratas fizeram a elas, e não puderem culpar as forças sombrias do comunismo, então vão começar a se perguntar onde está o brilhante futuro capitalista que lhes foi prometido”.



Avaliações distintas sobre a essência do processo desencadeado na União Soviética

Vale assinalar dois casos particulares, que não se enquadram propriamente nas correntes citadas acima. O PC de Cuba e o Partido Popular Socialista do México.

Cuba nunca arriou a bandeira da luta antiimperialista. Mas, em boa parte devido às condições concretas em que realizou sua revolução, sofreu as conseqüências de um alinhamento excessivo com a URSS. O próprio embaixador deste país no Brasil, Jorge Bolaños, em entrevista ao jornal *A Classe Operária* (n.º 68 - de 3 de outubro), indicou que: “Desde 1986, antes mesmo da *perestroika*, nós percebemos que havia uma grande fraqueza ideológica nos países do Leste e então iniciamos uma política de retificação dos nossos rumos, procurando pouco a pouco nos libertar dessa dependência e consolidar o caminho cubano do socialismo, sem abdicar dos princípios revolucionários”.

No dia 20 de agosto, o governo cubano, diplomaticamente, comentou que o chamamento do presidente interino da URSS, Guenadi Ianayev “qualifica de temporárias as medidas de caráter extraordinário adotadas e sublinha que elas não afetam os compromissos internacionais assumidos pela URSS”. Já anteriormente, Fidel Castro assinalara que, independente do que pudesse acontecer na URSS, a antiga palavra de ordem Pátria ou Morte passava a ser Socialismo ou Morte. A resistência estava definida.

O PPS declarou-se pelo marxismo recentemente. Modesto Cardenas do seu comitê central, analisou, em 2 de setembro, no semanário *Combatiente*, órgão oficial do PPS, que na URSS, no curso da reestruturação, manifestaram-se e adquiriram força os inimigos do socialismo. Que, “nestas condições e desesperados com a marcha rumo à desintegração devido às debilidades e concessões de Gorbachov para obter ajuda financeira dos países capitalistas, e por tensões internas e interétnicas, um grupo de dirigentes do Exército Vermelho, do partido e do governo, intentou o golpe de Estado fracassado”.

A direção do PPS qualificou a ofensiva desencadeada por Ieltsin-Gorbachov como “febre anticomunista” que nos recorda “as piores situações em países



capitalistas como a República do Chile na época do general Pinochet”.

No movimento comunista mundial, porém, surgiram também avaliações diferentes sobre o processo em curso na URSS e sobre a tática revolucionária mais acertada.

O PCdoB concentrou fogo em Gorbachov e em sua política anti-socialista, e tratou de desmascarar a tentativa do imperialismo de apresentá-lo como campeão da democracia.(4)

Na França, o PCOF centrou sua política em “condenar resolutamente o golpe não somente na forma, mas no seu conteúdo e seus objetivos”. O jornal *La Forge*, deste partido, comenta, em 15 de setembro, que “os dirigentes do golpe fracassado, como Gorbachov e Ieltsin, são sobretudo representantes típicos da burguesia burocrática” que dominaram o partido e o Estado.

cesso que culminou com a elevação de Gorbachov à posição de “grande teórico” do mundo moderno.

Em 1956, muitos partidos comunistas, sem visão crítica da essência das mudanças, aceitaram a forma de “marxismo criador” apresentada por Nikita Kruchoy, a partir do XX Congresso do PCUS, que agora caiu no abismo do anticomunismo explícito.

A base desta guinada foi, essencialmente, por debilidades ideológicas e teóricas. O partido e o Estado não desenvolveram adequadamente a teoria marxista, e não identificaram as alterações no processo da luta de classes e da construção da nova sociedade. Criaram-se condições para o ressurgimento de concepções pequeno-burguesas do socialismo.

O fim da segunda guerra levou a uma polarização entre os EUA, hegemônicos no terreno capitalista, e o campo socialista encabeçado pela URSS. A guerra fria entrou em cena. A ameaça nuclear pesava sobre o mundo.

A reconstrução da Europa permitiu um acelerado desenvolvimento do capitalismo, com oferta abundante de empregos e melhores salários para os trabalhadores. Como decorrência, condições propícias à ampliação da aristocracia operária e ao crescimento do reformismo.

Na URSS, a recuperação da economia se deu também rapidamente. Mas as novas condições da competição internacional, a elevação extraordinária do nível cultural do povo soviético, sua inabalável decisão de defender o socialismo, revelada no combate às hordas nazistas, as necessidades materiais dos cidadãos, o progresso alcançado pelo socialismo em todos os terrenos, e seu prestígio mundial, reclamavam transformações revolucionárias nos processos de constru-

Deformações no rumo socialista acarreta negação de interesses até dos trabalhadores



Na Espanha, o PCE(ML) criticou a tentativa de voltar ao revisionismo de Brejnev, ao mesmo tempo em que repudiou Gorbachov e a alternativa Ieltsin - “o primeiro dirigente revisionista russo importante a apostar numa força política burguesa totalmente desligada do PCUS”, comenta o *Vanguardia Obrera*, em 4 de setembro.

Neste ponto, para interpretar a origem de tantas redefinições, é preciso recapitular um pouco o pro-

ção do socialismo, nas relações políticas no partido e na sociedade, um novo patamar da democracia proletária. E uma política internacional revolucionária capaz de enfrentar a agressividade do imperialismo e suas ameaças de utilização de armas atômicas.

Sem explicar teoricamente as novas condições, era difícil formular as tarefas que a revolução exigia.

O partido e o governo repetiam, em boa parte, soluções que funcionaram anteriormente, mas que tinham sido superadas pela vida. Permitiram, com isto, deformações na construção do novo regime e a negação de direitos e interesses dos próprios trabalhadores.

Foi explorando esta situação que Nikita Kruchov apresentou-se como "renovador" dos ideais revolucionários em todos os terrenos. Particularmente como o portador da nova "democracia". Em nome da renovação atacava os alicerces fundamentais do socialismo. Tinha base social principalmente na pequena burguesia, em setores burocratizados encastelados no aparato estatal, e no campesinato, porém, fez-se igualmente porta-voz do descontentamento que tomou corpo entre os trabalhadores.

Lênin advertia, em 1908, exatamente num período de maré contra-revolucionária, que "a política revisionista consiste em determinar seu comportamento em função das circunstâncias, em adaptar-se aos acontecimentos do dia, às viragens dos pequenos fatos políticos, em esquecer os interesses fundamentais do proletariado e os traços essenciais de todo o regime capitalista".

Kruchov tratava de problemas reais, que exigiam respostas. Quem, entretanto, se contentou com a simples aparência da palavra democracia, e se acomodou com migalhas do dia-a-dia, comeu gato por lebre, tolerou que as concepções da democracia burguesa, e pequeno-burguesa, minassem, gradativamente, o regime instaurado em 1917.

Em 1964, as inovações kruchovistas tornaram-se demasiadamente desavergonhadas e geraram descontentamentos. Leonid Brejnev encenou o segundo ato da farsa, criticando o revisionismo e, promovendo por outras vias, o mesmo processo de liquidação do socialismo.

O PC da China, que vinha desempenhando importante papel no combate ao revisionismo, deixou-se enganar, naquele momento, por este *pequeno fato político*.

Em 1985, Gorbachov ainda se denominava continuador, e até "restaurador", do verdadeiro leninismo, enquanto promovia a sabotagem completa das teses de Lênin - em especial sobre a questão da guerra e da paz. Ampliara sua base de sustentação com uma extensa camada de "gerentes" e diretores de empresas, favorecidos por sucessivas "modernizações". Mas a crise em que a URSS mergulhara sob o comando revisionista já não permitia manter a máscara. Tenta uma flexão de conteúdo social-democrata, tanto

na organização estatal como nas "reformas" da vida partidária. Chegou a se dizer social-democrata tipo sueco. Mas não teve como evitar o desmascaramento como raivoso anticomunista, impellido pelo abraço de urso de Ieltsin.



Movimento de Ieltsin é fruto da árvore adubada pela glasnost e pela perestroika

A verdade é que a "liberalização" empreendida desde 1956, e que tomou força multiplicada com Gorbachov, liberou o que havia de mais anti-socialista e contra-revolucionário na sociedade soviética. O movimento de características fascistas encabeçado por Ieltsin - e que consegue, por ora, empolgar grandes contingentes do povo soviético - é o desdobramento natural do processo político instaurado com a *glasnost*. Assim como a ruína econômica foi o resultado principal dos esforços da *perestroika* para completar a liquidação da estrutura de produção socialista.

Só se ilude com o caráter democrático da transparência e modernização gorbachovistas quem se esquece de pesquisar o conteúdo de classe que elas representam.

A marcha do fascismo e os fracassos econômicos não poderiam deixar de provocar cisões no próprio movimento revisionista. E, evidentemente, descontentamento na população. A tentativa de golpe, em 19 de agosto, pelos dados até aqui revelados pela própria imprensa, foi a expressão do inconformismo de setores do partido revisionista, do exército e do próprio governo a essa situação calamitosa. Gente que esteve envolvida com todas as mudanças que vêm sendo realizadas desde o XX Congresso do PCUS mas que se alarmou com o caos criado, e tentou colocar um freio na guinada de Gorbachov rumo à direita escancarada de Ieltsin. E que imaginou (ainda!) forjar uma alternativa nos marcos social-democratas e revisionistas para evitar o colapso.

A vida colocou na ordem do dia essa contradição entre social-democratas e revisionistas com a onda ultra-reacionária que arrasta Gorbachov para os braços de Ieltsin. Contradição que se acirrou rapidamente e na qual os grupos comunistas em formação não tinham condições de intervir com peso.

A derrota de Gorbachov não podia, evidentemente, restaurar o rumo socialista na combalida URSS. Mas o resultado da luta não era indiferente para os revolucionários. Colocar-se à margem numa situação destas, simplesmente invocar questões de princípios para dar o mesmo peso aos dois contendores, significava recusar-se a atuar de acordo com a realidade. Pensar que, nessa situação de impetuosa investida reacionária, um apelo heróico à revolução pudesse ser ouvido, era abusar do direito de sonhar.

Em 1914, numa situação de ascenso do movimento revolucionário de massas, Lênin identificou que a contradição era entre a guerra imperialista e a revolução. E lançou a palavra de ordem de transformar a guerra imperialista em guerra civil. Querer transplantar esta realidade para nossos dias e imitar as tarefas então colocadas pelos bolcheviques, seria condenar-se ao imobilismo.

Por outro lado, a pretexto de salvaguardar a democracia, tomar como questão central a condenação do golpe, inevitavelmente resultaria em ser arrastado no leito da campanha imperialista em defesa de Gorbachov. E com os acontecimentos posteriores, não restam dúvidas sobre os frutos da vitória de Gorbachov-Ieltsin.

Independente da vontade de cada um, os campos se dividiram radicalmente: de um lado o imperialismo, comandado por George Bush, com a social-democracia a tiracolo, exigindo de todos um pronunciamento "contra o golpe e a favor da democracia" e a "democracia" significava manter Gorbachov no trono. De outro, os revolucionários, contra Gorbachov e sua política antiproletária.

Não se poderia, por fim, alimentar esperanças no levante de Ianayev. Nem caberia fazer nenhuma concessão de princípios a seus seguidores. Os revolucionários, no entanto, para ater-se ao real e não aos desejos, tinham que encontrar formas concretas de atuar nas condições criadas e de explorar inclusive as fraquezas dos golpistas e sua incapacidade de empolgar as massas. Talvez isso explique, inclusive, as declarações de Nina Andreieva, manifestando uma confiança nas possibilidades do Comitê de Emergência que a realidade não confirmou.

Os golpistas fracassaram sobretudo por sua orientação revisionista e social-democrata. O próprio Gorbachov tentou, em certo momento, se manter nesta posição e não conseguiu. As dificuldades do capitalismo em plano mundial - e a derrota de 40 anos de social-democracia na Suécia é uma demonstração disto - inviabilizam as saídas nessa direção.

**Uma política que
facilite
o surgimento de novas
forças
revolucionárias**



Sem exagerar as semelhanças, vale lembrar que no período da I Guerra, o movimento comunista viveu uma crise que levou ao esfacelamento de quase todos os partidos operários.

Com a bancarrota da II Internacional, numa fase contra-revolucionária, de 1908 a 1914, organizou-se uma reunião em Zimmerwald, em setembro de 1915, com o objetivo de reerguer a organização. Apesar do predomínio dos oportunistas no movimento,

Lênin incentivou a formação de uma corrente de esquerda, e advogou a participação dos próprios bolcheviques (como observadores) - no que chamou de Internacional dois e meio - como tática para, no mínimo neutralizar a onda social-chauvinista, de colaboração do proletariado com "suas" burguesias, na guerra.

A atitude para com os elementos hesitantes - dizia Lênin - "tem uma importância considerável (...) uma aproximação com eles, contra o social-chauvinismo, é indispensável". Ao mesmo tempo, advertia: "Nas deliberações internacionais, não se pode limitar o programa ao que é aceitável por esses elementos. Senão nós mesmos seremos prisioneiros do pacifismo hesitante".(5) Ou seja, fazer política, sem incorrer em concessões de princípios, compreendendo que de tal movimento poderiam surgir melhores condições para a retomada da corrente revolucionária. Estas indicações merecem atenção diante do quadro de esfacelamento dos agrupamentos revisionistas hoje.

Valem ainda dois comentários rápidos sobre as repercussões no Brasil. O PT, seguindo a onda, revelou-se como fervoroso adepto de Gorbachov. Lula, declarou à *Folha de S. Paulo*: "Só posso estar feliz com a volta de Gorbachov". Genoino foi mais longe: "A democracia volta com força". E Paulo Delgado destilou seu anticomunismo: "A lição histórica é nunca mais fazer coligação com o PCdoB, que apoiou o golpe".

Quanto ao PCdoB, que neste período foi colocado na berlinda por ter coragem de enfrentar os míseros ideológicos da burguesia, colocou-se como pólo das forças revolucionárias em nosso país.

Em 62, na sua reorganização, já havia se caracterizado por esta ousadia. Quando Kruchov e Prestes gozavam de fama incontestável, um pequeno grupo de comunistas teve o topete de apontar a falsidade de suas teses revisionistas - coisa que a vida se encarregou de demonstrar.

Por isto, seu Congresso, em janeiro de 92, assume importância superior. E, também por isto, já no processo de sua preparação, recebe importantes adesões e é capaz de absorver o potencial progressista que esta tumultuada conjuntura deve gerar. ■

ROGÉRIO LUSTOSA - Editor da Revista *Princípios*

NOTAS

- (1) LÊNIN, V.I. - *A Bancarrota da II Internacional*.
- (2) VOZ DA UNIDADE n.º 514 - *Propostas para o 9.º Congresso do PCB*.
- (3) No dia 12 de setembro, numa solenidade com cerca de 700 pessoas, no auditório da ABI, no Rio de Janeiro, 70 ex-dirigentes e militantes do PCB, entre eles Juliano Siqueira, que integrava o comitê central deste partido, ingressaram no PCdoB.
- (4) O secretariado do comitê central do PCdoB pronunciou-se, logo no dia 20, através de um artigo na *Folha de S. Paulo*, assinado por João Amazonas. Uma semana depois, a executiva nacional divulgou uma nota no jornal *A Classe Operária* n.º 66. No dia 15 de setembro, a reunião plenária do comitê central aprovou um documento mais analítico sobre a situação.
- (5) LÊNIN, V.I. - *Socialismo e a Guerra*.

HOUVE SOCIALISMO NA UNIÃO SOVIÉTICA?

RENATO RABELO

*O vendaval que arrasou o Leste europeu
ameaça apagar meio
século de história. Uma onda derrotista
tende a negar o primeiro
ciclo de luta pelo socialismo no mundo*

Os paradigmas apresentados, como o pluralismo, a iniciativa individual, as questões existenciais do homem, a afirmação da personalidade do indivíduo, o mercado e a competição capitalista, tornam-se o centro das “verdadeiras” alternativas na atualidade. Chega-se até ao ponto de deturpar a história, negando-se tudo: “Houve somente erros, estagnação e retrocesso; o socialismo não chegou a vigorar em nenhuma parte”.

Não se percebe ou procura-se rebaixar o alcance, em escala histórica mundial, da viragem produzida desde a Revolução de Outubro de 17 na Rússia. A partir daí o primeiro ciclo de desenvolvimento do socialismo que a humanidade conheceu, e que marcou profundamente a maior parte deste século.

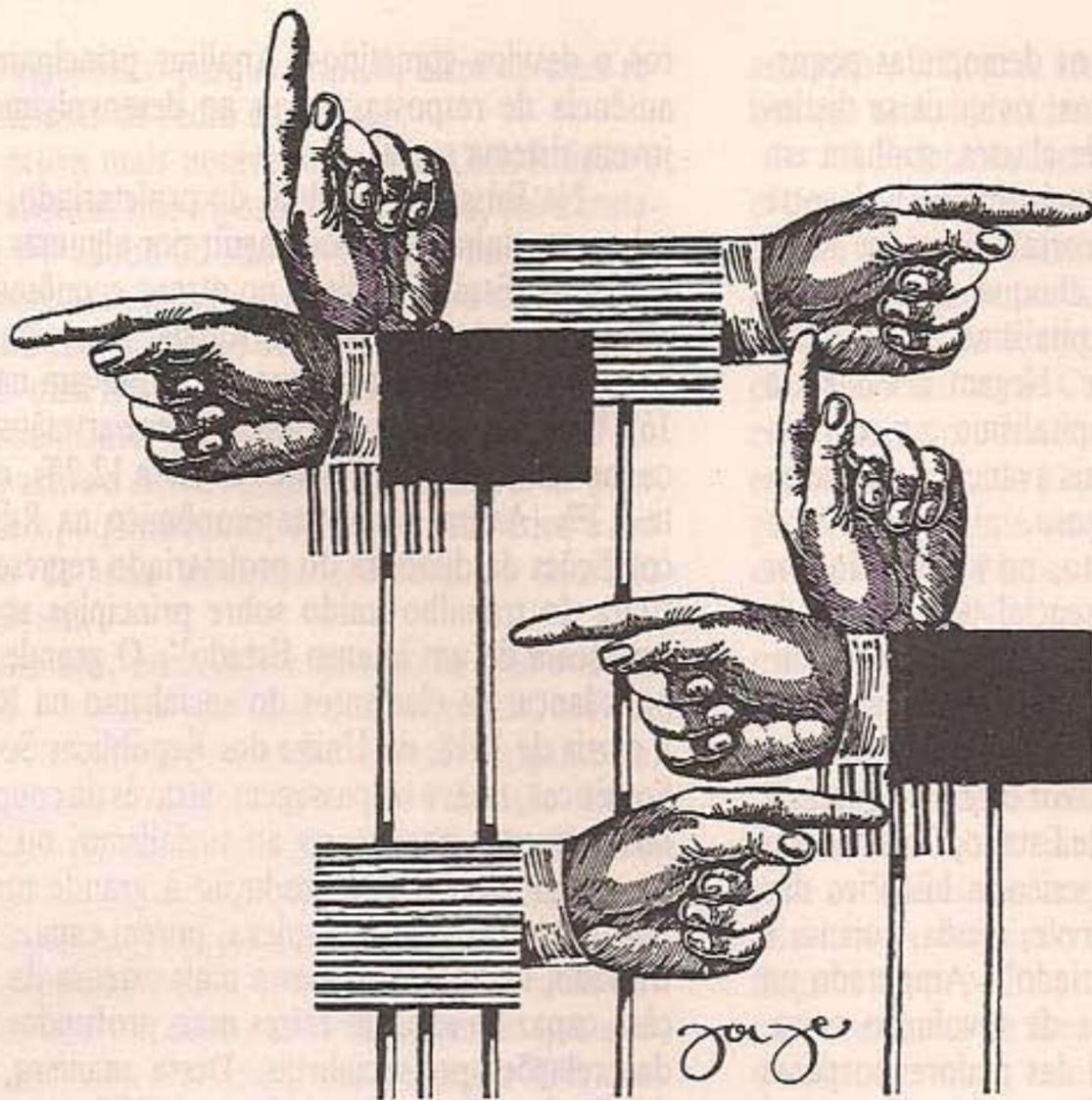
A única experiência que o proletariado tinha no poder é do século passado, em 1871, na Comuna de Paris, que durou 72 dias. Na verdade ficou sendo um ensaio. As condições objetivas não estavam ainda maduras. A revolução proletária na Rússia estava destinada a abrir uma senda e desvendar de forma precursora o caminho a ser trilhado. A revolução surge na Rússia, país atrasado nas condições do capitalismo da época, e que não tinha ainda completado a revolução burguesa. Diante dessa realidade Lênin afirmava que “a história não tem sido suficientemente bondosa para fazer com que a revolução amadurecesse em todas as partes simultaneamente”, como imaginava Marx. Em tais condições objetivas era possível a vitória e consolidação da revolução? Responder e concretizar esta decisiva questão tornava-se essencial a fim de fornecer perspectiva ao movimento revolucionário. O cenário formado não era constituído pelo capricho dos revolucionários, onde o modelo ideal

poderia ser simplesmente aplicado. Ao contrário, a história obrigou-os a tomar uma decisão: “continuar sendo revolucionário” e “não charlatão”. A exigência era trabalhar em condições penosas e complexas e sair delas.

O partido dos bolcheviques, com Lênin à frente, teve o grande mérito de revelar o que a época exigia e foi ousado em avançar. Com base no grande ideal do socialismo marxista, as alternativas foram sendo ditadas por um conjunto de fatores objetivos. O socialismo foi sendo plasmado em uma época determinada, conformada de certas características particulares.

Em março de 1918, no VII Congresso do partido bolchevique, depois da “marcha triunfal” de outubro, e quando a revolução atravessava enormes dificuldades internas e externas, Lênin concluía que “a situação objetiva foi a causa do que tivemos que experimentar de uma viragem histórica *extraordinariamente difícil e brusca*”. Esta profunda constatação, vai ser uma marca em todo o percurso da luta na construção do socialismo neste século: o cerco persistente do capitalismo, a maneira abrupta tomada pelas novas formas sociais, o esforço simultâneo em desenvolver a economia e o socialismo, o esforço gigantesco na II Guerra Mundial.

Na Europa, tendo como referência as premissas econômicas da revolução socialista, “era incomparavelmente mais difícil iniciar a revolução”. Enquanto que na “Rússia era incomparavelmente mais fácil iniciar a revolução, porém era mais difícil continuá-la”. A vanguarda da revolução soviética estava diante da gigantesca tarefa de consolidar a vitória e desenvolver o socialismo em um só país, considerando desde fins



de 1922 a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Para isso, era necessário superar as contradições existentes entre a classe operária e o campesinato, aprofundar a aliança entre eles, triunfar *politicamente* sobre o capitalismo, vencer *economicamente* a burguesia, liquidar as classes exploradoras e lançar as bases da construção da sociedade socialista.

A ameaça de agressão, o cerco, a pressão econômica e política eram permanentes



Há uma diferença radical entre a revolução socialista e a revolução burguesa. Nessa, já existem plasmadas formas de relações capitalistas, expressas no mercado nacional e internacional que cresce e se estende espontaneamente. Por outro lado, o poder proletário não recebe essa "vantagem". Pior ainda no caso da escassez das formas mais desenvolvidas do capitalismo, faltando construir ainda todo um organismo econômico que funcione de tal modo que milhões de seres se rejam por um só plano. Tudo isso, também, se inter-relaciona com o plano internacional.

A vitória da Revolução de Outubro foi mais simples porque os bandos imperialistas estavam divididos em uma encarniçada guerra entre eles. Naquele momento não podiam se unir contra o poder soviético que nascia. Mas, logo em seguida, isso aconteceu e se desdobrou em sistemática ação de cerco e tentativas de destruição do novo regime proletário. Lênin considerava o maior problema histórico para a revolu-

ção russa, o atraso na realização da revolução na Europa. Com a coexistência no mundo de dois regimes opostos - o regime socialista e o regime capitalista -, o perigo de uma agressão armada das potências imperialistas, a pressão e o cerco eram permanentes. Contribuiu decisivamente para resolução dessa contradição o avanço e a vitória da revolução em outras partes do mundo, favorecendo a correlação de forças para o socialismo. Desse modo a vitória não poderia ser ainda definitiva. Porém, mesmo sem a vitória da revolução na Europa, por longo período, a URSS conseguiu reunir o que era necessário e suficiente para fazer vingar a primeira alternativa socialista no mundo.

As características específicas do caminho extraordinariamente difícil e novo para o socialismo, definem toda uma época histórica de transição. A teoria diz, e a prática confirmou, que entre o capitalismo e o comunismo, medeia determinado período de transição que deve combinar os traços e as propriedades destas duas formas de economia social. Esse período se define pela luta entre o "capitalismo agonizante" e o "comunismo nascente", ou em outras palavras, "entre o capitalismo que foi derrotado, porém não foi destruído" e o "comunismo nascente que todavia ainda é débil". Ressalta-se assim, a questão essencial para o rumo do socialismo: "*conciliar* as duas forças em litígio ou *dirigir* a luta de uma das forças".

Esse foi sempre um divisor bastante nítido entre bolcheviques e os oportunistas de todo tipo. Sem tomar firme e explícito partido pelo proletariado, sem uma clara *posição de classe*, a revolução socialista nem começaria. A perspectiva do socialismo depende em que se avance à sua maneira, com suas categorias e métodos próprios. Nessas questões situam-se os cam-

pos entre os revolucionários e os democratas pequeno-burgueses e social-democratas, os quais se distinguem por sua aversão à luta de classes, sonham em evitá-la, teorizam na convergência impossível entre capitalismo e socialismo. Na "teoria" dizem ser possível conciliar as duas forças em choque, porém na realidade tomam o partido do capitalismo, porque este se desenvolve espontaneamente. Negam a evidência da transição de luta entre o capitalismo e o socialismo, a qual toma uma forma mais avançada e encarniçada, sendo por isso mais perigoso.

Tendo em vista o exposto, na apreciação dos marxistas revolucionários é essencial uma forma de organização política avançada, estatal, para fazer vingar o novo sistema que luta em todos os terrenos com o velho sistema. É preciso um novo tipo de Estado, voltado para responder os objetivos da classe operária e dos trabalhadores. Esse tipo de Estado, foi sintetizado por Marx com base na experiência histórica das revoluções em sua "fórmula breve, aguda, concisa e eloquente: ditadura do proletariado". Amparado na experiência dos primeiros anos de revolução russa, Lênin enfatiza que "seria uma das maiores torpezas e uma utopia das mais absurdas supor que é possível passar do capitalismo ao socialismo, sem coerção e sem ditadura". Não há como equivocar-se quanto a isso. A não ser os oportunistas ou os "ingênuos". Nessa luta, não existe uma solução intermediária.

**As formas socialistas
se impõem
pela ação do Estado e
mobilização
organizada do povo**



É preciso afastar a resistência dos exploradores que persiste por período prolongado. As formas socialistas de economia não aparecem nem se desenvolvem delas mesmas, ou seja, espontaneamente. Elas se desenvolvem graças à ação metódica do Estado, e da mobilização organizada do proletariado. A defesa de um Estado "maleável", ou de uma saída de meio termo, faz parte da velha mania de enganar o povo e escamotear o "viés" de classe de todo Estado, usando velhos ou novos argumentos. Essa concepção não leva a nenhum socialismo, é isso o que a vida tem demonstrado. O novo tipo de Estado, de ditadura do proletariado, essencialmente é mais democrático, porque é organizado e estruturado para dar curso aos interesses e ideais dos trabalhadores. A forma que esse Estado venha a tomar, seus mecanismos institucionais, sua relação com a organização política da sociedade, dependem de uma série de fatores políticos, econômicos e culturais. Hoje a discussão da experiência do poder operário procura situar e compreender a questão da democratização constante da sociedade socialista, extrair, do modelo que prevaleceu, lições dos er-

ros e desvios cometidos. Analisar principalmente a ausência de respostas novas ao desenvolvimento do jovem sistema social.

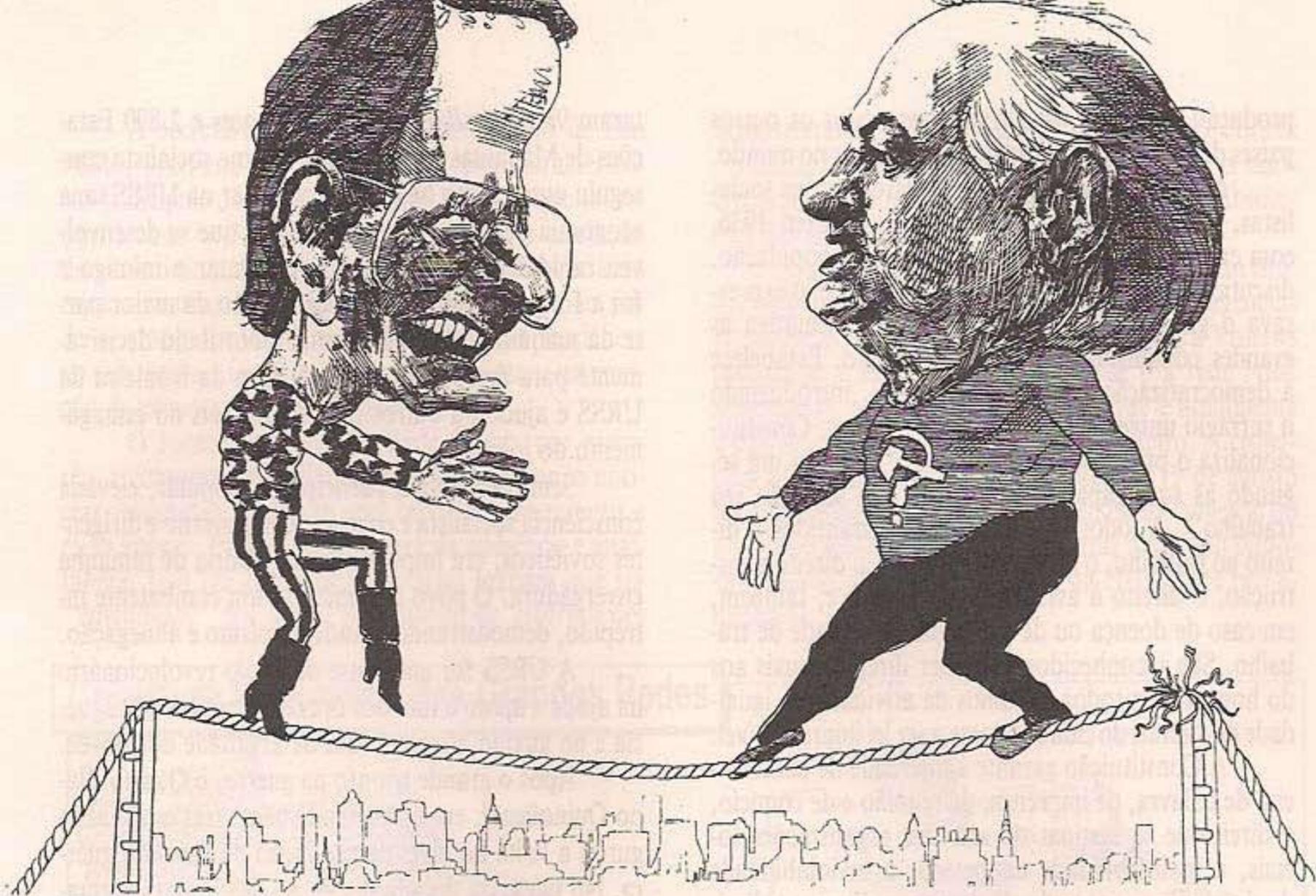
Na Rússia, a ditadura do proletariado, inevitavelmente, tinha que se distinguir por algumas particularidades. Essas, residiam no atraso econômico e no caráter pequeno-burguês da Rússia. Antes da revolução, os operários e empregados formavam na Rússia 16,7% da população. Os camponeses e artesãos 65,1%, os capitalistas e proprietários de terra 12,3%, o restante 2,3%. Assim, o sistema econômico na Rússia nas condições da ditadura do proletariado representava a "luta do trabalho unido sobre princípios socialistas em escala de um imenso Estado". O grande desafio para lançar os elementos do socialismo na Rússia e, a partir de 1918, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, estava na passagem, através da cooperação, dos pequenos produtores ao socialismo, ou seja, na passagem da pequena produção à grande produção. Uma transição mais complexa, porém capaz, por outro lado, de abarcar a massa mais extensa da população, capaz de extirpar raízes mais profundas e ativas das relações pré-socialistas. Dessa maneira, a base da ditadura do proletariado na URSS era a aliança operário-camponesa. Essa situação fornecia uma característica própria ao projeto socialista na URSS. Nessas condições concretas, qual a essência econômica, a base econômica do socialismo?

A experiência demonstra que seria fundir a agricultura com a indústria, subordinar a agricultura à direção da indústria socialista. Nas condições de um país atrasado, predominantemente camponês, o campo era a fonte mais importante nos períodos iniciais para a acumulação socialista e seu desenvolvimento econômico.

Em resumo, a negação e incompreensão sobre o desenvolvimento do socialismo na URSS, decorrem em grande parte da não percepção das características específicas da época, das condições concretas da revolução. Surge também de diferenças de concepção a respeito do tipo de Estado no socialismo. Além disso, procura-se ir além, ao esconder e "apagar" vergonhosamente os êxitos e as conquistas dos trabalhadores nas condições do socialismo e sua influência para o progresso da humanidade.

Pelas particularidades assinaladas, o processo de transição para o socialismo na URSS, teve períodos de avanços e recuos, defensivas e ofensivas. Foi preciso uma dura luta, revestida de grandes controvérsias e resistências, cuja questão central era o caminho novo a ser seguido. Depois da morte de Lênin, em 1924, as dificuldades se aprofundaram e a luta pela transição à nova sociedade se exacerbou.

Stálin teve o mérito de compreender que, no embate para prevalecer o socialismo, tinha que ficar do lado do pólo proletário em luta, partir de uma dura posição de classe, tendo em vista a grande tarefa histórica de liquidar as classes exploradoras. Procurou ser



fiel às bases do pensamento leninista e aplicar sua política. Apesar disso, é evidente que após o período de Lênin a teoria do socialismo científico fez muito pouco progresso, o seu desenvolvimento prático seguiu um processo retilíneo, empobrecendo a perspectiva histórica para a nova sociedade. Foi sendo moldado um sistema contraditório com a vivência da liberdade, em claro confronto com a visão libertadora do proletariado. Mas isso não pode apagar ou negar o desenvolvimento do socialismo na URSS, seus grandes êxitos e influência. E não permite concluir que o “socialismo não chegou a vigorar”.

**Enquanto prevaleceu
o socialismo
os trabalhadores se
viram livres
de seus exploradores**



Em primeiro lugar não podemos ignorar que na URSS, a classe operária e os trabalhadores se libertaram de seus exploradores e opressores seculares enquanto prevaleceu a perspectiva socialista, até metade da década de 50. Esse passo para a “verdadeira liberdade” e a “verdadeira igualdade” - como dizia Lênin -, “passo sem precedentes no mundo por seu alcance, suas proporções e rapidez”, não pode ser subestimado na experiência histórica dos trabalhadores. O desenvolvimento do socialismo na URSS chegou a dar o segundo e mais difícil passo - a aproximação dos operários industriais e camponeses, transformando a todos em trabalhadores.

Tudo isso só foi possível mediante a imensa pro-

eza, baseada nos recursos próprios, de reorganização de toda a economia social, mediante a passagem à grande produção social e mediante um plano único de direção de todo desenvolvimento econômico. Em um tempo rápido, considerando seu nível de desenvolvimento econômico, a URSS lançou as bases econômicas e sociais e passou para o período do socialismo. O sucesso da industrialização socialista e da coletivização da agricultura modificaram profundamente a relação entre os setores econômicos e as forças de classe.

No Primeiro Plano Quinquenal, encerrado em 1932, foram lançados os fundamentos da economia socialista.

No Segundo Plano Quinquenal, encerrado em 1937, alcançou-se a construção técnica de toda economia nacional. A URSS passou a produzir todo equipamento técnico necessário à sua economia e à sua defesa. Todas as classes exploradoras foram liquidadas. Já em 1936, a parcela das formas socialistas de economia no conjunto dos meios de produção atingiam 98,7% - 99,5% na indústria e 96,3% na agricultura. Em 1937 os operários e empregados constituíam 34,7% da população; camponeses nos *kolkoz* e cooperativas 55,5%. Não existiam mais capitalistas e *kulaks*. A renda nacional em 1937, na URSS, era cinco vezes maior que em 1917. A produção de objetos de consumo cresceu sete vezes em relação a 1917.

O número de alunos das escolas primárias e secundárias passou de 7,9 milhões em 1917 a 29,6 milhões em 1937. No curso superior saltou de 117 mil para 547,2 mil. A tiragem dos livros aumentou de 86,7 milhões a 673,5 milhões e o de jornais de 2,7 milhões a 36,2 milhões. Nesses dois planos quinquenais, antes da guerra, a URSS, por volume global da

produção industrial, já ultrapassava todos os outros países da Europa e ocupava o segundo lugar no mundo.

No curso dessas grandes transformações socialistas, é promulgada a nova Constituição em 1936, com emendas populares e participação da população, discutida durante seis meses. Essa Constituição expressava o grande avanço democrático e consagrava as grandes conquistas sociais do socialismo. Estabelece a democratização do sistema eleitoral, introduzindo o sufrágio universal, secreto, igual e direto. Constitucionaliza o princípio do socialismo: "De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo seu trabalho". A todos os cidadãos são garantidos o direito ao trabalho, o direito ao repouso, o direito à instrução, o direito à assistência na velhice e, também, em caso de doença ou de perda da capacidade de trabalho. São reconhecidos à mulher direitos iguais aos do homem, em todos os ramos da atividade. A igualdade de direitos do cidadão passa a ser lei imprescritível.

A Constituição garante a liberdade de consciência, de palavra, de imprensa, de reunião e de comício, o direito de se agrupar no seio das organizações sociais, a inviolabilidade da pessoa, a inviolabilidade do domicílio e o segredo da correspondência, o direito de asilo aos cidadãos estrangeiros perseguidos pela sua defesa dos interesses dos trabalhadores, devido à sua atividade científica ou pela sua luta de libertação nacional.

**Impossível a vitória
sem ampla
participação popular
e elevada
confiança no governo**



O prestígio e a influência da URSS cresce em todo mundo. Tem seu apogeu no fim dos anos 30 e com a vitória da II Guerra Mundial. Basta dizer que entre os intelectuais a influência era crescente. Diz, I. Hobsbawn que na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França, os maiores centros ocidentais de pesquisa de ciências naturais na época, eram inúmeros, nos níveis máximos, os cientistas de grande renome que se revelaram comunistas ou simpatizantes. "Calcula-se que, em 1936, entre os duzentos melhores cientistas ingleses com menos de 40 anos, 15 estavam inscritos no partido comunista, 50 operavam ativamente à esquerda, 100 simpatizavam com a esquerda, e ficavam apenas 5 ou 6 na exótica direita."

O Terceiro Plano Quinquenal foi interrompido em 1941 pela agressão da Alemanha nazista. De 1941 a 1945 a URSS teve que se empenhar na guerra, sendo a mais dura de todas as guerras vividas pelo povo russo. Foram mortos 20 milhões de soviéticos. Os ocupantes nazistas destruíram 1710 cidades, sendo dessas, três importantes centros industriais e culturais, mais de 70 mil vilarejos, 31.850 empresas industriais; devas-

taram 98 mil *kolkoz*es, 1.876 *sovkoz*es e 2.890 Estações de Máquinas e Tratores. O regime socialista conseguiu num tempo bastante curto criar na URSS uma economia de guerra bem organizada que se desenvolveu rapidamente. Pôde assim, enfrentar o inimigo e foi a força responsável pela destruição da maior parte da máquina de guerra alemã. Contribuiu decisivamente para derrota do nazismo além da fronteira da URSS e ajudou a outros povos europeus no esmagamento do inimigo.

Sem uma ampla participação popular, elevada consciência socialista e confiança no governo e dirigentes soviéticos, era impossível uma vitória de tamanha envergadura. O povo soviético foi um combatente intrépido, demonstrando grande heroísmo e abnegação.

A URSS foi uma base de apoio revolucionário na ajuda e apoio à luta dos operários contra a burguesia e no auxílio efetivo à luta de liberdade dos povos.

Após o grande triunfo na guerra, o Quarto Plano Quinquenal, em aproximadamente três anos, assegurou a volta ao nível de produção de antes da guerra. No início da década de 50, a URSS, antes formada por países atrasados, já era uma grande potência mundial, a sua indústria era a segunda no mundo e a sua agricultura a maior do mundo.

De 1928 a 1954, a produtividade do trabalho aumentou seis vezes na indústria, triplicou na agricultura. No início da década de 50, a produtividade do trabalho na indústria tinha alcançado os países capitalistas mais desenvolvidos da Europa. A economia não tinha inflação, não tinha desempregados e a saúde e educação eram gratuitas.

Com o fim das classes exploradoras, o socialismo na URSS suprimiu as causas que engendraram a opressão das nações. O sistema socialista conseguiu superar a desigualdade política e cultural das nações, assegurando o progresso de todos os povos sem exceção. Nas repúblicas e regiões nacionais anteriormente atrasadas, uma grande indústria socialista foi criada, o regime kolkosiano implantado.

Sob o poder dos Sovietes quarenta e oito nacionalidades foram alfabetizadas pela primeira vez. O capitalismo divide as nações em classes e agrupamentos onde os interesses se opõem. A experiência do socialismo na URSS uniu as nações sobre a base da propriedade social e do interesse comum. A vitória do socialismo consagrou a identidade de interesses econômicos e políticos dos povos da URSS. Não se pode apagar, negar ou subestimar os extraordinários êxitos da trajetória da primeira experiência socialista. ■

QUAL PARTIDO?

LORETA VALADARES

De todas as questões da crise do marxismo esta é especial. Tanto pelo que significa na trajetória revolucionária do proletariado como pelo desafio teórico e prático que encerra

Em meio às águas paradas do pessimismo, brisas “liberalizantes” sopram valores envelhecidos, transfigurando a própria idéia de partido, que ora aparece sob a forma de um poderoso leviatã hobbesiano que a tudo engole, ora toma a imagem de uma sombra fugidia a desvanecer-se nos rastros da história. Por absurdas que pareçam estas formulações, elas não devem aprisionar a necessidade de uma análise crítica e criadora sobre a questão do partido, até mesmo para restituir princípios e referenciais teóricos. A questão do partido foi e continua sendo chave mestra no equacionamento do processo revolucionário do proletariado em sua dimensão de fenômeno de massas e construção consciente do socialismo como transição até o comunismo. Aumenta seu papel chave particularmente hoje no próprio desencadear da revolução, em condições bastante adversas, com a derrota do socialismo e a contra-ofensiva reacionária do imperialismo e da burguesia internacional, situação que está a exigir uma nova estratégia revolucionária mundial.

O novo quadro está a indicar uma fase que se abre no mundo com características distintas (mais complexas) da luta de classes desenvolvida até aqui no capitalismo: mais do que nunca está posta a luta entre as duas vias, (1) a socialista e a capitalista, só que agora já houve uma experiência socialista e foi derrotada, dela restando apenas seus alicerces revolucionários históricos e teóricos. A luta de classes hoje tende a se dar em um novo e radicalizado patamar, onde a disputa no plano das idéias é força propulsora, e a ação revolucionária conseqüente, energia prática, capazes de rasgar o mito da “milagrosa” recomposição do capitalismo.

Neste contexto, já não se pode mais tratar a questão de partido como se tratava antes: como uma teoria pronta a ser aplicada corretamente. Não se pode isolar a teoria de partido do processo de sua elaboração, nem se pode eludir a necessidade histórica de seu desenvolvimento. É preciso libertar a concepção de partido do confinamento a que ficou constrangida pela apresentação esquemática e pedagógica de seus fundamentos e entendimento mecânico de seus princípios. Hoje, tratar teoricamente a questão de partido, significa fazê-lo do ponto de vista da historiografia política, da análise política dos problemas centrais da concepção de partido. Significa retrazer velhas polêmicas, não para descrevê-las, mas para com elas polemizar nas novas condições históricas e políticas.



O pano de fundo das polêmicas é a relação existente entre a classe e o partido

Que polêmicas foram (e são) estas surgidas ao longo da formação do partido do proletariado e da elaboração de sua concepção teórico-revolucionária? É a questão do partido de vanguarda versus massas? É a relação entre o consciente e o espontâneo? É o problema da “teoria de fora para dentro?” São os riscos do “ultracentralismo” e do “substituísmo?” Ou é a dialética centralismo/democracia (centralismo democrático)? Atualizar estas polêmicas requer enfrentar, de início, o liberalismo, travestido de “neo” e a social-democracia, transmutada em “utopia racional”.

E no âmago de toda esta discussão, vem a pergunta, tantas vezes feita e refeita: de qual partido se está falando? De qual classe e para qual fim?

Inequivocamente, o pano de fundo de todas estas polêmicas no âmbito do marxismo ou entre o marxismo e outras correntes, é a relação classe e partido. Não é por menos que Ralph Milliband, em seu importante ensaio sobre a teoria política marxista, assim inicie a discussão deste tema: “As classes dominantes têm a seu dispor uma impressionante variedade de armas para a manutenção de seu domínio, bem como defesa de seu *poder e privilégios*. Como pois devem ser eliminadas essas classes dominantes, e como será a nova ordem social a ser estabelecida?” (2) (grifos meus)

Que arma tem, pois, a classe operária? A resposta a esta questão é perseguida por Marx e Engels e depois Lênin, na luta pela organização do proletariado e sua estruturação em um partido de classe. É certo, porém, que Marx e Engels não desenvolveram uma teoria mais acabada dos partidos políticos, nem do partido da classe operária. Foi Lênin que elaborou os fundamentos gerais da teoria de partido e dispendeu grande parte de seu esforço revolucionário na construção e direção do partido bolchevique. Aqui tem-se estabelecido uma (falsa) controvérsia: já que Marx e Engels enfatizaram essencialmente, em suas formulações teóricas, o papel da classe operária e sua missão histórica, teriam eles dado menor relevância ao papel do partido? E, ao desenvolver a concepção de partido e se debruçar sobre seus aspectos organizativos teria Lênin desvirtuado a idéia de partido como *instrumento* das massas proletárias e subestimado o papel destas na obra de sua própria emancipação?

É preciso entender esta problemática nas condições históricas e políticas em que se deram as contribuições de Marx e Engels e as de Lênin ao marxismo enquanto teoria da transformação social revolucionária. Marx e Engels são os próprios fundadores desta teoria, num contexto em que o proletariado surge como um “novo beligerante”, o “terceiro”, na luta pelo poder, como formulava Engels (3), quando há simplificação e uma agudização das relações de classe capitalistas e a luta de classes toma a forma de choques abertos entre a burguesia e o proletariado; quando este aparece no cenário histórico enquanto classe com intervenção própria e reivindicando papel histórico independente; quando, enfim, se põe a nu a contradição básica da sociedade capitalista - a produção social, coletiva e a apropriação individual, privada - e as exigências cada vez mais intensas do desenvolvimento material da sociedade radicalizam este conflito, colocando a classe operária como a única capaz de solucioná-lo, porque, no centro da produção social, tem o potencial revolucionário de abolir as relações capitalistas e transformar a apropriação privada em coletiva.

Até então, todas as idéias socialistas não viam o papel da classe operária no processo objetivo da transformação social, nem do ponto de vista teórico,

nem, muito menos, do ponto de vista de sua capacidade de mobilização revolucionária para conquistar sua própria emancipação. Neste contexto, tratava-se, para Marx e Engels, de acentuar a capacidade de auto-emancipação da classe operária, seja para “situar o socialismo no terreno da realidade” (4), seja para repudiar a pregação doutrinária filantrópico-burguesa que, no seio da I Internacional, visava impedir a ação política de massas do proletariado.

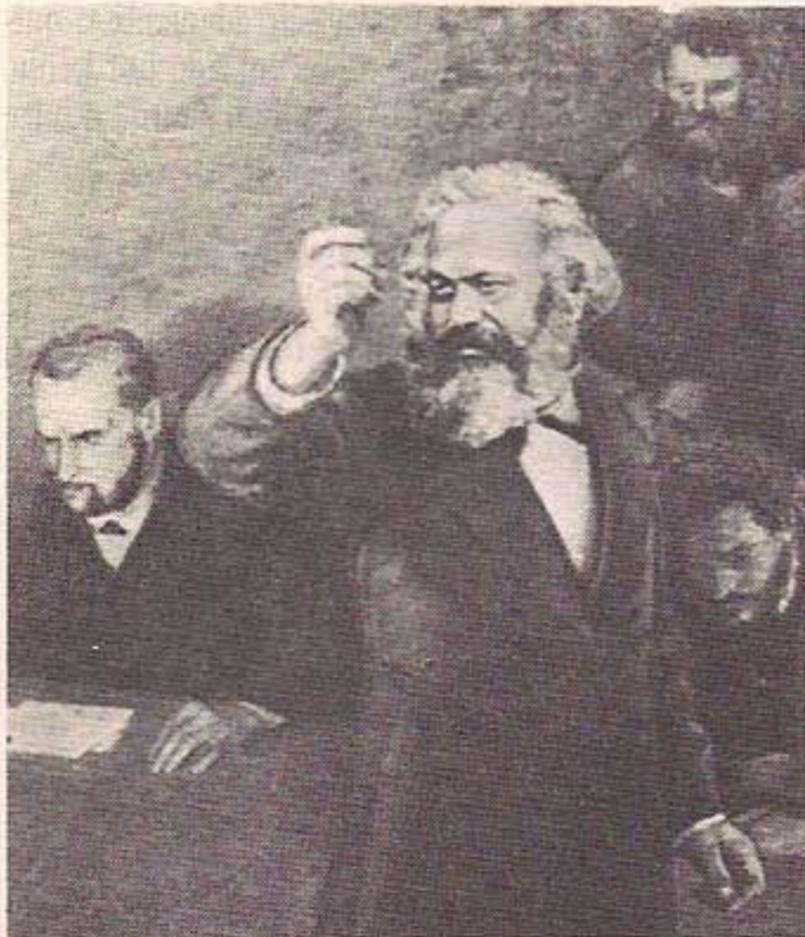
Marx faz questão de marcar a diferença entre os “sectários filantrópicos” e os “primeiros socialistas (Fourier, Owen, Saint-Simon, etc.)”, já que estes, devido a que as “condições sociais não estavam suficientemente desenvolvidas de modo a permitir a constituição da classe operária como uma classe militante, foram necessariamente obrigados a limitar-se a sonhar com a *sociedade modelo* do futuro, sendo, pois, conduzidos a condenar todas as tentativas como greves (...), movimentos políticos em curso pelos operários (...)” e, se não podia “repudiar estes patriarcas do socialismo”, seus erros, no mínimo, deveriam ser evitados, porque, “cometê-los, seria inescusável (...) outra era a situação dos “burgueses doutrinários e cavalheiros deslocados, que são tão estúpidos ou tão ingênuos que tentam negar à classe operária quaisquer meios reais de luta”. (5) (grifo de Marx).



Necessário combater a idéia de que o proletariado é incapaz de se libertar por si mesmo

A ênfase à própria obra da classe operária era, portanto, indispensável na luta contra aqueles que pensavam que o proletariado “é incapaz de libertar-se por seus próprios esforços”, valendo a advertência de Marx e Engels em carta à direção do Partido Social-Democrata Alemão dos Trabalhadores: “quando a internacional foi formada, nós expressamente formulamos o grito de batalha: a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra da própria classe trabalhadora. Não podemos, portanto, aliar-nos àqueles que abertamente declaram que os trabalhadores são demasiado sem instrução para se libertarem a si mesmos, devendo primeiro ser libertados de cima por grandes e pequenos burgueses filantrópicos”. (6)

O fato de Marx e Engels centrarem suas preocupações na emancipação da classe e, ao fazerem isto, passarem por cima de aspectos organizativos, como, por exemplo, da forma em que deve ser estruturado o partido, não significa, em absoluto, terem deixado de assentar as bases da concepção revolucionária de partido. Tiveram, também, participação ativa na elaboração dos programas e na constituição dos partidos comunistas de sua época. A resolução da Conferência de Londres de 1871 (depois incluída nos estatutos



da Internacional em virtude de emenda adotada no Congresso de Haia de 1872) não deixa dúvidas quanto ao tipo do partido exigido pela luta revolucionária da classe operária: “(...) contra o poder coletivo das classes proprietárias a classe operária não pode agir como classe, exceto constituindo-se em um partido político que seja distinto dos velhos partidos formados pelas classes proprietárias e a eles se oponha”. (7) Por outro lado, não é certo dizer que Marx e Engels não tenham formulado princípios organizativos. As normas contidas nos Estatutos da Liga dos Comunistas (2.º Congresso, 1847) deixam germinadas, desde então, as formas do sistema de comitês, ao estabelecerem a organização da Liga (Art. 5.º) “em comunas, distritos diretores, conselho central e congresso” e, nas seções seguintes dos estatutos especificam a composição, as atribuições e relações orgânicas de cada nível. (8) E, ainda, durante todo o processo de constituição e atividades da Internacional, foram travadas intensas batalhas em torno da questão de organização, desde a divergência sobre o direito de serem delegados aos congressos, tanto operários manuais, como intelectuais, (que se deu sobre o art. 11 dos regulamentos especiais da Internacional no Congresso de Genebra, 1866), até a luta pelo fortalecimento do Conselho Geral da Internacional como centro dirigente. (9)

Já as condições políticas em que Lênin exerceu sua atividade revolucionária e se dedicou à elaboração teórica foram outras: na situação da Rússia absolutista, sob o regime despótico do czar e debaixo de aberta repressão, a classe operária, para fortalecer-se em seus levantes de massas, necessitava sobremodo de uma arma especial que, para Lênin seria o partido. Como estrategista da primeira revolução socialista no mundo, Lênin deixa transparecer um fervilhar ativista na sua concepção de partido que o leva a uma

cuidadosa e rica elaboração teórica em matéria de organização. Lênin vê a necessidade de um partido especial, com estreito vínculo à classe operária e acentua a necessidade de organização e direção, contra a concepção fatalista que predominava até então nos fóruns da II Internacional, segundo a qual ao crescimento do proletariado corresponderia inexoravelmente o fortalecimento do partido. Ao final de seu conhecido texto *Um Passo Adiante, Dois Atrás*, Lênin deixa clara esta idéia: “em luta pelo poder o proletariado não dispõe de outra arma além de sua organização”. E prossegue: “o proletariado só pode chegar a ser e será inevitavelmente uma força invencível se, unido no plano ideológico pelos princípios do marxismo, consolidar esta unidade pela unidade material de uma organização que coesione milhões de trabalhadores no exército da classe operária”. (10)

No entanto, como diz Milliband, “Lênin não temia a passividade da classe trabalhadora, mas que faltasse à sua luta a eficácia política e o propósito revolucionário”, e “sabia muito bem que o partido não podia desempenhar suas tarefas sem estar respaldado e envolvido na experiência das massas”. (11) O caráter emancipacionista da própria luta da classe operária é sempre reafirmado por Lênin, até mesmo em seus textos em que, especificamente, enfatiza a organização do partido. É o próprio Lênin, em um comentário ao *Que Fazer?*, no Prefácio à Recompilação *Em Doze Anos*, que diz: (...) o “folheto sublinha muitas vezes que a organização que propunha só tem sentido se se relaciona com uma classe que se levanta espontaneamente para a luta” e (...) “esta capacidade objetivamente máxima do proletariado para unir-se em uma classe é atributo de pessoas vivas e se expressa em determinadas formas de organização”. (12)



O conceito político de vanguarda e o núcleo da teoria de partido formulada por Lênin

Separar, pois, a tática de organização de partido das condições históricas em que se situava, quando a luta era contra “o economicismo então predominante” (13), bem como atribuir à concepção leninista de partido menosprezo ao papel das massas, seria cair no reducionismo conceitual de enxugar, em Lênin, apenas um único modelo organizativo. Neste sentido, tem razão Monty Johnstone quando, ao defender a essência da concepção de partido leninista, diz: “baseando-se em suas análises teóricas e em sua avaliação política das diferentes condições existentes em dado momento e um país particular, Lênin favoreceu alternadamente um partido reduzido de quadros ou um grande partido de massas, com estruturas internas

que iam do cupulismo conspirativo à mais ampla democracia". (14)

Com efeito, o núcleo central da teoria de partido em Lênin é a introdução do conceito político de *vanguarda* e a idéia de fusão da consciência socialista com o movimento espontâneo da classe operária e, em matéria estritamente organizativa, o princípio, formulado na Conferência de Tammefors (1905) do centralismo democrático. É em torno deste núcleo central de idéias que hoje se restabelece, nos círculos de esquerda, a discussão sobre o caráter, o tipo e as formas organizativas de partido. Estariam, do ponto de vista teórico, esgotados os conceitos essenciais da concepção marxista-leninista de partido?

Estabelecida, do ponto de vista conceitual, a relação classe e partido, na teoria política marxista, é preciso definir o nexó orgânico desta relação de modo a que o partido não se coloque acima da classe nem a classe perca a dimensão de sua perspectiva futura. É aqui que se coloca a noção de *partido de vanguarda*, desenvolvida por Lênin e que tem, como ponto de partida a distinção feita por Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, entre os proletários e comunistas quando estes, "destacam e fazem prevalecer os interesses comuns de proletariado independentemente da nacionalidade" e (...) "representam, sempre, e em toda a parte, os interesses do movimento em seu conjunto", constituindo, assim, (...) "a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário". (15) Aqui, não resta dúvida de que Marx e Engels, ainda que não explicitem a forma organizativa, estabelecem a categoria de *vanguarda organizada*. No processo político do desenvolvimento de uma situação revolucionária concreta e com o objetivo de nela intervir desde a sua preparação, Lênin vai criar o conceito *partido de vanguarda*. Os riscos (reais) do "substituísmo" (ação do partido no lugar das massas) e do "ultracentralismo" levaram a uma grande discussão em torno deste conceito. No entanto, como diz Monty Johnstone, Lênin, ao desenvolver a "idéia de um partido operário, que abarcasse o setor mais avançado do proletariado (...) também acreditava que ela fosse complementar e não contraditória à concepção marxiana segundo a qual 'a emancipação da classe operária é obra da própria classe operária' ". (16) Mais uma vez, aparece aqui a estreita relação teoria/prática na elaboração teórica e o elemento ativo na sua concepção de partido.

É o que fica evidenciado na polêmica com Rosa Luxemburgo, também ela militante de intensa atividade prática e contribuição teórica ao Movimento Comunista Internacional. Com relação ao partido de vanguarda e sua ação centralizada, Rosa temia que acabasse por controlar a classe trabalhadora e sufocar seus impulsos criadores, comparava o partido leninis-

ta ao "blanquismo" e criticava acirradamente o que considerava "ultracentralismo preconizado por Lênin (...) portador (...) do espírito estéril do guarda noturno". (17)



Prevaleceu em Rosa o espírito revolucionário e o coração de ativista consciente

No entanto, embora sem formular com precisão, aceita um tipo de centralismo que distingue do blanquismo. Por outro lado, afirma que tanto na Rússia, como na Alemanha, como em toda a parte (...) "a tática de luta da social-democracia não é de modo algum 'inventada', mas é o resultado de uma série ininterrupta de grandes atos criadores da luta de classes experimental" (...) (18).

Apesar disto, Rosa, marxista que era, na luta contra o expectativismo positivista de Kautsky e da II Internacional, retifica sua posição sobre a ação do partido, em texto conhecido como *Brochura Junius*, verdadeiro libelo contra o capitulacionismo da social-democracia. Entre outras passagens, Rosa fala em "dirigentes da social-democracia enquanto vanguarda do proletariado" e, retomando sua própria discussão sobre greve de massas diz que "a social-democracia é chamada, num período revolucionário, a tomar a direção política" (grifo de Rosa). E que "o mais importante papel de direção (...) consiste em regular a tática da luta política (...) de modo a que seja realizada e posta em ação a totalidade da força do proletariado (...) e que esta força se exprima pela posição do partido na luta". (grifo de Rosa) (19). Embora sem abandonar a defesa da "ação autônoma das massas", aqui fica nítida a mudança da idéia de que as direções tenham pouco papel a jogar na elaboração da tática. Mesmo assim, o medo do "substituísmo" persegue Rosa Luxemburgo até o final de sua vida.

O Programa da Liga Spartakus, adotado no Congresso da Fundação do KPD, em dezembro de 1918 define que "A Liga Spartakus nunca tomará o poder a não ser pela vontade clara e inequívoca da grande maioria da massa proletária de toda a Alemanha. Ela só tomará o poder se essa massa aprovar conscientemente os projetos, objetivos e métodos de luta da liga Spartakus" (20). Mas, o próprio trabalho intenso de agitação revolucionária da Liga, em meio a uma situação já revolucionária na Alemanha, acende o coração das massas, que criam um clima de insurreição. O KPD, que não tinha por objetivo tomar o poder senão com o apoio "inequívoco" da grande maioria de todo o proletariado alemão, vê-se diante de uma realidade objetiva: ou assumia a direção da insurreição (que considerava imatura) partindo para o assalto ao poder, ou deixava passar o momento da revolução, entregando a massa à sua própria sorte. É



ai que Liebknecht cria um comitê provisório e mais tarde proclama que o “comitê revolucionário assumia provisoriamente as funções governamentais”. Ao que teria dito Rosa, consternada: “Mas Karl, e o nosso programa?” (21) Prevaleceu o espírito revolucionário e o coração apaixonado da ativista consciente: nos últimos momentos de sua vida, dedicou-se febrilmente ao trabalho de direção da “ação autônoma das massas” visando impedir o fracasso da insurreição.

À crítica de Rosa quanto ao “ultracentralismo” do partido, Lênin responde assinalando as características concretas e peculiares do desenvolvimento da luta na Rússia e o estágio em que se encontrava o partido lá. Acentua a necessidade de superar a dispersão das organizações locais e afirma não se tratar de nenhuma “obediência de cadáver” (22) como dizia Rosa, mas apenas de definir o direito de “o Comitê Central representar por si mesmo a orientação da maioria do Congresso” (23). Estas respostas de Lênin deveriam ter sido publicadas no jornal *Neue Zeit*, em 1904, mas Kautsky recusou publicá-las e, por isso, não foram conhecidas durante muito tempo.

Quanto à questão da vanguarda organizada, Lênin a entende sempre como um destacamento de combate, forjado a partir e na luta das massas, apto a intervir nos momentos decisivos e, através da ação política e uma tática correspondente ao movimento real, conquistar a qualidade de direção política do processo revolucionário. Como já se disse, a presença do elemento ativo está sempre presente na concepção leninista de partido de vanguarda. Lênin, certamente, não se teria deparado com o dilema de Rosa diante das massas em clima insurrecional. Ele considera que uma organização de revolucionários forte e centralizada se faz mais necessária ainda quanto mais pujante for o movimento de massas e que seu papel deve ser o de dirigir desde as fases preparatórias da lu-

ta até os momentos de grande explosões, “estando sempre dispostos a tudo, porque muitas vezes é quase impossível prever por antecipação como se alternam os períodos de explosão com os de calma”. Acrescenta que a disposição é tanto a de “salvar a honra, o prestígio e a continuidade do partido nos momentos de maior ‘depressão’ revolucionária” quanto de “preparar, fixar e levar à prática a insurreição armada de todo o povo” (grifo de Lênin). (24) Por outro lado, Lênin não via a vanguarda como portadora de uma “etiqueta” que, por si só, a distinguiu das demais forças e das massas: “para chegar a ser uma força política aos olhos do público, é preciso trabalhar muito (...) para elevar nosso grau de consciência, nossa iniciativa e nossa energia.” e, “não basta intitular-se vanguarda, destacamento avançado: é preciso trabalhar de modo a que todos os demais destacamentos venham a reconhecer que marchamos à cabeça”. (25)



Absolutização de uma vanguarda acima das massas é alheia à concepção leninista

Portanto, o risco do “substituísmo” não vem embutido na formulação conceitual de partido de vanguarda em Lênin. A permanente tensão vanguarda/movimento de massas é resolvida dialeticamente pela permanente ação política do partido na organização da luta política da classe operária de forma tão múltipla e criadora como a própria ação das massas, canalizando sua iniciativa para a tomada do poder. A absolutização da noção de vanguarda, transformando-a em elemento dirigente concebido aprioristicamente por cima do movimento de massas (que pôde gerar “castas privilegiadas”, como ocorreu nas experiências socialistas), sem dúvida decorre de uma visão esquemática que tem permeado o marxismo, alheia à concepção leninista de partido.

A discussão que hoje ressurgiu sobre o consciente e o espontâneo coloca-se nas fronteiras da armadilha determinismo ou voluntarismo. Outra vez, a articulação política e a relação dialética são os meios de ultrapassagem. Lênin, referindo-se à polêmica com Plekhanov sobre o *Que Fazer?*, recusa-se a retomá-la, naquele momento, pois tratava-se de uma “querela fundada em frases arrancadas do contexto, em expressões soltas que eu não havia formulado suficientemente bem ou com bastante exatidão” (...) (26) Afirmando que o “*Que Fazer?* corrige polemicamente o economismo”, Lênin recorre, novamente, à tese da “nota forçada” (ou da “curvatura do bastão”) que já havia usado no Segundo Congresso do POSDR, (conforme Atas publicadas em 1904): (...) “no segundo congresso (...) empreguei uma expressão, citada muitas vezes posteriormente, sobre a nota forçada. No *Que Fazer?*

se corrige a nota forçada pelos economicistas" (...) e precisamente porque corrigimos energicamente as deformações, nossa 'nota' será sempre a mais justa" (...) seria equivocado considerar o conteúdo do folheto fora do objetivo a que se propunha". (27)

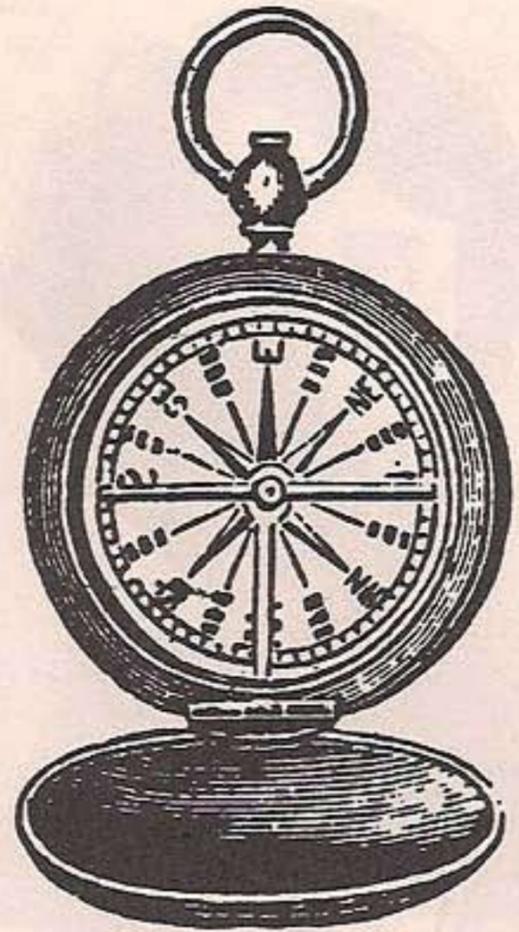
À parte as "imprecisões" referidas por Lênin e ressaltados os aspectos por ele apontados, para se retomar a polêmica hoje, é preciso fazê-lo do ponto de vista político e histórico. Para Lênin, consciência e espontaneidade não são de modo algum separadas mecanicamente; ao contrário, há entre elas uma articulação dialética, já que o movimento espontâneo corresponde a um estágio da consciência, porque há "diferentes classes de espontaneidade", e "no fundo, o elemento espontâneo não é senão a *forma embrionária* do consciente" (28) (grifo de Lênin). Percebe-se aqui que há sempre o elemento espontâneo em perene movimento ao consciente e, embora o consciente não possa abarcar o espontâneo totalmente, a ele não se submete. Porque qualquer rebaixamento do papel da consciência socialista sobre o movimento de massas significaria deixá-lo completamente exposto à ideologia burguesa, já que esta sim, atua espontaneamente sobre a classe operária. Isto se evidencia na afirmação: "A classe operária vai de modo espontâneo ao socialismo, porém, a ideologia burguesa a mais difundida (...) se impõe, não obstante, espontaneamente mais que nada ao operário" (29)

Retornando às considerações feitas por Lênin com respeito à polêmica levantada por Plekhanov, vê-se que o tratamento dado à questão é político, daí as referências à "nota forçada" na luta contra o espontaneísmo economicista e a recusa de Lênin de aceitar a discussão no campo filosófico. Conforme diz Valentino Gerratana, Plekhanov, através de uma "operação maliciosa", põe "na base de seu ataque ao *Que Fazer?* (...) a idéia de ligar o problema de relação espontaneidade/consciência ao tema filosófico da relação entre o ser e a consciência". Completamente estranha às formulações de Lênin. (30) Stálin, segundo Gerratana, aceita a discussão no terreno filosófico e cai na armadilha determinismo/voluntarismo, acentuando a "curvatura do bastão".

Teoria socialista e movimento operário: uma relação dialética longe do positivismo



Neste ponto, à dialética espontâneo/consciente se entrelaça uma outra discussão: a de como se gera a teoria socialista. Ao rebater as críticas de Plekhanov que insistia em trazer a questão filosófica segundo a qual é o "ser que determina a consciência" e, portanto, "as idéias não caem do céu", Stálin entra em um viés purista, absolutizando a separação da cons-



ciência socialista e exaltando o papel da teoria formada de fora para dentro do movimento espontâneo: "se o movimento espontâneo não engendra por si mesmo a teoria do socialismo (...) então esta nasce *de fora* do movimento espontâneo, da observação e estudo deste movimento por homens equipados com os conhecimentos de nosso tempo. Isto significa que a teoria do socialismo é elaborada 'de forma completamente independente do desenvolvimento do movimento espontâneo' e até mesmo apesar dele, sendo então introduzida naquele movimento, *de fora, corrigindo-o* em conformidade com seu conteúdo, isto é, em conformidade com as exigências objetivas da luta de classes do proletariado". (31) (grifos de Stálin) À primazia absoluta dada por Plekhanov ao desenvolvimento objetivo (determinista) rumo ao socialismo, quase prescindindo da teoria, Stálin opunha esta última quase como uma fórmula saneadora, apta a "corrigir" o movimento e a "salvaguardar as massas das perniciosas influências do revisionismo, terrorismo, (...) e anarquismo". (32) Parece também, esquemática a conhecida teoria da "bússola", segundo a qual o socialismo é uma bússola e o movimento operário uma nave. A bússola, sem a nave, é inoperante, enferruja. A nave sem a bússola, ainda que chegue à outra margem, encontra muitos perigos. Com a bússola, chegaria mais rápido e enfrentaria menos perigos. A união da bússola com a nave levaria diretamente à outra margem, sem avarias. "Unam o movimento operário com o socialismo e vocês terão o movimento social-democrata que *por via direta* chegará à terra prometida" (33) (grifo meu) Esta formulação acaba por reduzir a dialética da fusão da teoria socialista com o movimento espontâneo a uma mera equação.

Ainda com relação a como se engendra a teoria socialista, críticos atuais de Lênin apontam que ele se baseia em Kautsky para formular que a teoria vem

de fora do movimento operário, elaborada por intelectuais e, na visão contemplativa de Kautsky, “paira”, acima da classe. Em primeiro lugar, como diz Luis Fernandes, a tese não significa que “os operários devem ser dirigidos por intelectuais no ‘seu’ partido revolucionário” e sim que “a defesa científica do socialismo não surgiu historicamente no seio do próprio proletariado, mas da produção teórica de intelectuais que se identificaram com a ‘causa operária’ (...) diz respeito, portanto, à *gênese histórica* da ‘moderna teoria socialista’, e não a uma relação social a ser preservada e perpetuada nos partidos socialistas” (34) (grifo de Fernandes). Em segundo lugar, justamente ao citar o trecho do artigo de Kautsky sobre o esboço de programa do Partido Social-Democrata Austríaco (1901) que fala na elaboração da teoria socialista “de fora” da classe operária, é ilustrativo que Lênin, ao comentar: “já que não se pode falar de uma ideologia independente, elaborada pelas próprias massas trabalhadoras no curso de seu movimento”, imediatamente assinala, em nota de pé de página: “Isto não significa, naturalmente, que os operários não participem desta elaboração. Porém, não participam na qualidade de operários, mas na qualidade de teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling; em outros termos, só participam no momento e na medida em que logrem, em maior ou menor grau, dominar a ciência de seu século e fazê-la avançar” (35) De novo, a forte presença do elemento ativo na concepção de Lênin, que o distancia de qualquer fatal revelação de “uma boa nova” socialista, conforme deixa transparecer a visão kaustskiana. Para Lênin é, pois, permanente desafio, a formação de teóricos operários, quadros dirigentes de sua própria luta revolucionária. A concepção leninista de partido incorpora uma febril articulação teoria/prática que nada tem a ver com positivismo.

Um “dogmatismo ao contrário” na polêmica sobre o centralismo democrático hoje



Por fim, atualizar a polêmica sobre o centralismo democrático significa enfrentar os argumentos que buscam demonstrar o “arcaísmo” deste princípio organizativo. Na realidade, o que é arcaico é não entendê-lo em sua dinâmica e em sua trajetória histórica, reduzindo-o a um único modelo organizativo. São conhecidas as objeções feitas à idéia de “revolucionários profissionais” e de organização altamente centralizada preconizadas por Lênin no *Que Fazer?*. Hoje, como antes, critica-se o aspecto conspirativo e a ausência de democracia. Acrescenta-se que tais idéias foram desenvolvidas no início do século e agora, no limiar de um novo milênio se tornaram obsoletas, de-

vendo ser substituídas por modernos princípios organizativos. Seriam tais observações consentâneas como a essência do centralismo democrático com princípio vivo de organização do partido de classe do proletariado? Ou é o seu entendimento que precisa despir-se de uma capa dogmática, tanto do ponto de vista conceitual como prático?

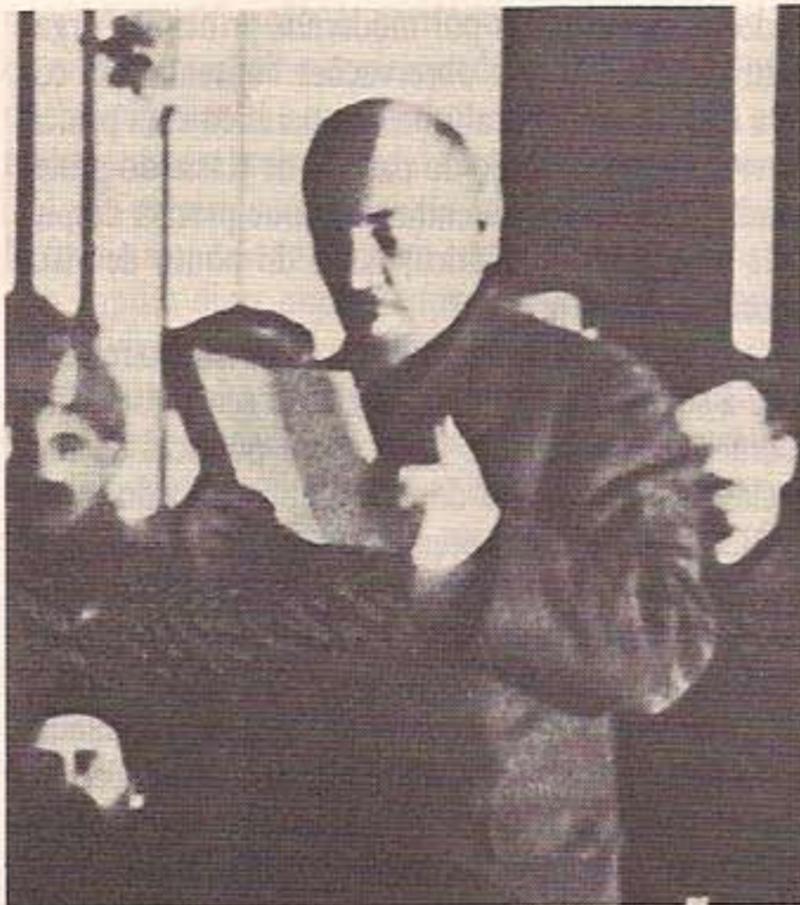
A vitalidade do centralismo democrático relaciona-se à sua dinâmica interna (relação centralismo/democracia), às condições históricas e políticas da luta de classes e ao estágio de desenvolvimento do partido. Não observar estas premissas significa cair no dogmatismo capaz de gerar distorções (como as que parecem ter ocorrido nas experiências de construção do socialismo) que tornam o princípio burocrático e formal.

Por outro lado, aqueles que negam a atualidade do princípio também padecem de uma espécie de “dogmatismo ao contrário” vendo o centralismo democrático como um alfa imutável, parado no tempo. Desenvolver a compreensão do centralismo democrático, teórica e praticamente, implica, antes de tudo, trazer a discussão para o terreno histórico e político.

Desde o início, às críticas feitas ao partido de quadros e à excessiva centralização, Lênin contrapunha as duras condições da luta contra o czarismo, a iminência da revolução no “país da autocracia” e o objetivo primordial de derrubar o maior baluarte da reação mundial que era o regime do czar. Para tanto era necessário superar as inúmeras organizações dispersas e seus métodos “artesanais” e construir um partido de combate, dotado de mecanismos revolucionários e constituído de “revolucionários profissionais (...) sejam estudantes ou operários (...) que se ocupam profissionalmente de atividades revolucionárias e que tenham já uma preparação profissional na arte de lutar contra a polícia política” já que “não pode haver um movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes que assegure sua continuidade”.(36)

Nas condições de clandestinidade só uma organização combativa centralizada seria capaz de enfrentar os ataques da repressão, assim como preparar um levante revolucionário. Lênin distinguia as condições da Rússia autocrática dos países onde havia liberdade política, como na Alemanha, o que distinguia também as formas organizativas do partido russo e do alemão.

Considerava ridículo falar em “amplo princípio democrático” em uma “organização que se oculte”, pois democracia supõe “publicidade completa e caráter eletivo de todos os cargos”. Neste sentido, “democrática era a organização do Partido Social-Democrata Alemão, porque tudo nele se faz publicamente, inclusive as sessões de seu congresso” e como o embate político de idéias se dá de forma aberta, o caráter eletivo se afirma por si mesmo, já que pode acompanhar a vida política dos dirigentes e suas posições através dos jornais, sendo “natural que a este ou aquele



dirigente todos os membros do partido possam eleger com conhecimento de causa para determinado cargo". (37)

Divergência sobre o modo de organizar o partido ou sobre sua própria existência



Já em 1903, no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, (um ano após o *Que Fazer?*) Lênin dirá aos contestadores do "partido como organização meramente conspirativa" que se haviam esquecido de que o livro considerava toda uma série de diversos tipos de organização, desde as mais fechadas às mais amplas. Em *Um Passo Adiante, Dois Passos Atrás*, escrito em 1904, Lênin refere-se a este trecho de seu discurso ao II Congresso, a propósito da discussão dos estatutos do partido: "Não se deve pensar que as organizações do partido devem ser constituídas apenas por revolucionários profissionais. Precisamos organizações das mais variadas, de todos os tipos, categorias e matizes, começando por organizações extraordinariamente reduzidas e conspirativas e terminando por organizações muito amplas e livres ('lose')". (38)

A organização de revolucionários profissionais representa, pois, momento necessário para a construção do partido e projeta sua importância ao longo de diversas formas organizativas, de acordo com as condições concretas, e na perspectiva de assegurar a continuidade do partido.

A partir do momento em que as condições foram favoráveis, Lênin propôs medidas democráticas (logo a partir de 1903) e de 1905 a 1907 imprimiu as modificações necessárias para transformar o partido

em "partido de massas", capaz de intervir na luta revolucionária em ascensão. Já em 1905 Lênin fala no "desmoroamento" da clandestinidade, na necessidade da reorganização do partido face à nova situação que exigia uma nova forma de célula, mais livre, "mais lose"; na admissão ampla de militantes (principalmente operários), na elegibilidade dos organismos do partido, e na criação de organizações legais e ilegais, combinando o trabalho legal com o clandestino.

O centralismo democrático toma corpo e a expressão surge pela primeira vez na Conferência de Tammefors, da fração bolchevique, em 1905, e será incorporada aos estatutos do partido no IV Congresso (de Unificação) realizado em Estocolmo em 1906. O congresso decide que as organizações do partido teriam por base o princípio do centralismo democrático, que o funcionamento interno das organizações partidárias era autônomo, bem como estabeleceu o direito de publicação da literatura de partido sob o próprio nome das organizações partidárias, a elegibilidade do comitê central pelo congresso e o congresso como órgão máximo do partido.

Até 1912, vão conviver no partido as frações bolchevique e menchevique e Lênin trava intensa luta contra as tendências liquidacionistas que visavam substituir o partido por um outro. Nova polêmica se dá em torno da organização clandestina que os mencheviques consideravam desnecessária. A Conferência de Praga sela a cisão com os mencheviques e Lênin vai considerar ser impossível a unidade com liquidacionistas, pois (...) "não se trata de uma divergência organizativa sobre o modo de construir o partido, mas de uma divergência sobre a questão de existência do partido" (39).

O X Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia realizado em 1921, já com o partido no poder, vai enfrentar a luta contra o fracionismo, definido por Lênin como "formação de grupos com uma plataforma especial e com a tendência a isolar-se até certo ponto e criar sua própria disciplina de grupo". (40) O congresso dissolve as frações e estabelece cuidadosa resolução a respeito da unidade do partido, recomendando a organização da crítica aos defeitos do partido "de modo a que toda proposta prática seja exposta com a maior clareza possível e submetida, no ato, (...) ao exame e decisão dos organismos dirigentes locais do partido e do organismo central do partido" (41). Por outro lado, toda crítica deveria ser submetida diretamente à discussão de todos os membros do partido, sem passar por nenhuma "plataforma" prévia e, para tanto, publicações especiais seriam editadas com maior frequência. O congresso reafirma as bases do centralismo democrático e Lênin rejeita uma emenda de Ryazanov que proibia qualquer eleição para o congresso com base em plataforma. Lênin argumentou que o congresso que se realizava, não poderia "de modo algum, amarrar as eleições ao próximo congresso" (42)

Não se pretendeu aqui fazer uma análise historiográfica aprofundada da definição do princípio do centralismo democrático e de sua aplicação ao longo do processo de construção do partido leninista, mas apenas demonstrar sua criatividade e sua não redução a uma única forma organizativa.

Voltamos aqui à pergunta do início: qual partido? Se o partido em discussão é o partido da classe operária, que visa destruir o capitalismo e (re)construir o socialismo através de uma estratégia revolucionária, se o partido é instrumento e expressão política do proletariado que objetiva atuar na luta de classes preparando a revolução para derrubar a burguesia e preparar a transição para uma sociedade sem classes, os elementos essenciais da concepção marxista-leninista de partido não se esgotaram, permanecendo vivos e atuais. Os problemas hoje a enfrentar não residem nas raízes conceituais da teoria de partido, mas na sua estagnação, o que dificultou a resolução de novas questões postas pelo desenvolvimento social e especialmente pela experiência de construção do socialismo. Teoricamente, trata-se de analisar o dilema da relação

partido/estado/massas no socialismo. Como evitar o "substituísmo" na organização do poder do Estado proletário? Como garantir a democracia proletária e a iniciativa cada vez maior das massas nos órgãos de poder popular? Como a consciência socialista segue se desenvolvendo no seio do movimento de massas? Estas são lacunas teóricas que precisam ser preenchidas pelos marxistas-leninistas de hoje.

Não foi a oficialização da teoria que impulsionou o desenvolvimento do socialismo. Ao contrário, pode ter sido uma das causas de sua derrota.

Para os partidos marxistas-leninistas de hoje tirarem das experiências socialistas e de suas próprias experiências, é preciso uma atitude nova diante da teoria e da prática, um novo espírito capaz de compreender e desenvolver a permanente relação entre o espontâneo e o consciente, e uma disposição de atualizar a relação entre o centralismo e a democracia. ■

LORETA VALADARES - Professora Assistente de Ciências Políticas da UFBA

NOTAS

- (1) O conceito "duas vias" tem sido utilizado até aqui pela tradição marxista-leninista para apressar, nos países que já tivessem realizado a revolução socialista, a luta permanente entre prosseguir na construção da sociedade socialista, ou regressar ao capitalismo. Pode parecer estranho o uso do mesmo conceito quando a primeira experiência socialista se esgota no mundo. No entanto, penso que, justamente por isso, o conceito deve ser retomado e recolocado como alternativa histórica: "mudança processual" do capitalismo ou revolução socialista?
- (2) MILLIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*, Zahar, Rio de Janeiro, 1979, p. 111.
- (3) A propósito, veja-se Engels, *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, in Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, vol. 3, Alfa Ômega, SP, p. 200.
- (4) ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Fulgor, SP, 1962, p. 54.
- (5) MARX, Karl. *Political Indifferentism*, (publicado em 1874 no Almanacco Republicano) in *The First International and After*, Political Writings, vol. 3, edição e introdução de David Fernbach, Penguin Books, Middlesex, England, 1974, p. 329.
- (6) MARX e ENGELS. *Circular Letter to Bebel, Liebknecht, Bracke, et al.* (1879), in op. cit., ibidem, p. 370 e 375.
- (7) MARX e ENGELS. *Resolution of the London Conference On Working Class Political Action*, in op. cit., ibidem, p. 270.
- (8) MARX e ENGELS. "Estatutos da Liga dos Comunistas", in *O partido de classe*, (Teoria, Atividade), Publicações Escorpião, Porto, 1975, p. 26 a 29.
- (9) Sobre o assunto ver documentos da I Internacional e circular de Marx à Associação Internacional dos Trabalhadores e à Aliança da Democracia Socialista, 1868, in op. cit., ibidem, p. 65 e 68.
- (10) LÊNIN, V.I. *Un Paso Adelante, Dos Pasos Atras*, in *Obras Escogidas* (em doce tomos), tomo 11, Progreso, Moscou, 1975, p. 392.
- (11) MILLIBAND, Ralph. op. cit., p. 115
- (12) LÊNIN V.I. *Extracto Del Prefacio A La Recopilacion "En Doce Años"*, in *Que Hacer?*, Editorial Polêmica, Buenos Aires, 1972, p. 12.
- (13) Respondendo aos "polemistas" do *Que Hacer?*, em 1907, Lênin dizia que o principal erro daqueles era o fato de que "separam por completo este trabalho (...) de um período determinado do desenvolvimento de nosso partido, período que, faz tempo, pertence ao passado". idem, p. 8.
- (14) JOHNSTONE, Monty. *Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda*, in Hobsbawm, *História do Marxismo*, vol. 6, Paz e Terra, RJ, 1988, p. 16.
- (15) MARX e ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, in *Obras*

- Escolhidas*, vol. I, Alfa Ômega, SP, p. 31.
- (16) JOHNSTONE, Monty. in op. cit., p. 16.
- (17) LUXEMBURGO, Rosa. *Questões de Organização da Social-Democracia Russa in A Revolução Russa*, Vozes, Petrópolis, 1991, p. 48.
- (18) Idem, p. 47.
- (19) LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social Democracia*, Editorial Presença, Portugal, 1975, p. 158 e 159.
- (20) LUXEMBURGO, Rosa. *O que quer a Liga Spartakus in A Revolução Russa* op. cit., p. 110.
- (21) BADIA, Rosa Luxemburg, *journaliste, polémiste revolutionnaire*, apud Isabel Maria Loureiro, em sua Introdução *À Revolução Russa*. op. cit., p. 29
- (22) LUXEMBURGO, Rosa. in idem, p. 45
- (23) A polêmica entre Rosa e Lênin é apresentada de forma resumida, mas viva, por Monty Johnstone, in Hobsbawm, op. cit., p. 28 a 31. A citação é de Lênin, *Opere*, vol. 7, apud Johnstone, Monty. op. cit.
- (24) LÊNIN, V.I. *Que Hacer?*, op. cit., p. 270 e 271.
- (25) LÊNIN, V.I. idem, p. 150 e 142.
- (26) LÊNIN, V.I. *Prefacio a la Recopilacion "En Doce Años"*, in *Que Hacer?* op. cit., p. 16 (Este prefácio é escrito em 1907).
- (27) Idem, p. 17.
- (28) LÊNIN, V.I. *Que Hacer?*, op. cit., p. 68.
- (29) LÊNIN, V.I. idem, p. 85.
- (30) GERRATANA, Valentino. *Stálin, Lênin e o marxismo-leninismo*, in Hobsbawm, op. cit., vol. 9, p. 227.
- (31) STÁLIN, J. *A Letter From Kutais*, in *Works*, vol. I, Red Star Press, London, 1975, p. 56 e 57.
- (32) STÁLIN, J. idem, p. 56.
- (33) STÁLIN, J. *Briefly about the disagreements in the Party*, in op. cit., p. 104.
- (34) FERNANDES, Luis. *O Comunismo e o Estado* (Teoria Política Marxista a Partir de Lênin), in *Princípios*, n.º 21, 1991, p. 62.
- (35) LÊNIN, V.I. *Que Hacer?*, op. cit., p. 81.
- (36) LÊNIN, V.I. *Que Hacer?*, op. cit., p. 197 e 198.
- (37) LÊNIN, V.I. idem, p. 217 e 218.
- (38) LÊNIN, V.I. *Un Paso Adelante, Dos Pasos Atras*, in op. cit., p. 330.
- (39) LÊNIN, V. I. *Opere*, vol. 20, p. 477, apud Monty Johnstone, in Hobsbawm, *História do Marxismo*, op. cit., p. 39.
- (40) LÊNIN, V.I. *X Congresso do PC(b)US*, in *Obras Escogidas*, Tomo XII, op. cit., p. 52.
- (41) LÊNIN, V.I. Idem, p. 54.
- (42) LÊNIN, V.I. *Remarks on Ryazanov's Amendment*, in *Works*, vol. 32. Progress, Moscou, 1973, p. 26.

CONVIVÊNCIA DIFÍCIL COM A SOCIAL-DEMOCRACIA

SÉRGIO BARROSO

Uma espécie de catarse pós-moderna busca canonizar os herdeiros da II Internacional como anjos de Wim Wenders, símbolos de uma cândida filantropia esvoaçando sobre Berlim

O trabalho de massas e as alianças entre comunistas e social-democratas sempre se revelaram difíceis. Implicam em intrincados problemas da tática e da estratégia, da própria batalha pela hegemonia e direção da luta de classes, demarcando os campos na era da superação do capitalismo pelo socialismo.

Assim, o debate de um problema tático fundamental, a *frente única operária*, atravessou quase toda a trajetória da III Internacional. Em cada congresso da IC assumiu novos contornos, derivados dos combates de classe a nível mundial. A partir do 2º Congresso (1920), Lênin e o *Komintern* situam o problema da frente operária “para ganhar a maioria da classe”. Em 1922 o fascismo ascende ao poder na Itália, pondo em relevo uma viragem na situação européia. Entre 1922 e 1923 (3º e 4º Congressos da IC) a frente operária orienta-se para “arrancar as massas sob influência da social-democracia”.

É, porém, o 5º Congresso, de junho-julho de 1924, meses após a morte de Vladimir Lênin, que inaugura a radicalização do debate e as dificuldades na prática política dos partidos comunistas. É exatamente sobre este congresso que intelectuais ex-marxistas e historiadores de várias tendências procedem a análises incompletas, retocadas pela manipulação ou requintada mutilação do nexos dos fatos. Aferrados ao formalismo lógico, alguns concluem até que o 5º Congresso foi o “da viragem da concepção tática da IC”.

O congresso caracteriza o período em curso como de “estabilização temporária, parcial, do capitalismo”. Entre 1922 e 1924 inicia uma fase de ascenso na economia capitalista. A produção industrial de 1925 supera em 25% a de antes da guerra. O capital

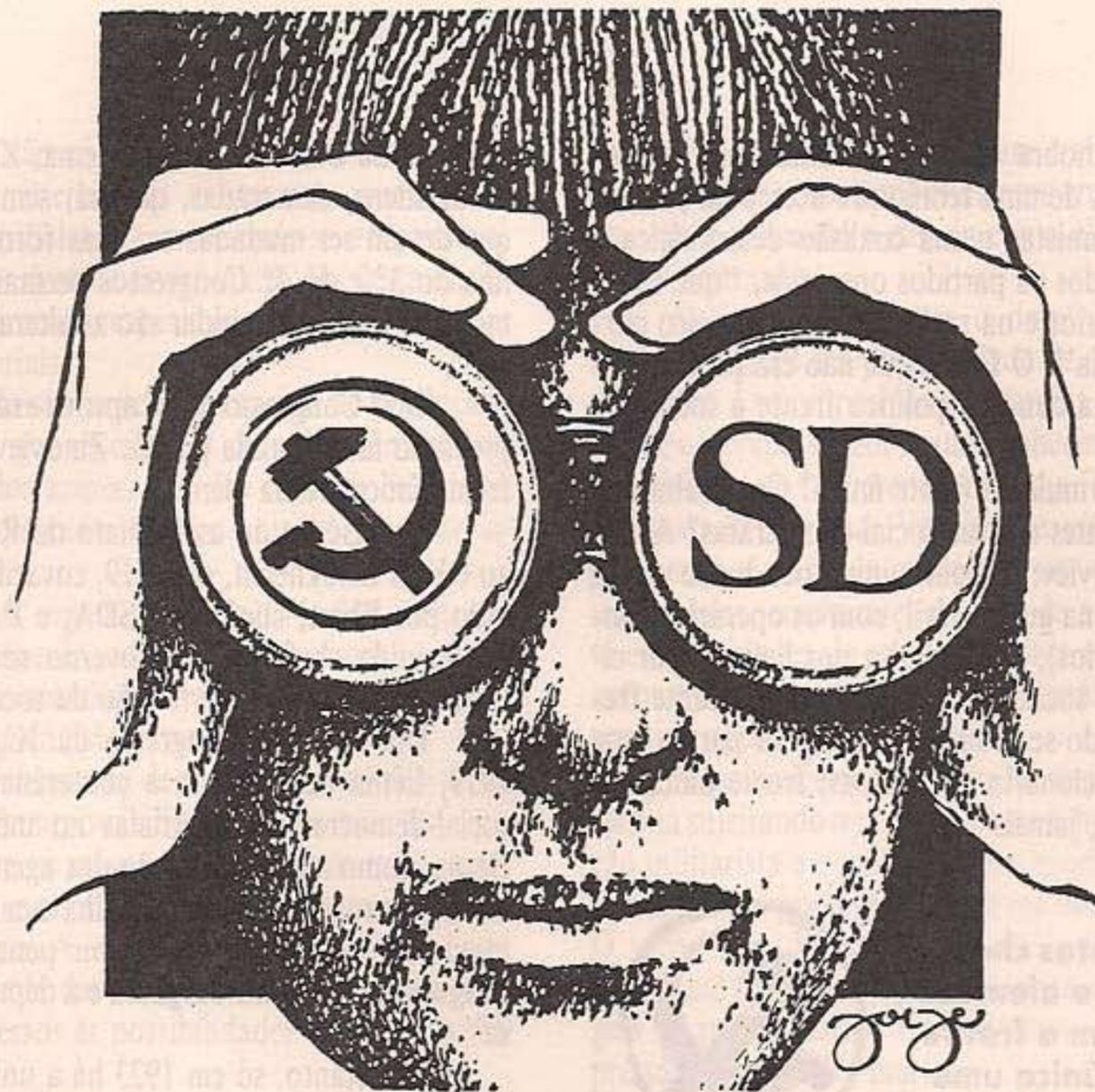
se concentra e se centraliza. Datam de então os grandes monopólios: Imperial Chemical (Inglaterra), Ford (EUA), Citroen e Renault (França). O Tratado de Versalles-Washington, de fins de 1919, busca repartir o mundo diante da nova correlação de forças. E o Plano Dawes (1924) exime a Alemanha das reparações de guerra. Os acordos de Locarno garantem a inviolabilidade das fronteiras ocidentais alemãs, sem qualquer compromisso com os limites a Leste, indicando o rumo da futura expansão germânica.

Pequenas melhoras salariais, embora circunscritas a alguns ramos da economia, são repassadas aos operários em vários países. Na Inglaterra os salários sobem de 87 a 92 (em pontos); na França, de 107 a 109; na Alemanha de 74 a 98. Ainda assim, em 1924 a Alemanha registra 682 mil grevistas, a Áustria 294 mil, os Estados Unidos 655 mil, a França 275 mil, a Grã-Bretanha 613 mil e a Itália 183 mil grevistas.



Kautsky imagina o Estado cada vez mais como um órgão supraclassista

O informe do húngaro Eugen Varga, especialista em economia da IC, apontava que “...a economia mundial não alcançou ainda, em 1923, que é o melhor ano do pós-guerra, o nível de 1913”. Distinguiu a situação dos EUA comparativamente ao velho território industrial europeu: “Em 1913 os EUA produziam 42% do aço mundial, em 1924, 62%. A Inglaterra produzia 10,2 milhões de toneladas, agora produz



7,6 milhões. A Alemanha passou de 19,2 milhões para 5 milhões”. Varga registrava ainda de 5 a 6 milhões de desempregados nos países capitalistas, “subestimados, aduzia, incluindo casos como o da Inglaterra, onde operários estavam desempregados há três anos”.

Ainda segundo Varga, três “fenômenos novos” marcavam o quadro internacional:

1) O fim da economia capitalista enquanto um sistema que abarca o mundo todo;

2) Uma crise especial dos países industrializados da Europa Ocidental, em meio à crise geral;

3) A crise agrária. “Acreditamos que vamos para uma crise mundial geral”, afirmava, ponderando que “as reparações (de guerra) conduzirão a uma melhoria da situação européia”.

A atmosfera mundial, no entanto, entusiasmava até o magnata americano Henry Ford que, embalado pela idéia corrente da “era da prosperidade eterna”, afirmou, em 1924: “Agora somos sócios. Nós investimos dinheiro na produção, os operários investem sua energia e maestria”.

Entre 1924 e 1927, Karl Kautsky e Rudolf Hilferding, principais dirigentes e ideólogos do Partido Social-Democrata Alemão, difundiram largamente suas teorias: o crescimento dos monopólios e as tendências monopolistas de Estado restringem a concorrência, conduzem à superação da anarquia da produção e significam a passagem ao “capitalismo organizado, onde o Estado é cada vez mais um órgão supraclássico. Ao se organizar a representação da classe operária no Estado, nos órgãos econômicos dos monopólios, pode-se conseguir a transferência gradual da direção do capitalismo organizado à própria sociedade, o que será a transição ao socialismo”.

O 5º Congresso da IC, em suas resoluções, combatia firmemente as teses social-reformistas do PSDA: “A estabilização temporária ocorria nos marcos do capitalismo e carregava a possibilidade de novas explosões sociais e choques interimperialistas”.

Após a morte de Lênin inicia-se uma longa etapa de divergências políticas e ideológicas sobre o papel e os objetivos dos comunistas. É Grigori Zinoviev - até então aliado de Stálin na crítica ao trotsquismo - quem abre a discussão política principal do 5º Congresso. O informe *A atividade e a tática da Executiva*, interliga dez questões e destaca os “Problemas da tática”.

Ele inicia reafirmando a atualidade da resolução do 3º Congresso da IC, que condicionava a vitória sobre a burguesia e a social-democracia à conquista da maioria (dos operários), dizendo: “Quanto mais escandalosas sejam as traições dos social-democratas, (...) mais (...) devemos, pois, continuar lutando para arrastar a maioria decisiva das categorias do proletariado. É uma das consignas essenciais de Lênin”.

Ao entrar no problema da tática de frente única, Zinoviev busca atualizá-la em relação ao 4º Congresso. Aponta “concessões” ali onde deduziu-se das resoluções da IC a aliança dos comunistas com os “governos operários” em geral, contra os governos burgueses. Em verdade, a burguesia levou ao governo “partidos operários” na Inglaterra, Dinamarca e Austrália, produzindo grande desilusão entre os trabalhadores e resultados desastrosos. Recordando o artigo de Lênin *Acerca dos compromissos* (que considerava, em setembro de 1917, uma possibilidade “extremamente rara na história”, a defesa do governo social-revolucionário e menchevique), Zinoviev distin-

gue tática e manobra estratégica como sendo coisas muito diferentes de uma teorização acerca da participação dos comunistas numa coalisão democrática e pacífica com todos os partidos operários, “que só de nome são operários e na realidade são o terceiro partido da burguesia”. O fato é que não era possível reafirmar a mesma conduta política frente à social-democracia.

Qual a fórmula da frente única? Como abordar a relação dirigentes-massas social-democratas? Assim sintetizava Zinoviev: “Frente única por baixo quase sempre (exceto, na guerra civil, com os operários contra-revolucionários); frente única por baixo e por cima (com chefes social-democratas) com bastante frequência, tomando-se todas as precauções para a mobilização revolucionária das massas; frente única somente por cima, jamais”.

**Esquerdistas checos
e alemães
consideravam a frente
única uma
tática revisionista**



Zinoviev critica o trotsquista Rádek, que o acusa de revisar a tática do 4.º Congresso; qualifica de esquerdismo as posições de dirigentes comunistas alemães e checos, que consideravam “revisionismo” a tática de frente única; argumenta ainda contra o reboquismo dos comunistas que atuavam como ala esquerda do Partido Trabalhista (Independente) da Inglaterra, mas omitiam-se na crítica à fração majoritária do partido. Sem deixar margem a dúvidas sobre a tática de frente única, Zinoviev enfatiza: “Não se trata de revisá-la. Não há necessidade. Não se trata de inventar uma ‘nova’ tática... Trata-se simplesmente de precaver a Internacional Comunista contra sua interpretação oportunista”.

Durante os debates, Clara Zetkin fustiga Zinoviev, argumentando que inevitavelmente governos operários como os de MacDonald e Scheidemann chegariam ao poder antes da vitória da revolução proletária. Os governos operários que defendemos - responde Zinoviev - são resultado da luta da classe operária pela revolução proletária. Rádek pergunta, ironizando, se os comunistas nunca figurarão num mesmo governo com os social-democratas. Zinoviev rebate dizendo que o importante é estabelecer que existem dois sistemas políticos que se confrontam. Amadeo Bordiga, ultra-sectário, diz que ninguém pode garantir que a IC não venha a se transformar em uma Internacional reformista.

O núcleo da resolução do 4.º Congresso sobre a frente única diz que seu objetivo principal é unir, através da agitação e da organização, as massas operárias; que a tática deve ser aplicada de diferentes maneiras, conforme cada país e suas condições concretas.

Encerrando o debate sobre o tema, Zinoviev afirma: “Considero, camaradas, que há, sem dúvida, coisas que devem ser mudadas em suas fórmulas, mas a linha do 3.º e do 4.º Congressos permanece. O que temos que revisar e liquidar são as alterações oportunistas”.

O 5.º Congresso da IC aprova exatamente a compreensão manifestada por G. Zinoviev na questão da frente única. Nada além.

O episódio do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, em 1919, covardemente acobertado por Ebert, chefe do PSDA, e P. Scheidemann, em seguida chefe de um governo social-democrata, assinala a nova rota de traição da social-democracia.

Durante o I Congresso da IC, em março de 1919, Lênin caracterizou a conferência dos partidos social-democratas e centristas no mês anterior, em Berna, como a reorganização dos agentes do imperialismo internacional que trabalhavam no interior do movimento operário, para fazer penetrar “as idéias burguesas, a mentira burguesa e a depravação burguesa” (1).

Entretanto, só em 1923 há a unificação entre a II Internacional e a Internacional “dois e meio”, centrista, encabeçada especialmente por Otto Bauer, líder do Partido Social-Democrata Operário da Áustria. Com o nome de Internacional Operária Socialista, ela realizaria mais três congressos: em Marselha, 1925; em Bruxelas, 1928; e o último em Viena, 1931. Dois anos depois, uma conferência da IOS em Paris resolve chamar “à luta contra o fascismo...”. E com isso implode a organização, pois na prática libera os partidos filiados para atuarem como quiserem quanto à unidade com os comunistas contra o fascismo. Em 1940 a IOS deixa oficialmente de existir.

O movimento fascista surge na Itália durante a I Guerra. Continua através dos *Fasci di Combattimento* fundados por Benito Mussolini em 1919, em Milão. Tem como direção central do ataque os bolcheviques. De 1919 a 1922, o país passa por situações de crise revolucionária, derrocada das instituições políticas, grande insatisfação das massas operárias e camponesas, confluência de forças populares e revolucionárias. Em 1922, Giolitti, velho estadista burguês, propõe um programa com base da colaboração entre os dois maiores partidos, o popular e o socialista (este ligado à II Internacional). Mas apóia-se no movimento fascista armado. Operários sublevam-se e ocupam as fábricas. A burguesia italiana adere ao fascismo. Mussolini defende no partido fascista um pacto de pacificação com o PS. “Os socialistas, sob pressão da ala direita e com a saída dos comunistas do partido, em 1921 (referência à ‘ala esquerda’ que em seguida funda o PCI), *aceitam o pacto*. Mussolini o assina e sob este texto vocês podem encontrar as assinaturas dos elementos mais destacados do movimento socialista”. (2) O pacto não resolve a crise italiana e em fins de 1922 Mussolini marcha sobre Roma, tomando o poder.

O setor contra-revolucionário da social-democracia colabora na carnificina, tal como ocorrera em 1919, no assassinato de Rosa e Liebknecht.

Assim, no período que antecede o 5º Congresso da IC (1928) e mesmo a seguir, a grande maioria dos partidos social-democratas evoluiu para posições abertamente burguesas e contra-revolucionárias.

**Linha de colaboração
encontra
resistência de um
setor de
esquerda combativo**



Evidentemente este desenvolvimento teve suas contradições. Na França, por exemplo, as tradições combativas do proletariado dificultaram o assalto oportunista às fileiras da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e do PS. León Blum, dirigente da SFIO, manteve-se à esquerda de Kautsky. Contrapartida, ao “governo de coalisão” kautskista, o “exercício e a conquista do poder”. Em 1927, frente à “racionalização capitalista”, Blum afirmou que esta “leva o capitalismo à revolução social”. Como dirigente da “esquerda” social-democrata francesa, criticou abertamente a via parlamentar para o socialismo: “Prevemos - dizia, em 1928 - que a revolução social ficará diante dessa mesma necessidade prática (histórica) e é por isso que consideramos a ditadura do proletariado como uma consequência quase inevitável da revolução social”.

Largo Caballero, dirigente da UGT espanhola e ligado ao PSOE, em 1924 aceitou o cargo de conselheiro de Estado no governo ditatorial e corporativista de Primo de Rivera. Logo a seguir o PSOE passa à oposição. No início dos anos 30, Caballero derrota a ala direita do PSOE, é eleito secretário-geral da UGT e destaca-se no chamamento às massas para o combate à reação fascista. Em 1936, encabeça o primeiro governo da Frente Popular, com participação dos comunistas. Em um ano de grandes dificuldades no relacionamento entre PSOE e PCE, ele afirmava, no periódico *O Socialista*: “O proletariado não deve aceitar a necessidade de defender a democracia burguesa, mas sim lutar por todos os meios para conquistar o poder político para realizar através dele sua própria revolução, revolução socialista”. Diferenças entre os “caballeristas” e trotsquistas e anarquistas, principalmente, levaram à renúncia de Caballero em 1937.

O intervalo que corresponde à “relativa estabilidade” capitalista, antes da crise de 1929-1933, assinala a expansão fascista. A falência do Plano Dawes leva os EUA, Inglaterra e França a tutelarem a Alemanha, que responde iniciando sua militarização. Aparecem as teses do “ultra-imperialismo”, defendidas por Kautsky-Hilferding. A burguesia alimenta a “psicose da guerra”; a social-democracia insiste no pacifismo, na defesa dos “princípios da democracia”, mas apóia

a política colonial burguesa. Na Iugoslávia, Hungria, Bulgária, Romênia, Polônia, países de grande base agrária, a burguesia e a reação feudal-fascista lançam-se furiosamente contra os sindicatos, principalmente onde surgia, entre os trabalhadores, um segmento de esquerda, contrário à colaboração de classe.

No movimento sindical em particular, a política de frente única estimulava e unia certas bases operárias social-democratas, contrárias à burocracia sindical da Internacional Sindical de Amsterdã. Na Itália, o Estado fascista jogou tudo no dismantelamento dos sindicatos, enquanto a IS de Amsterdã exigiu a expulsão dos comunistas. Na França, dirigentes social-democratas saíram às ruas em apoio ao governo no ataque aos sindicatos “revolucionários”. Na Bélgica houve uma verdadeira campanha de expulsão dos comunistas dos sindicatos, a pretexto de impedir os fundos de greve, doados pelas Uniãoes Profissionais Soviéticas. O Partido Social-Democrata finlandês, que apostava na divisão sindical, lançou a palavra-de-ordem: “Por Amsterdã, contra Moscou!”.

Diante das posições revolucionárias da URSS, que denunciava o perigo da guerra como desdobramento da crise, a IOS, em 1927, chegou a tomar a posição de “combater o fascismo e os bolcheviques, que ameaçam a paz”. E enquanto esta alardeava o “perigo vermelho”, o PSDA passou a defender a neutralidade da classe operária, caso invadissem a URSS.

Em 1930, Karl Kautsky, no livro *O bolchevismo num atoleiro*, afirmava: “Ainda podemos esperar um grande dia de toda a Europa, se na Rússia a situação chega a uma insurreição democrática e esta é vencedora... A revolução democrática na Rússia colocaria toda a Europa em movimento”.

Algumas questões merecem um breve comentário:

1) Nos documentos finais do 5º Congresso da IC encontra-se a caracterização do fascismo, como ala direita da burguesia, e da social-democracia, como sua ala esquerda. Stálin, que não interveio durante os informes, mas participou das comissões de trabalho do congresso, escreve pouco depois, em setembro de 1924: “O fascismo é uma organização de choque da burguesia e que conta com o apoio ativo da social-democracia. A social-democracia é, objetivamente, a ala moderada do fascismo. Não há razões para supor que a organização de choque da burguesia possa ter êxitos decisivos nos combates ou no governo do país sem o apoio ativo da social-democracia. (...) Não são antípodas, mas gêmeos”.

A opinião de Stálin não deixa espaço para a definição de um alvo principal, entre os dois “gêmeos”, embora esquematize a conduta geral da social-democracia. Por outro lado, só no início dos anos 30 e particularmente em 35, com o célebre informe de Dimitrov ao 7º Congresso da IC, a caracterização do fascismo se completa. Antes disso, também a diferenciação das alas da social-democracia a princípio era incipiente;

2) Mesmo inspirado em um viés “esquerdista”, o conteúdo fundamental das idéias de Zinoviev sobre a *frente única operária* estava ajustado à correlação de forças de então. Não eram pequenas as debilidades, os doutrinanismos, as influências reformistas dentro da grande maioria dos jovens partidos comunistas. Também por isso o 5º Congresso dedicou grande espaço ao debate da “bolchevização” dos partidos, via reforço ideológico e organizativo;

3) Os trabalhos do 5º Congresso foram abertos com a presença de 504 delegados de 49 partidos comunistas e operários, afora outras organizações. Em julho de 1928, o 6º Congresso registra 532 delegados de 57 partidos, representando 1 milhão e 799 mil membros (inclusive os soviéticos), cerca de 480 mil a mais que em 1924.

É significativo que a IOS, em 1931, ano de seu último congresso, aglutinasse 36 partidos, com 6.204.112 filiados e 24,6 milhões de eleitores. Isto revela a envergadura de uma força política considerável, com influência operária, principalmente na Europa. Leva à conclusão de que a Revolução de 1917 desferiu um golpe demolidor nos “revisores” do marxismo, aninhados na II Internacional, mas não chegou a desbaratar as bases da social-democracia. ■

SÉRGIO BARROSO - Membro da Executiva Nacional da CUT e coordenador geral da Corrente Sindical Classista (CSC)

NOTAS

- (1) LÊNIN, Vladimir I. *Revista Temas*. Editora de Ciências Humanas, São Paulo, 1978, p. 1.
- (2) TOGLIATTI, Palmiro. op. cit., p. 10 a 18.
- (3) *EL movimiento obrero internacional*. V Tomo, Historia y teoria, Editorial Progreso, Moscou, 1986, p. 426.
- (4) DIMITROV, George. *Obras Escolhidas*. Vol. I, Editorial Estampa, 1976, Lisboa, p. 223.
- (5) Idem, p.224.

BIBLIOGRAFIA

- El movimiento obrero internacional* - V Tomo, Historia y teoria, Editorial Progreso, Moscou, 1986.
- V Congresso de la Internacional Comunista* - primera parte - *Cuadernos de Pasado y Presente* - Ediciones Pasado y Presente, 1975 - Argentina.
- Internacional Comunista* - vols. I, II, III - Edições Avante, 1973, Lisboa.
- BALLVORA, Shyqri. *A experiência histórica da III Internacional*. Editora 8 Nentori, 1983, Tirana (tradução de José Reinaldo de Carvalho).
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. Editora de Ciências Humanas, 1976, São Paulo.
- DIMITROV, George. *Obras Escolhidas*. vol. I, Editorial Estampa, 1976, Lisboa.
- CARR, E. H. *El socialismo en un solo país*. vol. I - Alianza Editorial, 1970, Madrid.
- LÊNIN, Vladimir I. *Obras Completas*. tomo 45, Editorial Progreso, 1987, Moscou.
- STÁLIN, J. *Obras*. tomo VI, Ediciones Vanguardia Obrera, 1984, Madrid.
- LÊNIN, Vladimir I. *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo, Global Editora, 1984.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Brasiliense, 1989, São Paulo.
- MANFRED, A. Z. *História do mundo*. vol. III, Edições Sociais, Lisboa, 1981.

À Sombra da Suástica

Berlim, setembro de 1930. Nas eleições para o Reichstag (o parlamento alemão), o Partido Comunista Alemão tem 4,6 milhões de votos; o Partido Social-Democrata Alemão, 8,6 milhões; os nazistas, 6,4 milhões (oito vezes mais que no pleito de 1928!). No outono, Ernest Thalmann, dirigente do PCA, conclama os operários social-democratas, e todos os operários, cristãos e sem partido, assim como os comunistas, a terminarem juntos com a pirataria fascista. Propõe a luta contra o nazismo e a organização das massas para a autodefesa. O PSDA proíbe os operários filiados de participarem dos comitês, o que não impede parte deles de ingressar na “União”.

Na primavera de 1932, o CC do PCA propôs finalmente uma candidatura comum à Presidência da República (Otto Braun, dirigente do Partido Social-Democrata Alemão da Prússia) contra o ascenso hitlerista. A maioria do PSDA rejeitou cabalmente a proposta, não lançou candidato e passou a apoiar o monarquista von Hindenburg,

ex-marechal de campo do kaizer. Hindenburg, eleito, indicou Adolf Hitler para chefe de governo. Em janeiro de 1933, com Hitler na chancelaria, a direção do PCA faz um novo chamamento ao PSDA no sentido da adesão à Frente Antifascista Nacional. A direção do PSDA recusa o apelo, pretextando concentrar esforços nas ações constitucionais e parlamentares.

Em fevereiro de 1933, os fascistas simulam o incêndio do Reichstag e acusam os comunistas. Naquela noite, cerca de 10 mil pessoas são presas, inclusive George Dimitrov. Em março, o PCA recolhe 4,8 milhões de votos nas eleições, o PSDA 7,2 milhões, os nazistas 17,3 milhões. Hitler, para obter maioria, cassa os mandatos de 81 deputados comunistas. Em maio, a fração social-democrata no Reichstag vota favoravelmente à política exterior hitlerista. Em 22 de junho, Hitler manda fechar o Partido Social-Democrata Alemão.

Paris, 1941: Rudolf Hilferding morre nas mãos da Gestapo!

MUDANÇA TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO DO OPERÁRIO

LUCÍLIA MACHADO

*O homem se torna descartável com o avanço da ciência?
Como as novas tecnologias devem ser combinadas com nova qualificação, de caráter politécnico, dos trabalhadores*

Cabe perguntar se as atuais transformações tecnológicas têm contribuído para o aperfeiçoamento do trabalho humano, ensejando uma elevação do nível geral e individual de sua qualificação.

A análise do impacto da atual revolução tecnológica, que tem como pilares a microeletrônica, a microbiologia, e as novas formas de energia mostram que novas possibilidades se abrem para: o aproveitamento dos recursos naturais; a produção artificial de materiais não disponíveis na natureza (os sintéticos); a mudança qualitativa dos instrumentos e meios de trabalho e outras formas de organização da produção e dos processos de trabalho. O fator crucial dessas mudanças é o enorme desenvolvimento científico e sua íntima relação com a aplicação imediata da ciência, que tem se tornado em força produtiva direta.

E o que tem acontecido com o homem, esta força produtiva considerada fundamental? Tem se tornando "descartável" pelo avanço científico e suas aplicações tecnológicas ou tem também incorporado novas condições físicas e mentais, mudando sua qualidade? E o trabalho humano, tem diminuído sua relevância na vida das pessoas e da sociedade, ou suas características ontológicas se renovam em novas formas de trabalho, bem diferentes das tradicionais? A nova qualificação tem sido um processo coletivo ou apenas pequenos grupos têm sido incorporados a esta nova dinâmica? De que maneira esta nova qualificação participa enquanto pressuposto da nova fase de acumulação e valorização do capital? Qual é o conteúdo desta nova capacidade de trabalho? Trata-se de um trabalho simplificado ou esta simplicidade é meramente aparente, escondendo requisitos de diversas formas elementares e básicas de trabalho, exigindo um novo

perfil de escolaridade de caráter mais complexo, como o politécnico? Ou é suficiente apenas a apresentação de um perfil polivalente? As novas formas de organização do trabalho baseadas nos avanços tecnológicos têm permitido o alargamento da base de conhecimento, experiência, autoridade dos trabalhadores que as vivenciam, oferecendo-lhes possibilidades materiais efetivas para se tornarem mais ativos, criativos, conscientes e críticos do seu papel? Ou seja, a nova qualificação é realmente qualificadora? O que tem o sistema escolar a refletir sobre as relações entre estas transformações e a formação do homem e o que tais reflexões colocam para a escola enquanto mudança de sua prática?

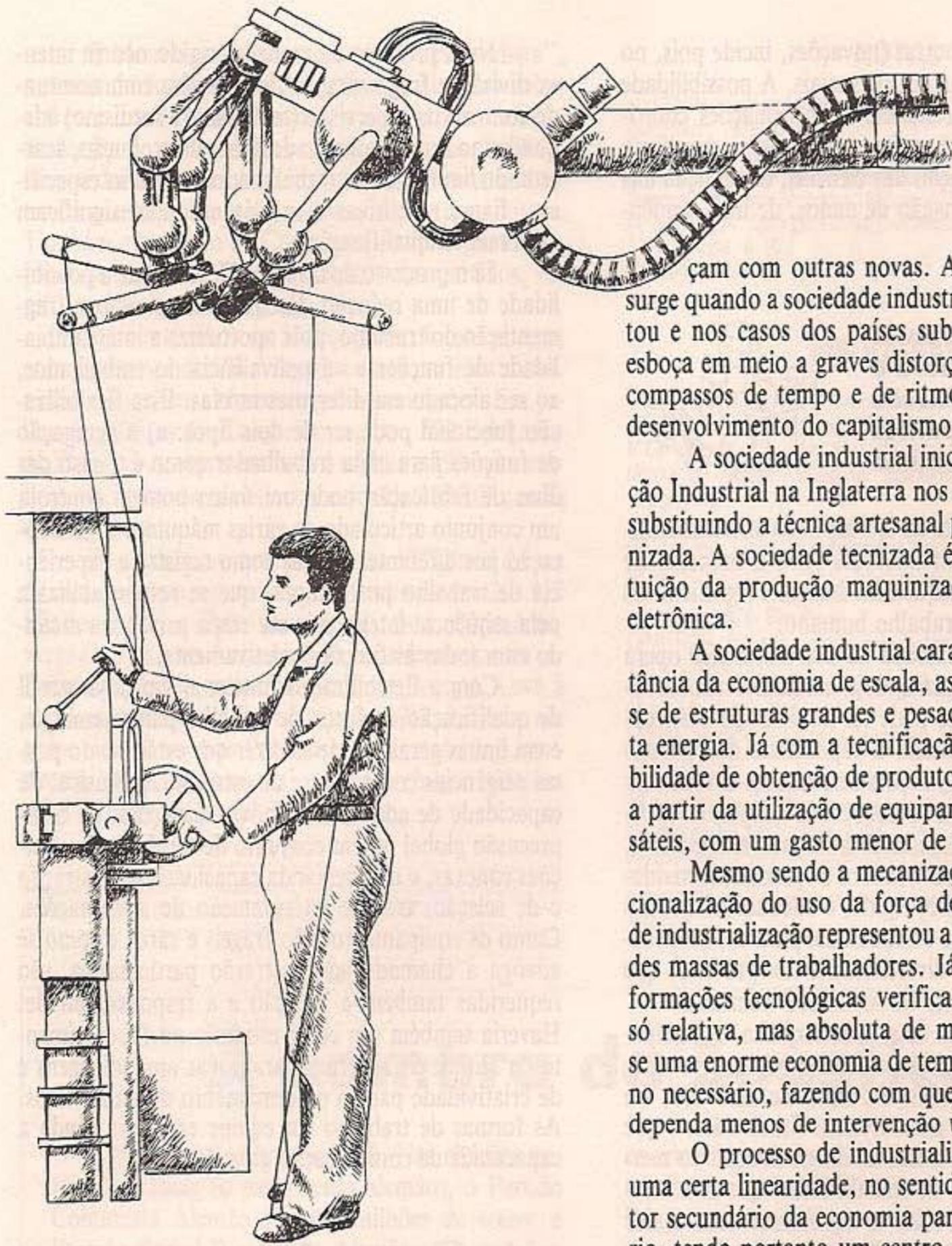
As respostas para estas perguntas não estão dadas, pois pressupõem o desenvolvimento de pesquisas e estudos que se encontram ainda na sua fase inicial.

A seguir serão trabalhadas algumas idéias visando contribuir para tais esclarecimentos, com a ressalva de que se tratam apenas de notas de trabalho, resultado inicial de uma pesquisa sobre o tema, que ainda se encontra na sua fase preliminar.



A nova tecnologia da informação altera as próprias bases da produção social

As atuais transformações tecnológicas, principalmente as que se verificam a partir da década de quarenta deste século nos países desenvolvidos marcam a transição de uma sociedade industrializada pa-



ra uma sociedade tecnizada. Este é também o momento da passagem da fase do imperialismo clássico para a da transnacionalização do capital.

A sociedade tecnizada não é a sociedade industrial mais desenvolvida. Trata-se de algo novo, que não modifica a essência do modo de produção capitalista, mas lhe traz novos contornos. Não se trata de um movimento evolucionista com meras alterações quantitativas. As inovações introduzem mudanças qualitativas que atingem os métodos de produção.

O processo de transição de um a outro tipo de sociedade é contínuo e descontínuo ao mesmo tempo, às mudanças qualitativas sucedem mudanças quantitativas, à emergência dos novos elementos sobrem a continuidade das antigas formas, mostrando que se trata de um processo complexo, de interpenetração, onde contradições já existentes se repõem e se entrela-

çam com outras novas. A sociedade tecnizada surge quando a sociedade industrial ainda não se esgotou e nos casos dos países subdesenvolvidos, ela se esboça em meio a graves distorções e acentua os descompassos de tempo e de ritmo que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo periférico.

A sociedade industrial iniciou-se com a Revolução Industrial na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, substituindo a técnica artesanal pela produção maquinizada. A sociedade tecnizada é marcada pela substituição da produção maquinizada pela aparelhagem eletrônica.

A sociedade industrial caracteriza-se pela importância da economia de escala, as máquinas compõem-se de estruturas grandes e pesadas e consomem muita energia. Já com a tecnificação, verifica-se a possibilidade de obtenção de produtos mais diversificados, a partir da utilização de equipamentos flexíveis e versáteis, com um gasto menor de energia.

Mesmo sendo a mecanização uma forma de racionalização do uso da força de trabalho o processo de industrialização representou a incorporação de grandes massas de trabalhadores. Já com as atuais transformações tecnológicas verifica-se uma redução não só relativa, mas absoluta de mão-de-obra. Verifica-se uma enorme economia de tempo de trabalho humano necessário, fazendo com que a produção do valor dependa menos de intervenção *viva* do homem.

O processo de industrialização é marcado por uma certa linearidade, no sentido de que parte do setor secundário da economia para o terciário e primário, tendo portanto *um centro* irradiador e no sentido de que sua evolução é relativamente previsível enquanto um engendramento de fases sucessivas. O processo de desenvolvimento que marca a sociedade tecnizada é *policêntrico*, pois manifesta-se em todos os níveis da vida social, pois suas técnicas são generalizáveis para diversas situações, sem que seja possível prever suas conseqüências, pois além de manifestar-se desta forma difusa, é marcado por um ritmo acelerado de inovações, e tem estreitado o intervalo entre suas descobertas e aplicações.

A radicalidade destas mudanças se apóia num dado fundamental: a alteração da base do tratamento, da conservação e da transformação das informações. Sua generalidade advém do fato de que quase todos os processos sociais dependem fundamentalmente das informações e de como elas são utilizadas. A nova tecnologia da informação muda as bases da produção social, pois incide sobre os processos de produção, desenvolvimento e aplicação do conhecimento,

permitindo acelerar outras inovações, incide pois, no centro nervoso dos processos sociais. A possibilidade de integrar multilateralmente as informações contribui para reforçar a transformação que se manifesta no plano da organização das ciências, de diluição das fronteiras, de combinação de dados, de uma tendência sintética.

**A microeletrônica
altera o
processo de automação
e modifica
o trabalho humano**



As possibilidades de aplicação da *microeletrônica* criaram novas oportunidades para o processo de automação com conseqüências bastante significativas para a alteração do trabalho humano.

A automação baseada na *eletromecânica* opera com equipamentos *rígidos*, cujo comando vem embutido na máquina e não pode ser modificado. Este comando substitui e esvazia a capacidade de reflexão dos operadores cujas funções se reduzem a abastecer a máquina, vigiá-la e a operações tão simples e repetitivas que exigem capacidades humanas elementares. Esta é a automação provocadora de grande rotatividade da força de trabalho, rígida, e adequada à produção em grande escala e desfuncional para as necessidades de flexibilidade e diversificação dos produtos que caracterizam o mercado da sociedade tecnizada.

Com a aplicação da microeletrônica, os equipamentos tornam-se flexíveis, e como o comando encontra-se externo à máquina, ou seja, no *software*, ela pode ser programada para diversas finalidades, o que oportuniza atender à crescente diversificação do mercado. Aquela parcela de trabalhadores que tem acesso à programação precisa se apresentar com maior qualificação e tem no trabalho opções para o desenvolvimento da percepção e do raciocínio. Encontram-se também, neste caso, trabalhadores reduzidos a funções elementares de preparação e vigilância do equipamento, o que não vem resolver plenamente o problema do trabalho repetitivo e fragmentado. Quanto à função de manutenção, esta se sofisticou e os requerimentos educacionais para seu exercício se elevam.

A mudança na base técnica da automação é um dado importante para as alterações nos processos de trabalho com conseqüências importantes para o movimento de desqualificação e qualificação da força de trabalho. À automação flexível correspondem processos de trabalho flexíveis e flexibilização das funções. Estas mudanças na organização do trabalho podem, entretanto, ser adotadas ainda que não haja prévia adoção desta base técnica. Trata-se da adoção de novas estratégias de gestão da força de trabalho necessárias à preparação do campo para a chegada das novas tecnologias.

Num processo de trabalho rígido ocorre intensa divisão e fragmentação do trabalho com acentuado controle da supervisão (taylorismo e fordismo) adequados ao funcionamento de linhas de produção, acarretando limitação dos trabalhadores a tarefas específicas, fixas, repetitivas e monótonas, que significam uma real desqualificação.

Já o processo de trabalho flexível traz a possibilidade de uma redução dos níveis de divisão e fragmentação do trabalho, pois oportuniza a intercambiabilidade de funções e a polivalência do trabalhador, ao ser alocado em diferentes tarefas. Esta flexibilização funcional pode ser de dois tipos: a) a agregação de funções para cada trabalhador como é o caso das ilhas de fabricação onde um único homem controla um conjunto articulado de várias máquinas e, b) a rotação por diferentes tarefas como registra a experiência de trabalho por equipes, que se responsabilizam pela seqüência inteira de uma etapa produtiva arcando com todas as funções coletivamente.

Com a flexibilização funcional um novo perfil de qualificação da força de trabalho parece emergir, e em linhas gerais, pode-se dizer que estão sendo postas exigências como: posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações, de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas, o que demanda capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação de informações. Como os equipamentos são frágeis e caros e como se advoga a chamada administração participativa, são requeridas também a atenção e a responsabilidade. Haveria também um certo estímulo no favorecimento da atitude de abertura para novas aprendizagens e de criatividade para o enfrentamento de imprevistos. As formas de trabalho em equipe exigiriam ainda a capacidade de comunicação grupal.



**Pequeno grupo com
perfil
qualificado e enorme
massa de
homens descartáveis**

Todavia, é conveniente assinalar que nem todos que manejam as novas tecnologias têm o conteúdo do trabalho flexibilizado. Os digitadores, por exemplo, desempenham uma mesma atividade, cansativa e mecânica, durante todo o tempo da jornada de trabalho. Além disso, nem todos têm conteúdo de trabalho complexo. É o caso dos trabalhadores diretos que executam funções simples como observar alarmes, as luzes de painéis e a execução de ações previamente estabelecidas segundo as prescrições dos técnicos. Alguns se qualificam e nesta categoria entram principalmente os trabalhadores indiretos dedicados a funções como: programação, planejamento, desenho, monitoração, testes, ajustes, controle, análise, avaliação e re-

programação. Em síntese, a adoção das novas tecnologias e das novas formas de trabalho levariam a uma elevação da qualificação média da força de trabalho, muito aquém, entretanto, se for considerado o patamar das conquistas obtidas pela humanidade no campo do conhecimento científico e tecnológico. Por outro lado, dado o caráter restritivo, capital-intensivo, heterogêneo e não coetâneo deste processo de inovações, apenas um pequeno grupo apresentaria o perfil de qualificado, restando num outro pólo, um enorme contingente de trabalhadores "descartáveis" e desqualificados.

No caso dos países subdesenvolvidos haveria ainda um fator complicador, pois com as ações de obsolescência tecnológica forçada e planejada desde o exterior pelo capital transnacional, vem junto a importação dos pacotes de *software*, restando para os autóctones espaços restritos em matéria de concepção.

A médio e a longo prazos espera-se uma modificação significativa na estrutura ocupacional. Algumas funções vão se extinguir e outras reduzir o volume de trabalhadores nelas empregados. O caso mais importante a assinalar é o da redução do número dos trabalhadores diretos. Particularmente as funções repetitivas, previsíveis, formalizadas e estruturadas de maneira fixa são mais adequadamente executadas por mecanismos automáticos. As funções de supervisão e de controle da força de trabalho passam também por semelhante processo, pois como os novos equipamentos trazem em si mecanismos eficazes de controle da força de trabalho, os antigos capatazes deixam de ter tanta importância como tinham.

Outras funções estão passando por um processo inverso, pois tendem a se expandir ainda que num processo de crescimento relativo, sem grande peso absoluto no conjunto global da força de trabalho. São as funções dos trabalhadores indiretos, como a dos programadores, do pessoal de apoio, escritório e manutenção. Em geral, espera-se uma valorização das funções de concepção, de tratamento de símbolos, intelectuais, não previsíveis e sujeitas à estruturação.

Em termos globais, entretanto, é necessário salientar a perspectiva de um grande crescimento do desemprego e de formas contratuais precárias, temporárias e fragmentadas.

Cabe registrar que uma e outra tendência passam por processos heterogêneos e não-coetâneos, sujeitos a determinações de fatores sócio-políticos e culturais, pois não há um processo autônomo de desenvolvimento tecnológico isento das marcas das relações sociais.

Além disso, é preciso questionar se e em que medida estaria ocorrendo uma real intelectualização destes setores avançados e qual é a natureza específica deste processo, indagando sobre as formas de produção, conservação, transmissão, distribuição, apropriação e avaliação crítica deste conhecimento.

Além do desperdício de capacidades que são le-

vadas à obsolescência e das expectativas profissionais de muitos que não se realizam, a tendência em curso tem imprimido uma certa mecanização do trabalho intelectual, que precisa ser melhor analisada em todos os seus desdobramentos.

Tal questão para os países periféricos revela-se bastante contraditória devido à dificuldade de acompanhar a mudança do padrão de acumulação, mais largamente referido como "padrão de competitividade". Assim, dentro das relações internacionais, são os países capitalistas avançados que não só definem o patamar tecnológico internacional, como monopolizam a *criação* das novas tecnologias e administram o poder tecnológico, restringindo o acesso àquelas e impondo condições para o mesmo.

Os países dependentes acabam assimilando precariamente estas inovações, pois além de tudo faltam-lhes poder de compra e uma base consolidada de escolaridade e cultura básica e técnica, restando-lhes a posição de subordinação às decisões unilaterais e prévias do capitalismo central.



Brutalização até da aristocracia pela ignorância e alienação da lógica consumista

O impacto destas transformações sobre as classes sociais também é diferenciado no plano das suas especificidades internas e repercutem nas próprias relações entre elas.

As diferenciações internas ao proletariado se tornam mais complexas bem como as que se verificam em relação à burguesia e outras classes, trazendo repercussões não só para a questão do perfil das mesmas, mas para o seu papel no conjunto das forças sociais.

Numa formação social como a brasileira caracterizada por um processo de desenvolvimento capitalista desigual e combinado, onde o processo de industrialização ainda não se completou, verifica-se já o início da tecnização dos processos de trabalho em todos os setores da economia: na agricultura, na indústria e na produção dos serviços.

Do lado do trabalho, dois pólos marcam sua presença de forma elucidativa e ao mesmo tempo desconcertante pela significativa diferença de situação e perspectivas, que ao final culminam, por vias diferentes, num mesmo processo de exploração e alienação.

No primeiro pólo encontra-se o proletariado tradicional fruto do processo de industrialização, caracterizado por salário e nível educacional baixos, instabilidade no emprego e desempenho de funções desqualificadas e *taylorizadas*. Tratam-se de setores sociais que sofreram e vêm sofrendo vários processos de desenraizamento, seja através das frequentes migrações; das alternâncias de trabalho, a maior parte em caráter pre-

cário; das instabilidades das moradias, ou de várias outras carências sociais que levam ao embrutecimento e a desestruturação familiar.

No outro pólo, percebe-se o surgimento de um novo tipo de proletariado, que desfruta de salários e nível educacional mais altos, goza de relativa estabilidade no trabalho, constituindo-se uma espécie de aristocracia técnica.

Essa situação de superioridade não é, entretanto, condição suficiente para uma maior consciência e disposição para o desempenho de um papel ativo nas disputas pelos interesses dos trabalhadores. Manifestam-se outras formas de desenraizamento próprias deste segmento decorrentes da forma como se dão a produção e aplicação tecnológica, desvinculadas de uma política socio-econômica e cultural de caráter global para a sociedade. Assim, o acesso a informações técnicas por si, sem uma visão ampliada da realidade em suas várias dimensões, não garante uma efetiva compreensão do trabalho que se executa e do mundo no qual a atividade humana está inserida. A brutalização deste trabalhador não se dá pela fome, mas pela ignorância política e pelos horizontes estreitos e alienados oferecidos pela lógica consumista desta sociedade capitalista tecnizada. Sobrevem, assim, o sentimento de impotência e de incerteza quanto ao futuro, apesar dos enormes recursos tecnológicos produzidos pela humanidade.

Elementos iniciais visando a conceituação de qualidade do trabalho humano



Dentro da nova base técnica, especificamente a que traz a automação flexível, encontram-se elementos novos capazes de permitir a recuperação do controle do saber e da produção pelos trabalhadores, fator crucial para a ampliação da percepção mais ampla e de uma qualificação realmente de novo tipo.

De um lado, existem possibilidades de um maior controle do capital, pela própria simplificação da organização do trabalho, pelas formas de cooptação da administração participativa, pelo acesso às informações em tempo real, pela vigilância à distância através do próprio equipamento e pela concentração de dados pela gerência permitindo-se pronta e abrangente averiguação do que se queira saber.

Todavia, a nova organização e a nova tecnologia são também mais dependentes do trabalhador. Dependem do seu interesse, motivação, responsabilidade, atenção, capacitação, participação, etc. Além disso, como a produção se torna integrada, basta um pequeno boicote num dos segmentos para inviabilizar o funcionamento do restante. A exigência de confiabilidade, a vulnerabilidade dos equipamentos de alto

custo face à possibilidade de uso inadequado, a intelectualização do trabalho, ainda que passível de questionamentos e as formas grupais de trabalho oferecem condições que podem relativizar o controle do capital e a emergência de uma nova qualificação de caráter politécnico.

Em Marx, o conceito de qualificação é tomado enquanto um conjunto de condições físicas e mentais, que compõe a capacidade de trabalho ou a força de trabalho dispendida em atividades voltadas para a produção de valores de uso geral. Assim, a capacidade de trabalho é condição fundamental da produção, portanto tem seu próprio valor de uso. Com o capitalismo, ela passa a ter um valor de uso crucial pois representa a possibilidade de criação de um valor adicional ao seu próprio valor, a mais-valia.

As condições físicas e mentais apresentadas pela força de trabalho de uma sociedade variam historicamente, representando, em linhas gerais, a síntese de uma série de elementos tais como: o grau médio de destreza dos indivíduos, a disponibilidade de recursos naturais, a forma de como é organizada socialmente a produção, a quantidade e a qualidade dos meios utilizados para produzir, incluindo-se evidentemente o desenvolvimento das ciências e a possibilidade de aplicação dos seus resultados.

A qualidade do trabalho humano diz respeito, em primeiro lugar, a uma qualificação coletiva dada pelas próprias condições da organização da produção social, da qual a qualificação individual não só é *presuposto* mas também *resultado*, que se expressa em um maior ou menor grau de *complexidade* dependendo das possibilidades de potenciação dos vários tipos de *trabalhos simples* conhecidos pela sociedade.

Assim, segundo Rolle (apud SILVA, s/d: 22): “Qualificação não é um modo de reconhecimento e de codificação social das qualidades de trabalho, mas uma *maneira de mobilizar, de reproduzir e de adicionar as diversas formas de trabalho*”. (grifo meu).

Estas diversas formas de trabalho, por sua vez, trazem sua história particular, não são puros atos mecânicos, mas saberes sobre os quais foram impressas subjetividades e consciências, definições e escolhas, que resultaram em intervenções no processo social real. Uma vez mobilizadas, reproduzidas, adicionadas e multiplicadas estas *formas de trabalho* se modificam dando origem a *novas formas de trabalho*.

Freysenet (1989: 105) aborda um outro ângulo na definição de qualificação: “Para ser qualificada, exige-se de uma atividade que os problemas a serem resolvidos sejam compreendidos de forma abrangente, que a solução para os mesmos seja elaborada, que estas soluções sejam realizadas e a responsabilidade por elas assumida. Ela pressupõe *conhecimento, experiência, autoridade e possibilidades materiais*”. (grifo meu).

Aqui está presente a idéia de que o saber do homem é o saber de um *ser ativo, consciente e objeti-*

vante, ou seja, não só *concebe* de forma abrangente (conhecendo as alternativas existentes), mas *realiza* as soluções escolhidas, reconhecendo-se responsável por elas. O autor destaca as pré-condições desta qualificação: conhecimento, experiência, autoridade e possibilidades materiais.

Abstraindo-se das relações sociais de produção, é possível dizer que os critérios de competência, tais como os referidos acima, não são critérios definíveis pela lógica do mercado. Eles possuiriam sua própria lógica.

Entretanto, segundo Marx (1971: 84): “No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma na relação social entre coisas; a capacidade pessoal em uma capacidade das coisas”.

Este estranhamento de si próprio, este não reconhecimento da autopoabilidade e esta transferência de potência para as coisas, os objetos, as máquinas, etc., representam a estrutura básica do processo de alienação humana. A inversão da relação sujeito e objeto e a opacidade das relações sociais daí advindas são fatores adversos às possibilidades de qualificação humana.

Segundo Lukacs (1978: 8): “... o sujeito no processo global do trabalho não está em condições de ver todos os condicionamentos da própria atividade, nem de todas as suas consequências”.

Se assim é verdade, como fica a definição de Freyssenet? É o próprio Lukacs que lembra que tais limitações não impedem que os homens atuem e se aperfeiçoem, pois se, de um lado, não é possível dominar o conjunto das circunstâncias, é na busca da superação possível, que o trabalho realiza sua dimensão ontológica.

Formação politécnica exige a compreensão teórica e prática das bases da ciência



O horizonte da polivalência dos trabalhadores está sendo colocado pela aplicação das tecnologias emergentes e tem sido interpretado como o *novo* em matéria de qualificação. Já a questão da politecnia se inscreve na perspectiva de *continuidade e irruptura* com relação à polivalência e se apresenta como *novíssimo*.

Polivalência significa simplesmente um trabalho mais variado com uma certa abertura quanto à possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudança qualitativa das tarefas. Representa nada mais que uma racionalização formalista com fins instrumentais e pragmáticos calcada no princípio positivista de soma das partes. Não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho mesmo tratando-se de equipamentos com-

plexos. É suficiente, para ser um trabalhador polivalente, o recurso aos conhecimentos empíricos disponíveis, permanecendo a ciência como algo que lhe é exterior e estranho.

Politecnia representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas a nível criativo. Supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a formas de pensamentos mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente, e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento.

A polivalência se apóia no uso cientificista da ciência sujeitando o conhecimento à mera instrumentalização utilitarista e o trabalhador a processos de adaptação definidos por regras prescritas com anterioridade. O saber vivo do trabalho é encampado pela lógica conceitual formalista, que o sintetiza, codifica e o congela ao transformá-lo em *softwares*, a mais nova expressão do trabalho morto.

Para uma formação politécnica é necessária a compreensão teórico-prática das bases das ciências contemporâneas, principalmente seus conceitos, princípios e leis fundamentais e relativamente estáveis; dos princípios tecnológicos que expressam o uso da ciência no emprego de materiais, métodos e meios de trabalho e dos princípios da organização do trabalho e da gestão social e suas formas nas diversas esferas da vida humana.

Quanto ao tipo de habilidades e hábitos requeridos numa atividade prática de caráter polivalente, estes se apresentam com certas características específicas, básicas para uma qualificação politécnica, ainda que insuficientes, tais como: saber transferir e usar, de forma versátil, conhecimentos e experiências em diferentes oportunidades e situações; saber manipular instrumentos básicos úteis a um leque amplo de tarefas, cuja expressão cada vez mais banal é a familiaridade com as operações em computadores e saber trabalhar em equipes, o que pressupõe hábitos de organização pessoal e habilidades de comunicação diferenciadas. Condições como estas, quando se trata de um trabalho polivalente, tem muito mais um caráter criativo que reprodutivo, mais geral que específico, mais mental que físico, mais teórico que prático, se comparadas com as atividades taylorizadas e fordistas. Mas frente às necessidades de uma qualificação politécnica passam para o pólo oposto.

Os requisitos de habilidades e hábitos acima, se politecnizam quando associados a outros requerimentos e práticas requalificadoras, que exigem a união da destreza e do fazer com a inteligência e o pensar, num nível superior. Isto pressupõe que os trabalhadores sejam capazes de identificar os problemas a solucionar e as condições existentes, analisando os dados

disponíveis, tendo em vista a busca de soluções, com sua efetiva objetivização, mesmo que para tal seja necessário saber reaglutinar e reestruturar informações, recorrendo-se à invenção. A transferibilidade de conhecimentos e experiências, neste caso, exigem habilidades genéricas capazes de dar conta da relação entre partes e todo, com domínio de linguagens apropriadas e procedimentos técnico-científicos, de forma a capacitar para o discernimento crítico e a avaliação, bases fundamentais para o saber-se orientar-se no atual sistema de informações.

**Reestruturação total
do ensino
e da formação básica
nos cursos
que profissionalizam**



Este saber-se orientar-se envolve requisitos também comportamentais, não só de relação com o trabalho, a técnica, mas também com o mundo. Para um trabalhador polivalente já se colocam requerimentos como: abertura, adaptação às mudanças, possibilidade de lidar com regras e normas em situações diferenciadas, curiosidade, vontade de aprender, motivação, iniciativa, atenção, responsabilidade, etc. No caso de uma qualificação politécnica, estas exigências se redefinem com a incorporação de ingredientes como: discernimento e julgamento crítico; compreensão dos determinantes sociais, econômicos e políticos das ações a serem empreendidas; independência na avaliação das implicações das intervenções humanas frente a outras alternativas e finalidades, e criatividade no enfrentamento das contradições.

A construção de um saber polivalente depende de educação básica, mas sem que seja necessária uma grande revolução na escola. Na verdade, o trabalhador polivalente se faz no trabalho, mas com algumas inovações na organização do processo de trabalho, de tal forma a representar uma certa atualização do treinamento em serviço. Com a diminuição dos níveis hierárquicos, a necessidade de intercambialidade dos trabalhadores e a simplificação de muitas tarefas, ocorre uma espécie de nivelação, restringindo-se o desafio do treinamento para certos aspectos considerados básicos.

O saber politécnico, entretanto, pressupõe uma total reestruturação do *ensino geral básico* e da *formação básica nos cursos que profissionalizam*, sem o que se inviabiliza a possibilidade da autonomia necessária à educação continuada e à qualificação de tipo novo como a definida por Freyssenet no início desta exposição.

Finalmente, é necessário esclarecer que embora a qualificação polivalente represente um avanço frente às formas taylorizadas e fordistas anteriores, ela representa apenas um avanço relativo. A ciência ain-

da permanece monopólio do capital e este cuida de reajustar através de processos como flexibilização funcional, simplificação das etapas de produção, condensação da estrutura de tempo, gestão participativa, etc. sua estratégia de compatibilização do avanço das forças produtivas sem que sejam rompidos os limites estruturais impostos pelas suas relações sociais de produção.

A formação politécnica pressupõe a plena expansão do indivíduo humano e se insere dentro de um projeto de desenvolvimento social de ampliação dos processos de socialização, não se restringindo ao imediatismo do mercado de trabalho. Ela guarda relação com as potencialidades libertadoras do desenvolvimento das forças produtivas assim como com a negação da negação destas potencialidades pelo capitalismo. Se ela está no horizonte histórico, é o próprio capital enquanto uma contradição em processo é que dirá, bem como a capacidade de luta dos trabalhadores pela sua emancipação.

A politecnia só tem sentido se a incluímos dentro deste contexto, pois se o capital desperta para a vida todos os poderes da ciência, da natureza, da cooperação e do intercâmbio, ele o faz subordinando o trabalho, dispensando-o cada vez mais através da adoção cada vez maior de trabalho objetivado, sem que se crie simultaneamente uma sociedade superior e de libertação do homem em toda sua plenitude. ■

LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO - Professora da Faculdade de Educação / UFMG

BIBLIOGRAFIA

- FREYSSENET, Michel. *Paradigmas tecnológicos e políticas de gestão*. In: Seminário Internacional - Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão. São Paulo, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas, 1989, p. 93-119.
- LUCKÁCS, George. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Temas de Ciências Humanas. São Paulo, 1978, n.º 4, p. 1-18.
- CASTRO, Ramón Peña. *Formação de recursos humanos e organização do processo de trabalho*. (mimeografado), 1989, 10 pp.
- MACHADO, Lucilia Regina de Souza. *Politecnia, Escola Unitária e Trabalho*. São Paulo, Cortez, 1989.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 15ª ed., México, Siglo Veintiuno Editores, 1971. 500 pp. vol. 1.
- PAIVA, Vanilda. *Produção e qualificação para o trabalho*. (mimeografado), s.n.t., 88 pp.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Divisão do trabalho, novas tecnologias e educação*. (mimeografado) s.n.t., 33 pp.
- ZARIFIAN, Philippe. *Processo de trabalho e produção simbólica*. In: Seminário Internacional - Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão, São Paulo, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas, 1989, p. 409-424.

ASCENSÃO E QUEDA DO FORDISMO

LUIS PAULINO

Quais as principais transformações do sistema capitalista nos países desenvolvidos, e as conseqüências para os países em desenvolvimento e América Latina

O objetivo deste artigo é discutir as principais transformações que o sistema de produção capitalista sofreu nas últimas três décadas no âmbito dos países desenvolvidos e as principais conseqüências para os países em desenvolvimento, em particular para a América Latina.

Analisaremos na primeira parte do artigo a ascensão e crise do fordismo, modelo de desenvolvimento que se desenvolveu nos EUA na década de vinte e que após a II Guerra Mundial adquiriu configuração mundial no mundo ocidental industrializado.

Na segunda parte do artigo verificaremos qual a resposta que os países desenvolvidos deram à crise deste modelo de desenvolvimento. Destacaremos particularmente o processo de reestruturação industrial que ocorreu no âmbito das economias centrais e as principais características do novo modelo em desenvolvimento.

Finalmente, discutiremos como essas transformações repercutem a nível das economias periféricas e quais os possíveis cenários delas decorrentes.

Em primeiro lugar, é necessário definirmos as principais características deste modelo de desenvolvimento que emergiu no pós-guerra nos países capitalistas centrais.

Uma vez adotada a perspectiva da escola francesa da regulação (1), um modelo de desenvolvimento pode e deve ser analisado sob três aspectos:

a) o paradigma tecnológico ou modelo de industrialização;

b) o regime de acumulação;

c) o modelo de regulação.

O paradigma tecnológico ou modelo de industrialização diz respeito aos princípios que governam

a evolução da organização do trabalho.

É definido regime de acumulação como “aquele modo de realocamento sistemático do produto que rege, num longo prazo, uma certa adequação entre as transformações das condições de produção e as transformações das condições de consumo.

Um tal regime de acumulação é dado por um esquema de reprodução que descreve, período por período, a alocação do trabalho social e a repartição dos produtos entre os diferentes departamentos da produção.” (2)

O regime de acumulação nos informa, portanto, de um ponto de vista estático, de que modo o produto social gerado num determinado período pelo processo de trabalho é distribuído entre os diversos agentes econômicos e de um ponto de vista dinâmico, como os ganhos decorrentes da elevação da produtividade do processo de trabalho são redistribuídos entre esses mesmos agentes e são realocados no processo de produção.

Pode ser um regime de acumulação *extensivo* ou *intensivo*. Ele é dito extensivo quando “a acumulação capitalista é dedicada principalmente à expansão da produção, com normas produtivas idênticas” (3) e é dito intensivo quando a acumulação capitalista é dedicada ao “aprofundamento da reorganização capitalista do trabalho, geralmente no sentido de uma maior produtividade e de um maior coeficiente de capital” (4). É intensivo portanto, na medida em que se baseia no aumento progressivo da produtividade e da taxa de capital fixo per capita.

Por modo de regulação se entende o conjunto de normas, hábitos, procedimentos, instituições que agem como forças coercitivas ou incentivadoras para

que os agentes privados se conformem com determinado regime de acumulação.

O fordismo encerra a revolução taylorista ocorrida no início deste século nos EUA



Temos, portanto, que “o regime de acumulação aparece como o resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação, tendo por base um modelo de industrialização.” (5).

Uma vez definidos os principais parâmetros que devem nortear a análise de um determinado modelo de desenvolvimento, passemos a analisar o fordismo de acordo com esses critérios.

No que se refere ao paradigma tecnológico ou modelo de industrialização, podemos considerar que o fordismo encerra a revolução taylorista que ocorreu no início do século.

O taylorismo baseava-se na rigorosa padronização dos gestos operativos do trabalhador, de modo a encontrar-se a melhor maneira de executar uma determinada operação. No fundo, tinha dois objetivos principais: primeiro generalizar mais rapidamente o método de trabalho aparentemente mais eficaz, elevando assim a produtividade do trabalho e, segundo, através do conhecimento mais preciso do tempo de cada operação, controlar com maior rigor o ritmo de trabalho dos operários.

É interessante notar que um dos aspectos centrais do taylorismo é a expropriação que se faz do trabalhador da iniciativa do trabalho. O antigo artesão detinha o *know-how* do processo de trabalho. Era, por assim dizer, o proprietário do conhecimento de como produzir determinada mercadoria. Com o taylorismo, essa capacidade é subtraída ao trabalhador e incorporada no processo de produção.

E no que o fordismo difere do taylorismo enquanto paradigma tecnológico?

No fato de que no fordismo, “as próprias normas são incorporadas no dispositivo automático das máquinas. É, portanto, o movimento das máquinas (o caso da linha de montagem é típico) que dita a operação requerida e o tempo necessário para sua realização.” (6)

Quanto ao regime de acumulação característico do fordismo, podemos considerar que suas principais características são a de um regime de acumulação intensiva (aumento da produtividade e do capital fixo per capita) e baseado no consumo de massa.

Quanto ao primeiro aspecto é importante notar que em sua fase áurea os ganhos de produtividade engendrados pelo fordismo compensavam os investimentos em capital fixo, o que garantia, portanto, a manutenção da taxa média de lucro dos capitalistas. É im-

portante destacar esse aspecto pois, como veremos adiante, é por aí que o arcabouço do fordismo vai começar a ruir.

Quanto ao segundo aspecto: consumo de massa, podemos considerar como sendo, ao lado do seu paradigma industrial, o segundo pilar do sucesso do regime fordista.

Na fase pré-fordista, a aplicação dos princípios tayloristas no processo de trabalho engendrou ganhos de produtividade que ao não serem incorporados aos salários levaram à crise de superprodução de 1930. A partir daí o capitalismo se pôs um problema, cuja solução se deu no bojo de um agudo conflito de classes e nações. Pressionado, de um lado, pela existência de um campo socialista que oferecia aos trabalhadores uma perspectiva que o capitalismo era incapaz de oferecer e, de outro, pelas suas próprias crises, o fordismo surge como um “achado” do capitalismo, como um novo modelo de desenvolvimento cuja principal característica consistiu em contrabalançar o crescimento da produtividade nos ramos de bens de consumo por um crescimento quase igual do poder aquisitivo dos assalariados.



Regulação monopolista dos salários através de convenções coletivas e por parte do Estado

Isso nos remete à questão do modo de regulação característico do fordismo. Enquanto no capitalismo clássico do final do século XIX, o que prevalecia eram os ajustes concorrenciais, no fordismo o que se constata é a chamada *regulação monopolista dos salários*, onde através das *convenções coletivas* nos setores líderes, da fixação por parte do Estado, de um *salário mínimo*, além de uma garantia de rendimentos mínimos através do *Estado-providência*, é possível que a elevação geral da produtividade se reflita na elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores. “Sob o fordismo, portanto, a lei geral da estrutura de evolução do salário direto é: crescimento do salário = crescimento dos preços + crescimento da produtividade geral.” (7)

É preciso ainda destacar no fordismo o papel do Estado. Além de sua capacidade de interferir sobre a distribuição de renda pela fixação do salário mínimo, pela tributação e pela distribuição de benefícios sociais, o Estado, ao regular a criação da moeda de crédito, pode antever as crises de realização da produção.

Se as crises anteriores do capitalismo surgiram como crises de superprodução, a crise do fordismo aparece em primeiro lugar como crise de lucratividade.

A principal razão desta crise que tem início nos anos 60 está na desaceleração geral dos ganhos de pro-

atividade. A partir de um certo momento, os ganhos de produtividade já não compensam o aumento da composição técnica do capital, rebaixando sistematicamente a taxa média de lucro.

Podemos constatar a queda ocorrida nos ganhos de produtividade entre os anos 60 e nos 70 nas principais economias do ocidente (vide tabela).

As raízes desta crise estão nos próprios princípios tayloristas, nos quais se baseia o regime fordista.

Ao expropriar o trabalhador da iniciativa do trabalho e ao concentrar a luta pela produtividade nas mãos dos engenheiros e técnicos de Organização e Métodos, alienando o coletivo de trabalhadores da luta pela produtividade, o aumento desta só pode ser alcançado pelo desenvolvimento de máquinas cada vez mais complexas, operadas por trabalhadores cada vez mais desqualificados, o que leva naturalmente a um aumento cada vez maior da taxa de capital fixo per capita, que a partir de um determinado momento, como foi dito acima, já não é compensado pelo aumento da produtividade geral do trabalho, levando naturalmente a uma crise de rentabilidade.

De crise latente no início da década de 60, a crise explode de maneira aberta nos anos 70 com o primeiro choque do petróleo em 1973.

O aumento de preços do petróleo pressiona ainda mais a rentabilidade das empresas, acirrando a disputa pela redistribuição da riqueza produzida. As consequências imediatas foram a aceleração inflacionária e a tentativa de patrões e governo de arrochar os salários e restringir o crédito, procurando assim impor uma queda do poder aquisitivo dos assalariados. (8)

Uma nova divisão de trabalho por nível de qualificação dentro do mesmo ramo industrial



Diante da crise de rentabilidade que começou a afetar o fordismo no início da década de 60, a resposta dos empresários foi num primeiro momento a internacionalização da produção. Esse movimento decorrente da própria lógica do fordismo visava a busca de ganhos de produtividade através da ampliação da escala de produção e da procura de regiões com taxas de salários mais baixos.

Esse movimento só foi possível porque o fordismo, do ponto de vista do processo de trabalho, permite uma segmentação do processo produtivo em diversos níveis de atividade.

É possível, assim, isolar as atividades de concepção e projeto de um lado, a fabricação qualificada que exige mão-de-obra qualificada de outro e a execução e montagem desqualificadas, que não exigem nenhuma qualificação da mão-de-obra, num terceiro nível. (9)

A desaceleração da produtividade (em %)

	1963-73	1973-77	Diferencial de crescimento da produtividade	Diferencial da taxa de crescimento
Estados Unidos				
Indústria	2,1	1,0	-1,1	-3,5
Conjunto da economia	1,9	0	-1,9	-2,4
Japão				
Indústria	8,8	3,7	-5,2	-9,5
Conjunto da economia	8,7	2,8	-5,9	-7,0
Alemanha				
Indústria	5,3	3,6	-1,7	-4,4
Conjunto da economia	4,6	3,2	-1,4	-3,1
França				
Indústria	5,2	4,0	-1,2	-3,4
Conjunto da economia	4,6	2,7	-1,9	-2,7
Reino Unido				
Indústria	3,9	1,3	-2,6	-3,6
Conjunto da economia	3,0	0,5	-2,5	-2,6

Fonte: OCDE, 1979

Desta forma, à antiga divisão internacional do trabalho entre setores primário e secundário se sobrepõe uma nova divisão entre níveis de qualificação dentro de um mesmo ramo industrial.

Do ponto de vista dos países periféricos, esse movimento foi chamado de "mudança do conteúdo das exportações".

Esta estratégia de mudança do conteúdo das exportações, por sua vez, dependendo da forma como se articula com o próprio regime de acumulação local e com o regime de acumulação central, pode seguir duas diferentes lógicas: "a taylorização primitiva" e o "fordismo periférico".

Por "taylorização primitiva" entende-se o simples deslocamento para a periferia de estações de trabalho parcelizadas e repetitivas, intensivas na utilização de mão-de-obra e em geral com baixo conteúdo de capital fixo. "Esta lógica visa extorquir a mais-valia máxima da mão-de-obra que ninguém está preocupado em reproduzir regularmente." (10)

O exemplo clássico de "taylorização primitiva" eram as zonas de exportação que foram montadas no Leste asiático, para montagem de produtos eletrônicos de consumo popular, que se utilizavam de mão-de-obra semi-escrava, principalmente feminina.

Quanto ao "fordismo periférico", o seu surgimento está condicionado à existência de um mercado interno capaz de absorver pelo menos parte da produção. Isso pressupõe a existência de um certo nível de capital local autônomo, de classes médias urbanas abundantes e de uma classe operária com certo nível de consciência. Nesta categoria poderíamos incluir os chamados "novos países em industrialização" (NPIs), como Coréia do Sul, Taiwan, Brasil, México, Espanha, Portugal.

A qualificação de periférico decorre do fato de os níveis de trabalho correspondentes às fases de produção qualificada e principalmente de engenharia permanecerem em grande medida exteriores a esses países.

É preciso lembrar ainda que o fato de o modelo fordista se desenvolver em certos países periféricos, não implica dizer que os outros regimes de acumulação ali vigentes simplesmente desapareçam. É perfeitamente possível a convivência de um modelo fordista (periférico) baseado em classes médias urbanas e num setor operário mais consciente e organizado, com outros regimes de acumulação cuja base principal seja, por exemplo, o latifúndio, ou que se apóie simplesmente na superexploração de uma classe operária desorganizada e desqualificada. É preciso portanto ter o cuidado de não nos tornarmos escravos de determinados conceitos, fazendo com que eles, de instrumentos para explicar certas realidades, passem a funcionar como geradores da própria realidade. O conceito "fordismo periférico" procura explicar determinada realidade, realidade esta, porém, que precede o conceito e que portanto não é determinada por ele.

A pergunta que se faz agora é a seguinte: diante da crise de rentabilidade do fordismo nos países centrais a que nos referimos anteriormente, foi a internacionalização da produção uma solução efetiva?

A resposta parece ser negativa, pois se de um lado esse processo de internacionalização, que visava resolver os problemas da rentabilidade, através da redução do custo da mão-de-obra e da ampliação da escala de produção, num primeiro momento parece ter dado uma resposta satisfatória aos problemas enfrentados por este modelo de desenvolvimento, por outro lado, essa solução fez com que o problema surgisse pelo lado da demanda, do consumo. Esse processo de internacionalização da produção, principalmente através da "taylorização primitiva" na periferia, levou a que se diminuíssem os números de postos de trabalho no centro, que se estagnassem os salários, levando conseqüentemente a uma crise de consumo no centro, que não foi nem de longe compensada pelo aumento do consumo na periferia. Desta maneira, a crise surge outra vez, agora levada pelo colapso da demanda.

O crescimento industrial mundial, que ao longo dos anos 60 variava entre 6 e 7% ao ano, despenhou nos anos 70 para uma taxa média de 2,5% ao ano. Essa ruptura é primeiro observada nos Estados Unidos, difundindo-se depois para a Europa. (11)

É interessante notar que as análises tradicionais deste fenômeno têm como ponto de partida o nosso ponto de chegada. Isto é, consideram que a causa principal da crise do fordismo esteja no colapso da demanda, principalmente de bens de consumo duráveis. E atribuem esse colapso, não à estagnação dos rendimentos e à diminuição do emprego nesses países, mas a um esgotamento de um determinado padrão de consumo. Essa visão parcial da realidade leva à não com-

preensão da exata natureza do processo de reestruturação industrial ora em curso nos países industrializados. Tal processo, como veremos a seguir, é conservador e excludente, não só em relação aos países periféricos, como dentro dos próprios regimes centrais de acumulação.



Reestruturação da indústria na seleta comunidade dos países ricos e desenvolvidos

Analisamos a crise do fordismo e constatamos que na base desta crise estava o enfraquecimento da produtividade, por um lado, e o crescente aumento da composição orgânica do capital, por outro, levando a uma diminuição constante da taxa média do lucro e, conseqüentemente, à crise de rentabilidade do sistema como um todo.

Vimos também que a resposta das empresas a essa crise de rentabilidade foi a internacionalização da produção, buscando relações salariais mais vantajosas e ampliação da escala de produção.

Vimos, ainda, como essa política, ao diminuir os empregos e estagnar os salários no centro, levou a uma crise na demanda ou crise de subconsumo nos países desenvolvidos.

Antes, porém, de analisarmos como o capitalismo respondeu a essa situação, é preciso distinguir três diferentes configurações dessa crise.

Na primeira fase da crise, que vai do primeiro choque do petróleo em 1973 até o final do governo Carter, em 1979, podemos dizer que houve uma administração social-democrata da crise. Como já observamos anteriormente, o primeiro choque do petróleo detonou a crise latente do fordismo que se desenvolvia nos anos 60. O brutal aumento de preços recrudesceu o problema da rentabilidade das empresas. A resposta dada pelo governo americano foi a concessão de crédito fácil às empresas, via emissão de dólares, procurando diluir o impacto deste aumento, já que os preços do petróleo eram fixados em dólares. Através deste "laxismo monetário" (12), o governo americano esperava diluir o choque petrolífero, evitando assim qualquer ajuste estrutural mais sério na economia.

Essa política, porém, gerou suas próprias contradições: o dólar se desvalorizou e aumentou a inflação mundial. Isso levou a um aumento do custo de capital e conseqüentemente à diminuição do investimento e da criação de empregos. Isso, por sua vez, se refletia na queda da rentabilidade global das empresas dado que não crescendo o número de empregos e sendo crescentes os custos do *Estado-providência*, devido ao aumento da inflação, os encargos sociais por ativo naturalmente aumentavam para as empresas. É neste ponto que ocorrem os deslocamentos das empre-

sas ao Terceiro Mundo em busca de relações salariais mais vantajosas e de novas fontes de produtividade nos processos produtivos.

Podemos identificar uma segunda fase da crise, (79-81), que corresponde ao segundo choque do petróleo e à implementação da política monetarista do final do governo Carter e início do governo Reagan.

A lógica da política monetarista era rasgar as redes de segurança que a política social-democrata propiciava ao fordismo, principalmente através do sistema de crédito. Baseou-se em uma política monetária rígida, que restringiu o crédito e aumentou o custo do dinheiro.

Se o problema, contudo, era a rentabilidade das empresas, como recuperá-la através da restrição ao crédito, se isso em última instância levaria à queda da demanda final?

Corte dos impostos dos ricos e redução de gastos sociais com a camada mais pobre



É aí que surge a terceira configuração, correspondente ao período Reagan. A "reagonomics". Sua lógica era aumentar o consumo através da diminuição dos impostos. Trata-se, no entanto, de uma lógica perversa, na medida em que beneficia, de um lado, os que pagam impostos, isto é, a camada mais rica da população, e de outro, pelo corte dos gastos sociais decorrente da diminuição de impostos, prejudica ainda mais as camadas mais pobres. Era uma espécie de *new deal* invertido.

Esta parece ser a lógica econômica dessa nova configuração do capitalismo mundial: buscar a recuperação da rentabilidade no sentido oposto ao do fordismo. Enquanto este garantia a reprodução do sistema capitalista, na base do consumo de massa, a nova configuração do capitalismo mundial se baseia num modelo cada vez mais excludente e concentrador de renda. Mas, assim como ao modelo fordista de desenvolvimento correspondia a um determinado modelo de industrialização, a esse novo modelo, deve necessariamente corresponder um novo paradigma industrial, cujas principais características descrevemos a seguir.

Enquanto no modelo fordista a produção de massa é ao mesmo tempo uma necessidade micro e macroeconômica dado que "a rentabilidade de grandes conjuntos mecânicos rígidos requer uma produção contínua em longas séries do mesmo produto, e portanto um mercado de massa" (13), o novo paradigma industrial, baseado na "automação flexível" convive com a produção de pequenas séries destinadas a mercados menores e segmentados.

O aspecto característico do novo paradigma industrial pós-fordista é "a invasão do microprocessa-

dor e das interfaces eletrônicas não somente em novos produtos, mas também no próprio processo de trabalho" (14). Esse fato permite uma maior flexibilização do processo produtivo. Um mesmo tipo de equipamento pode ser adaptado rapidamente para diferentes séries de produtos. Dissocia-se desta forma o ciclo de vida do produto do ciclo de vida do equipamento. O novo paradigma possibilita, assim, garantir todas as vantagens das economias de escala possibilitadas pelas longas séries de produção, só que agora em pequenas séries e destinadas a mercados mais restritos e exclusivos, em função da maior flexibilidade dos equipamentos propiciada pelos avanços da microeletrônica.

É evidente, portanto, que de um lado, o novo paradigma industrial resolve um aspecto da crise, o da estagnação da demanda. A criação de novos produtos, mais sofisticados, destinados a mercados mais restritos, dá um novo alento ao consumo. Para as empresas, isto é o que realmente interessa, dado que para elas pouco importa estar vendendo um mesmo produto para muita gente, ou muitos produtos diferentes para pouca gente. Por outro lado, porém, a crise se torna mais aguda, pois polariza, de um lado, um mercado consumidor cada vez mais restrito e sofisticado e de outro uma massa de pobres, cujo poder de consumir se reduz cada vez mais. Esse parece ser um traço característico do capitalismo atual, não só na periferia do mundo, como nos próprios países centrais, particularmente nos Estados Unidos.



O Japão conquistou mercados dos outros e aumentou a produção evitando o desemprego

Uma prova disso é a diminuição de empregos nesse novo período. De acordo com Christian Stoffaes, professor da Harvard University, "a maior parte das indústrias manufatureiras verá a diminuição de seu número de empregos de dois terços, talvez mais, quando passar a utilizar os últimos progressos da robótica, da concepção assistida por computador, das oficinas flexíveis, do recorte por laser, da gestão informatizada. Na França, se a siderurgia aproveitasse as últimas tecnologias conhecidas, deveria produzir a mesma tonelagem de hoje com 30 mil empregos em vez de 80 mil em 1986 ou 160 mil dez anos atrás. A indústria têxtil-vestuário poderia se contentar com 150 mil empregos em vez de 400 mil em 1986 e 800 mil quinze anos atrás; a indústria automobilística, com 100 mil em vez de 250 mil; a construção mecânica, com 250 mil em vez de 500 mil, etc." (15) O setor de serviços, que teoricamente poderia absorver a parcela de mão-de-obra liberada pela indústria, também se vê às voltas com o mesmo tipo de problema - "Os

grandes setores de serviços provedores de empregos estão agora atacados pela estagnação de sua produção e pela informatização acelerada dos escritórios: o banco, os seguros, a distribuição, os transportes, que vêm criando uma quantidade enorme de empregos há trinta anos, quase não os criam mais agora e até anunciam compressões de efetivos no futuro." (16)

Este é um aspecto normalmente pouco lembrado do processo de Reestruturação Industrial e diz respeito a quem efetivamente pagou as contas deste processo de ajuste. Maria da Conceição Tavares assim resume esta questão: "Em termos de custos sociais internos, com exceção dos centros asiáticos, a maioria dos países desenvolvidos fez os sindicatos pagarem o ajuste (Inglaterra, Estados Unidos, Itália e Espanha são os casos mais notórios) e de um modo geral reduzindo o emprego da força de trabalho." (17)

Um outro aspecto que precisamos considerar é que este processo de reestruturação industrial dos países desenvolvidos alterou a sua posição relativa na arena internacional.

Como vimos, o fator determinante desse processo foi, num primeiro momento, a queda da rentabilidade das empresas decorrente da redução dos ganhos de produtividade *vis a vis* o crescimento do capital fixo e, num segundo momento, a estagnação do consumo nesses países, decorrente do processo de internacionalização da produção e da conseqüente estagnação dos seus salários.

Vimos também, que a crise latente do fordismo durante a década de 60 estourou com o primeiro choque do petróleo em 1973, pressionando ainda mais a rentabilidade das empresas.

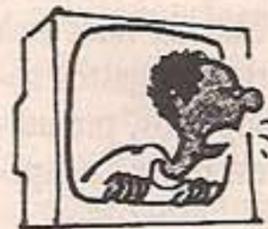
Ao analisar as três configurações da crise, verificamos que na primeira fase, que denominamos de social-democrata, a política dos Estados Unidos foi, através da emissão de dólares, procurar contornar os seus efeitos na economia americana, uma vez que os preços do petróleo eram cotados em dólar. Também que o grau de dependência da economia americana em relação a produtos importados era muito pequeno, pouco afetando os seus custos uma eventual desvalorização da sua moeda.

Essa política, porém, teve seus efeitos, pois enquanto os EUA, através dela foram postergando os ajustes estruturais de sua economia, com o Japão ocorreu exatamente o contrário. Diante da valorização de sua moeda frente ao dólar e de sua extrema vulnerabilidade externa com relação a materiais estratégicos, o Japão foi forçado, por questão de sobrevivência, a buscar novas fontes de produtividade. Buscou aumentar sua eficiência industrial para poder manter a competitividade internacional de suas exportações, além, evidentemente, de economizar petróleo.

Desta forma, nesta nova etapa, o Japão saiu na frente e naturalmente beneficiou-se desta situação. Ao ocupar crescentes faixas do comércio internacional, ele pôde, por exemplo, praticamente eliminar o



problema do desemprego decorrente da introdução das novas tecnologias, aumentando seu volume de produção e deslocando seus concorrentes da Europa e da América em inúmeros mercados.

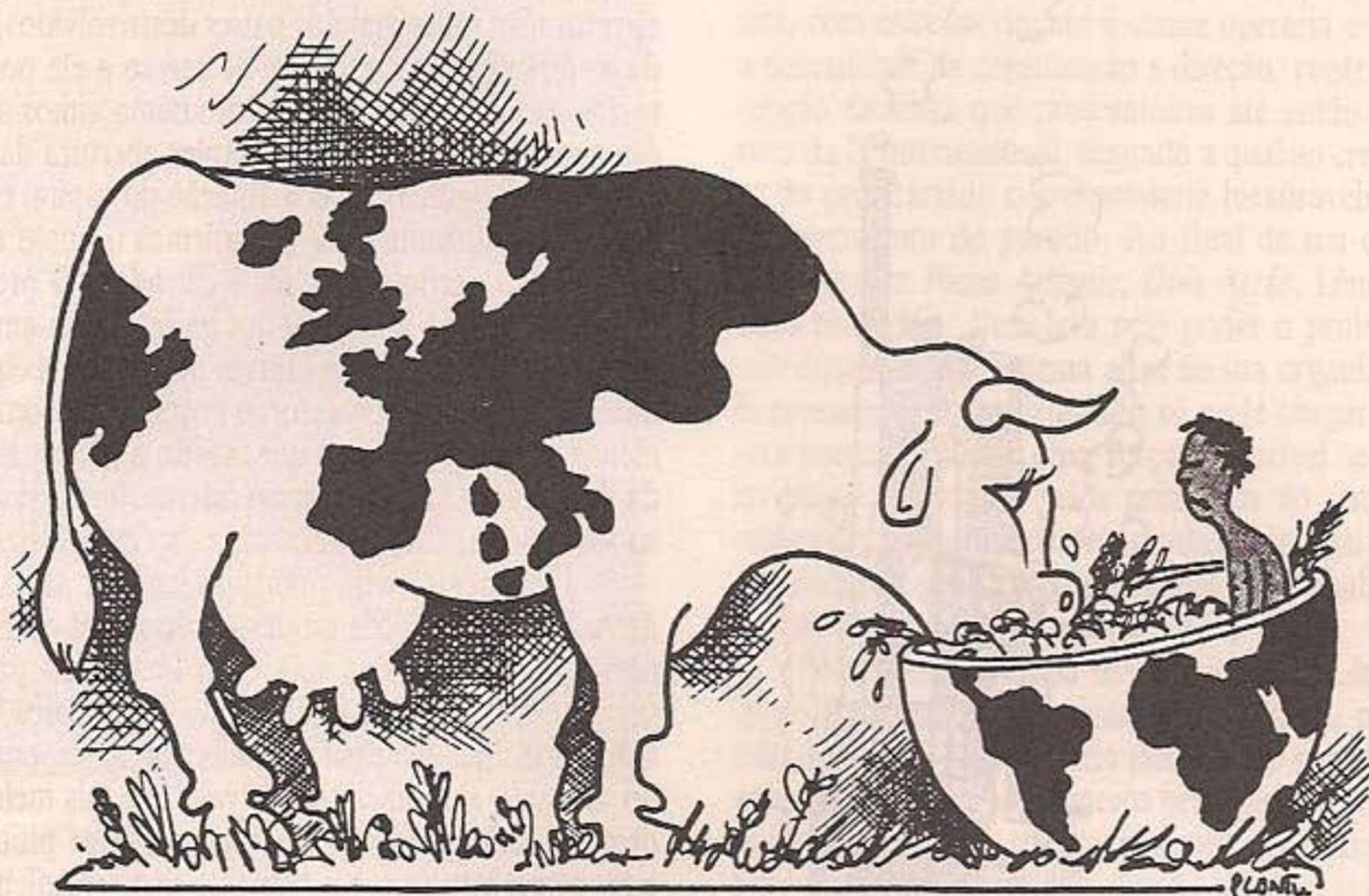


As conseqüências da reestruturação industrial na América Latina e países dependentes

Os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e a Itália, que vieram bem depois nesse processo de reestruturação industrial, tiveram como vimos, um alto custo social, principalmente em termos de desemprego, não só porque as novas tecnologias são poupadoras de mão-de-obra, mas também porque perderam expressivas faixas de mercado para o Japão.

Caberia, ainda, uma palavra a respeito do processo de reestruturação industrial nos EUA, dado que isso tem muito a ver com a nova configuração da divisão internacional do trabalho. Embora sabidamente os EUA tenham se retardado no processo de reestruturação industrial, não podemos considerar como definida a nova configuração mundial decorrente desse processo, posto que, contraditoriamente, o fluxo de capital que hoje ocorre do Japão e dos outros países capitalistas para os Estados Unidos está promovendo a reestruturação industrial da economia americana.

Entraremos agora na discussão do último aspecto que nos propusemos a analisar neste artigo: as prováveis conseqüências deste processo de reestruturação industrial dos países da OCDE a nível dos países de-



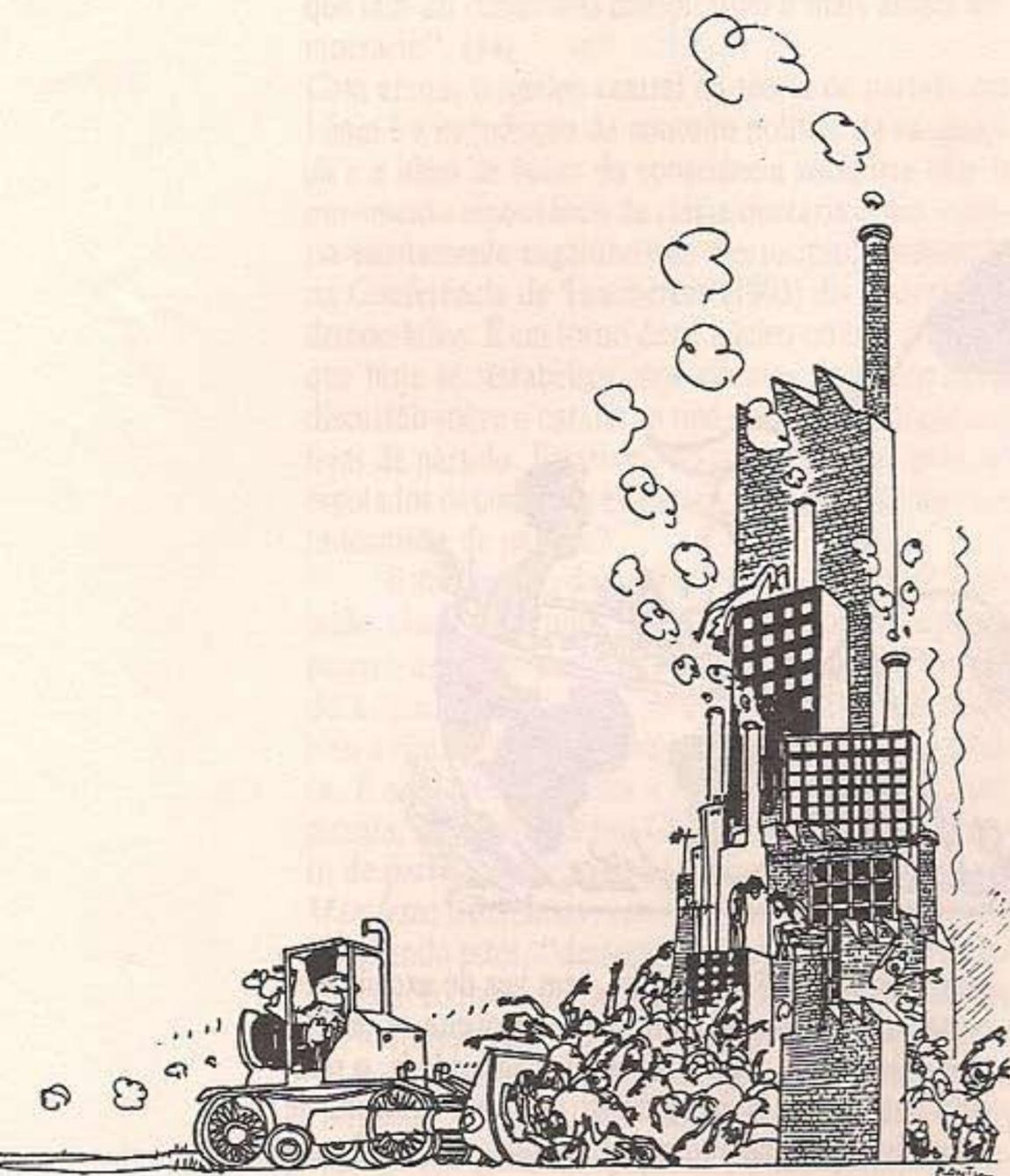
pendentes, em particular a América Latina. Antes de mais nada é preciso lembrar que se o processo de reestruturação industrial que foi promovido nos países desenvolvidos teve um caráter excludente e conservador ao seu nível interno, com enormes custos sociais, principalmente em termos de desemprego, o que dizer então dos países periféricos. Assim, Maria da Conceição Tavares se refere a esse fenômeno: “a difusão do progresso técnico e a distribuição de seus frutos têm estado restringidos em termos de países, de empresas, e de pessoas incorporadas; a distribuição dos custos tem sido paga pela crise financeira dos Estados, pelos sindicatos tradicionais, e pelos países periféricos. As economias centrais têm guardado para si os avanços científicos e tecnológicos, os núcleos de expansão e diversificação produtiva, os fluxos de comércio e de capitais.” (18)

Dieter Ernst, em trabalho que analisa o papel que desempenha a tecnologia na reestruturação mundial da indústria manufatureira e no comércio, bem como o seu impacto sobre a competitividade internacional de um grupo de países com economias de recente industrialização da América Latina e da Ásia, afirma o seguinte: “se bem as novas tecnologias tenham um grande potencial, pouco aproveitado ainda, para abrir novas combinações tecnológicas e aumentar sua produtividade, é um fato que a maior parte do mundo não tem acesso a opções reais para aumentar a produtividade. A menos que suceda algo que permita modificar a referida tendência, a distância que separa os países ricos dos países pobres tenderá a aumentar.” (19)

À pergunta de se existe um espaço suficiente para estabelecer formas viáveis de cooperação tecnoló-

gica internacional que inclua - em vez de excluir - os países em desenvolvimento e que aproveite os benefícios mútuos que oferece a complementaridade, o referido autor traça dois cenários: um, que qualifica de pessimista, no qual as tendências atuais que conduzem a um sistema restrito e excludente se mantêm, e outro, que qualifica de otimista, no qual o sistema tecnológico internacional se torna mais aberto e acessível aos países de industrialização tardia. Entretanto, para que este último pudesse ocorrer, considera necessário modificar-se substancialmente as políticas governamentais e as estratégias corporativas dos países desenvolvidos, o que ele mesmo considera bastante improvável. Ao descrever o cenário pessimista, que seria melhor qualificado se o chamássemos de realista, o autor considera que sob condições de competição oligopolística, os principais atores envolvidos no oligopólio mundial, isto é, EUA, Japão e Europa, tratarão de erigir barreiras a todo custo para impedir o ingresso de novos membros nesse clube fechado. Ele considera que os governos dos principais países membros da OCDE estão se armando com um importante arsenal de instrumentos de política para pôr em prática uma forma muito agressiva de “neomercantilismo de alta tecnologia.” (20)

Além disso, as empresas destes países vêm desenvolvendo uma série de estratégias que visam fortalecer seu domínio sobre o conhecimento científico e tecnológico e criar todas as barreiras possíveis para a aplicação destes conhecimentos. Poderíamos destacar pontos: o fato de os níveis de investimento para o desenvolvimento de novos produtos estar aumentando de forma dramática, o que na prática impede o ingresso de países de industrialização tardia; grandes conglo-



merados industriais têm a vantagem de aproveitar as inter-relações tecnológicas mediante a transferência de conhecimento de uma atividade para outra; devido aos elevados custos da atividade de pesquisa e desenvolvimento, as empresas com grande participação no mercado terão menor custo por unidade, podendo naturalmente fazer maiores investimentos; restrição do grau de difusão tecnológica mediante estratégias agressivas de proteção do direito de propriedade intelectual e políticas de "segredo absoluto", considerando todos os contatos externos, assim como os compradores, como um perigo para a propriedade do conhecimento. (21)

Neste particular, é bastante ilustrativa a pressão que os laboratórios farmacêuticos americanos vêm fazendo através do governo americano junto ao Brasil para aprovação da Lei das Patentes.

É provável, portanto, que o sistema tecnológico internacional se torne mais fechado e menos acessível aos países em desenvolvimento do que ele é hoje. Como constata Ernst: "Desde o começo da década de 80, os principais indicadores do fluxo internacional de tecnologia - os investimentos estrangeiros diretos, a importação de bens de capital, os pagamentos de licenças e *Know-how*, além da assistência técnica oficial - mostram uma diminuição sem precedentes nos fluxos de tecnologia em direção aos países em desenvolvimento." (22)

Concluindo, podemos afirmar que, sendo a tecnologia o fator mais importante desse processo de reestruturação industrial dos países desenvolvidos, e dada as dificuldades crescentes de acesso a ela por parte dos países em desenvolvimento como vimos acima, é enganosa a idéia de que a simples abertura das economias latino-americanas à atuação do capital estrangeiro seja suficiente para garantirmos o nosso acesso a patamares tecnológicos mais elevados. O processo de reestruturação industrial dos países latino-americanos só poderá ser obtido através de estratégias que tenham como centro um esforço próprio de desenvolvimento tecnológico, dado que, sendo a principal moeda de troca do atual comércio internacional, seu acesso tornar-se-á, como vimos cada vez mais difícil.

Finalmente, seria oportuno lembrar as palavras de Anibal Pinto sobre a questão do papel do Estado nesse processo: "Seria recair em ilusões do passado supor e agir como se a renovação tecnológica vá ser fruto principal ou exclusivo das forças espontâneas do mercado e da iniciativa privada. Se tais meios podem ter sido decisivos em alguns países pioneiros, eles, como bem se sabe, têm sido bem complementados - especialmente nos *late comers* - por políticas e instrumentos públicos do mais variado caráter, que chegam ao seu cume no nível educacional e científico." (23) ■

LUIS PAULINO - Mestrando em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)

NOTAS

- (1) LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Daniele. Tradução de Regina Silvia Pacheco. "O Pós-fordismo e Seu Espaço", *Espaços & Debates*, n.º 25, 1988a.
- (2) LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres*. Tradução de *Mirages et miracles*. *Problèmes de l'industrialisation dans les tisers monde*, São Paulo, 1988b, p. 48.
- (3) Idem.
- (4) Idem, p. 49.
- (5) Idem nota n.º 1, p. 13.
- (6) Idem.
- (7) Idem, p. 15.
- (8) Idem nota n.º 2, p. 60.
- (9) Idem, p. 89.
- (10) Idem, p. 94.
- (11) STOFFAES, Christian. "Reestruturação industrial recente nos países da OCDE", in PASSOS, Carlos de Faro. *Política Industrial & Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Planef, 1990, p. 20.
- (12) Idem nota n.º 2, p. 155.
- (13) Idem nota n.º 1, p. 16.
- (14) Idem.
- (15) Idem nota n.º 11, p. 24.
- (16) Idem.
- (17) TAVARES, Maria da Conceição. *Reestructuración Industrial y Políticas de Ajuste Macroeconómico em Los Centros - La Modernización Conservadora*, Rio de Janeiro, UFRJ, mimeo, 1990, p. 36.
- (18) Idem.
- (19) ERNST, Dieter. "Tecnología y Competencia Global: El Desafío Futuro para Las Economías de Reciente Industrialización", *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 16, 1990, p. 17-44.
- (20) Idem, p. 22.
- (21) Idem, p. 22-23.
- (22) Idem, p. 24.
- (23) PINTO, Anibal. "Notas Sobre Industrialización y Progreso Técnico em la Perspectiva Prebisch - Cepal", *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 16, 1990, p. 59-84.

MÍDIA: UM PODER MAIOR QUE O DE HITLER

PEDRO DE OLIVEIRA

Os exemplos da guerra do Golfo e do golpe na URSS alertam para a ameaça real que representa um monopólio tão avassalador dos meios de informação em plano internacional

Nem César, nem Hitler, nem Franklin Roosevelt e nem qualquer papa tiveram tanto poder como os senhores da aldeia global para moldar a informação da qual tanta gente depende para tomar decisões sobre qualquer coisa." É o que afirma Ben H. Bagdikian, ex-diretor da Escola de Jornalismo de Berkeley e ex-chefe de redação do jornal *The Washington Post*, em seu livro *O Monopólio da Mídia*. (1)

No mesmo texto, Bagdikian arremata: "Aquilo que chega ao conhecimento do público é profundamente influenciado pelo que serve aos interesses econômicos e políticos das corporações proprietárias de jornais, rádios e TVs. Como os donos da mídia estão tão amplamente envolvidos nos mais altos escalões da economia, as notícias e demais informações públicas ficam seriamente prejudicadas em favor dos valores das corporações."

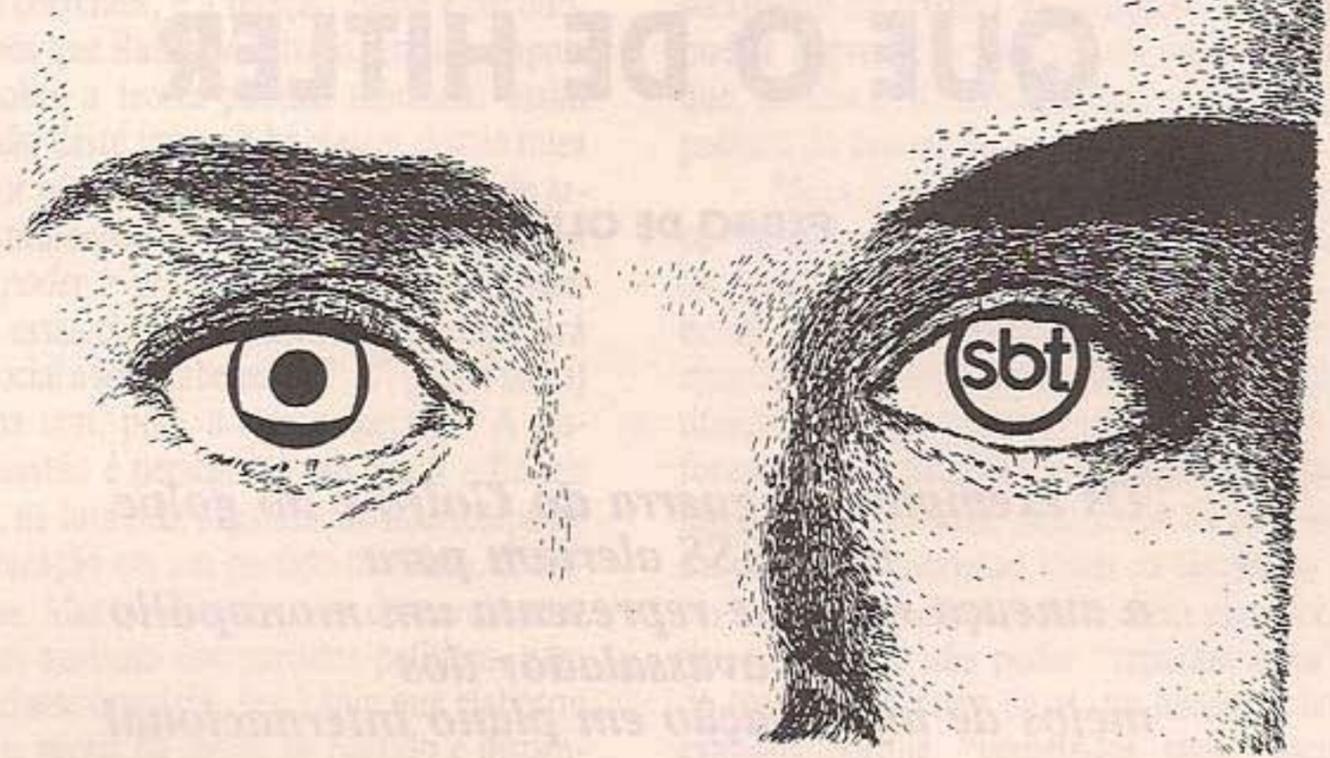
Edward S. Herman e Noam Chomsky, outros especialistas em teoria da comunicação, no trabalho "Fabricar a aquiescência" (2), foram além: descreveram 5 filtros através dos quais o dinheiro e o poder peneiram as notícias e informações passíveis de divulgação para o grande público. O primeiro, é a dimensão, a propriedade concentrada e a orientação para o lucro das empresas dominantes na mídia. O segundo, é ter a publicidade como fonte de receita primária dos meios de comunicação de massa. O terceiro filtro é a confiança irrestrita na informação fornecida pelo governo, pelo empresariado e pelos "experts" cujos recursos vêm dessas fontes primárias, e agentes do poder. O quarto, a incorporação de reações em blocos (protestos, cartas, etc.) organizadas ou não, ao que é publicado. E, por último, o "anticomunismo"

como religião nacional e mecanismo de controle. Esses elementos - dizem Chomsky & Herman - se mesclam e interagem reforçando-se uns aos outros.

Já o escritor americano Gore Vidal, em artigo publicado no jornal *The Nation*, explica a partir dos livros citados acima, como uns poucos manipulam a opinião pública. Segundo esse levantamento, a casa do americano médio mantém um televisor ligado 7 horas por dia. Isso significa que este cidadão já viu 350 mil comerciais ao chegar aos 17 anos. Como a opinião da maioria é controlada por 29 grandes corporações, estamos sob a batuta de 29 executivos-chefes, que se constituem numa espécie de colégio de cardeais, encarregados daquilo que o povo deve ou não deve pensar. Além disso, escreve ele, "escolhem os presidentes e o Congresso - ou, para ser mais preciso, determinam até sobre o que os políticos podem falar em época de eleição."

Este "colégio", referido por Gore Vidal, aparece em um levantamento feito pela Unesco em 1987, mostrando que mais de 80% de tudo que se vê, lê e ouve no chamado mundo "democrático" tem fonte plenamente identificável: são 29 gigantescas corporações de comunicação, em sua maioria com sede nos Estados Unidos. (ver tabela)

Na América Latina, o nível de concentração é igualmente fantástico: apenas dois países, o México e o Brasil, possuem 54% das emissoras de TV, entre elas as duas redes mais poderosas: a Televisa e a Rede Globo de Televisão. Os dados de 1989 dão conta de que no continente existiam 516 estações de TV (VHF e UHF), das quais 84,3% eram comerciais. Especificamente no Brasil, essa concentração é mais acentuada ainda: nove famílias apenas - os Marinho, Bloch,



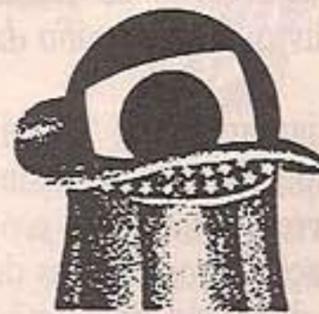
Santos, Saad, Frias, Mesquita, Levy, Civita e Nascimento Brito - controlam cerca de 90% de tudo o que os meios de comunicação divulgam e publicam.

AS 29 GRANDES DA COMUNICAÇÃO

- 1) Bertelsmann - AG (conglomerado de comunicação alemão)
- 2) Capital - Cities/ABC Inc. (rede de televisão, TV a cabo, jornais e revistas)
- 3) Central Newspapers (jornais)
- 4) Coca Cola (filmes)
- 5) Cox Communications Enterprises (jornais, televisão e TV a cabo)
- 6) Dow Jones & Co. (jornais)
- 7) Enciclopaedia Britannica (editora de livros inglesa)
- 8) Freedom Newspapers (jornais e televisão)
- 9) Gannett Co. (jornais e televisão)
- 10) General Electric Co. RCA - NBC (televisão)
- 11) Gulf + Western (livros e filmes)
- 12) Hachette SA (editora francesa, considerada a maior editora de revistas do mundo. Seu principal executivo, Jean-Luc Lagardre, é também dono da Matra, gigantesco empreendimento de fabricação de armas)
- 13) Harcourt Brace Jovanovich (Livros)
- 14) Hearst Corp. (jornais, revistas e televisão)
- 15) International Thomson Corp. (jornais, revistas e livros)
- 16) Knight Ridder (jornais)
- 17) McMillan (livros)
- 18) McGraw-Hill (revistas, livros e televisão)
- 19) News Corp. Ltd. - FOX (jornais, revistas e televisão. Ameaça se tornar a quarta maior rede de TV americana)
- 20) Reader's Digest Association (livros e revistas)
- 21) Scripps Howard (jornais)
- 22) Time-Warner (revistas, livros e televisão a cabo. Sozinho, este conglomerado tem um patrimônio de 18 bilhões de dólares)
- 23) Times-Mirror (jornais, revistas, TV e televisão a cabo)
- 24) Triangle (revistas)
- 25) Tribune Company (jornais)
- 26) Universal - MCA (complexo cinematográfico comprado recentemente pela empresa japonesa Matsushita)
- 27) Lowes Co. - CBS (televisão)
- 28) Sony (empresa japonesa agora proprietária da gravadora CBS + Columbia Pictures)
- 29) Beta-Taurus (monopólio dirigido pelo alemão Leo Kirch)

Esta relação está organizada em ordem alfabética. A esmagadora maioria das empresas é americana.

No mesmo trabalho da Unesco, estimou-se que 17 milhões e 400 mil lares possuíam aparelhos de televisão no Brasil. A média de duração de assistência diária a emissões de TV era de duas horas por indivíduo - a mais alta média de todos os países subdesenvolvidos.



A TV tende a ser a principal matriz dos valores sociais, segundo Comparato

Não é para menos que o professor Fábio Konder Comparato, da USP, afirma que "a televisão forja os costumes sociais, com uma eficácia e rapidez absolutamente novas na história". Para ele, a TV tende a ser a principal matriz dos valores sociais, superando nessa função a família, a escola, a Igreja, o partido ou o próprio Estado. Na sua análise, no entanto, diferentemente destas instituições, a televisão seria mero veículo de transmissão de mensagens. Ele concorda com o teórico da comunicação McLuhan que via a TV não como uma fonte geradora de idéias, mas um meio pelo qual elas são transmitidas: em outras palavras, um veículo que tenderia a incorporar a mensagem e a se identificar com ela. Diz o jurista brasileiro: "O povo adota os comportamentos e os valores sociais difundidos pela televisão e os estabiliza em costumes; não pelo conteúdo das mensagens, mas simplesmente pelo fato de que elas lhe são transmitidas pela televisão". (3)

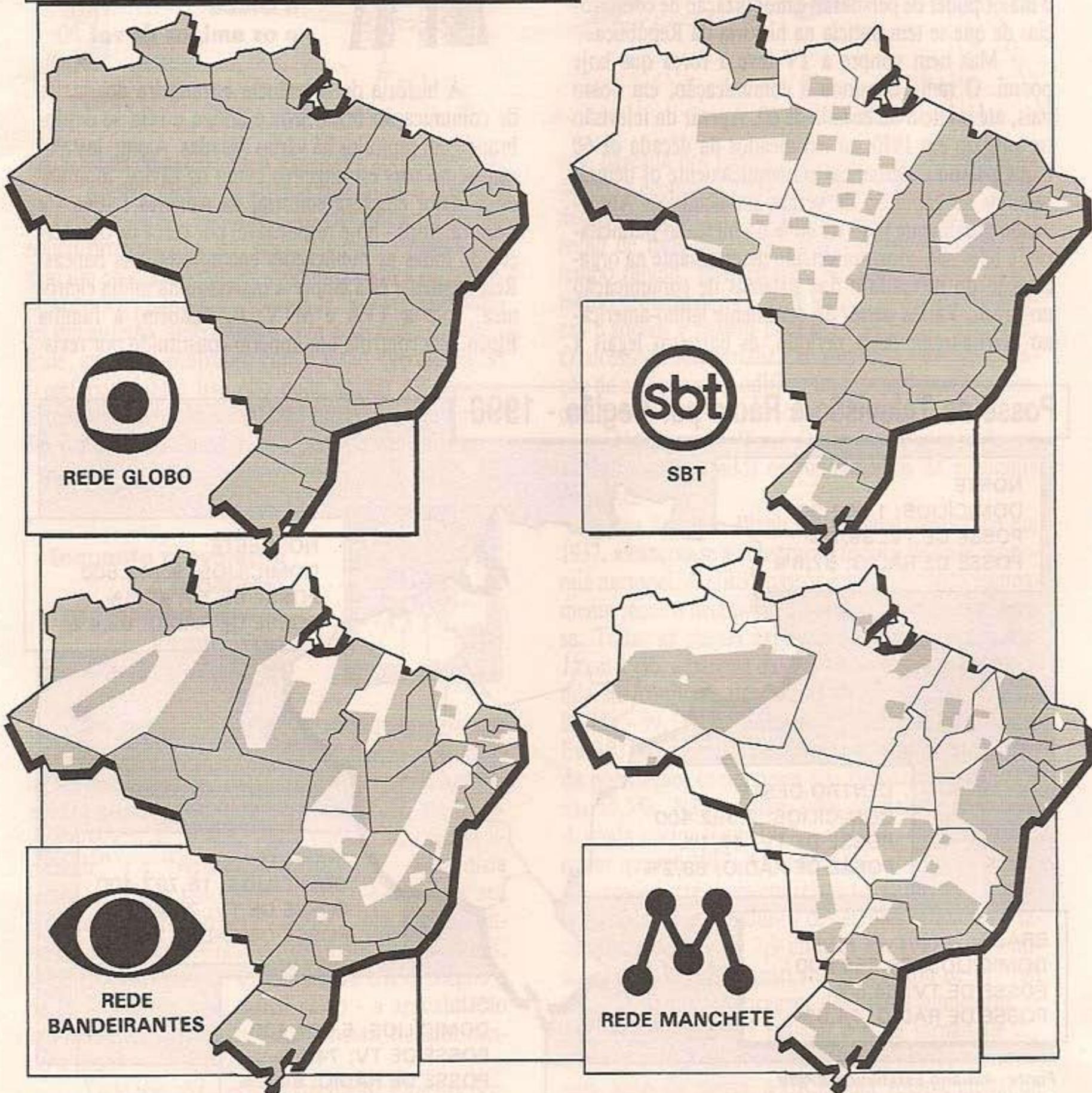
A secretária da Cultura do município de São Paulo, Marilena Chauí, estabelece cinco características principais do telejornalismo brasileiro, que reforçam a tese: a destruição do tempo real; a anulação do raciocínio e da reflexão; a perda de referência do espaço; a triagem de quem pode e de quem não pode aparecer no vídeo; e a banalização, a tendência ao espetacular, fenômenos que massageiam nossa emoção às expensas da inteligência. (4)

O Jornal Nacional, da Rede Globo, por exemplo, é composto por blocos com quatro ou cinco notícias resumidas, cada um, em cerca de um minuto e meio apenas. Parcela significativa da audiência é analfabeta. Isso faz com que as notícias tenham que ser "entendidas" por quem não dispõe de informações

suplementares. Além do que, a maioria desconhece conceitos básicos de linguagem e não irá ler as notícias nos jornais no dia seguinte. O predomínio absoluto é das imagens.

A distribuição de imagens internacionais no Brasil, está concentrada basicamente em quatro agências estrangeiras: a WTN (ligada à ABC News), a Visnews (associada à BBC, à CBC canadense e à rede NBC americana), a CBS News e a CNN, que é atualmente a distribuidora mais ativa no mundo inteiro. A cobertura da Guerra do Golfo e do golpe de 19 de agosto na URSS são exemplos contundentes da ameaça do monopólio da informação padronizar a opinião pública mundial, sob um ponto de vista claramente pró-americano.

Cobertura Geográfica das Grandes Redes



Com relação à América Latina, é notável a pobreza na produção de imagens. As emissoras de TV no Brasil, Chile, Argentina, México e Peru, por exemplo, não têm capacidade de formar redes e não dispõem de satélite próprio. Se a Manchete e a Globo não enviarem equipes próprias à Argentina, provavelmente só receberiam imagens desse país via Nova York, com 24 ou 48 horas de atraso.

Nestes 57 anos de existência, a televisão brasileira evoluiu de forma impressionante, e passou a ter uma função determinante na vida política e cultural do país. Dois experientes políticos brasileiros, o falecido Tancredo Neves e o atual governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, foram enfáticos quando analisaram o seu papel no Brasil. Tancredo costumava aconselhar: "Brigue com quem quiser, menos com a Rede Globo". Enquanto Brizola identifica a mesma Globo como o principal partido político do país, com o maior poder de persuasão e mobilização de consciências de que se tem notícia na história da República.

Mas nem sempre a TV teve a força que hoje possui. O rádio dominou a comunicação, em nosso país, até o início da década de 60. Apesar da televisão ter surgido em 1950, só em meados da década de 60 é que passou a desbancar economicamente os demais veículos na captação de verbas publicitárias. Absorvendo atualmente mais de 60% do mercado publicitário, a televisão constitui veículo determinante na organização do mercado e dos sistemas de comunicação no Brasil. Vários países do continente latino-americano derrubaram, neste período, as barreiras legais à

entrada do capital estrangeiro na área de comunicação, de direito e de fato. Esse fenômeno foi consequência direta da nova divisão internacional das esferas de influência, que sobreveio após a segunda grande guerra, marcada por uma ampliação da influência dos EUA no mundo e especialmente na América Latina.

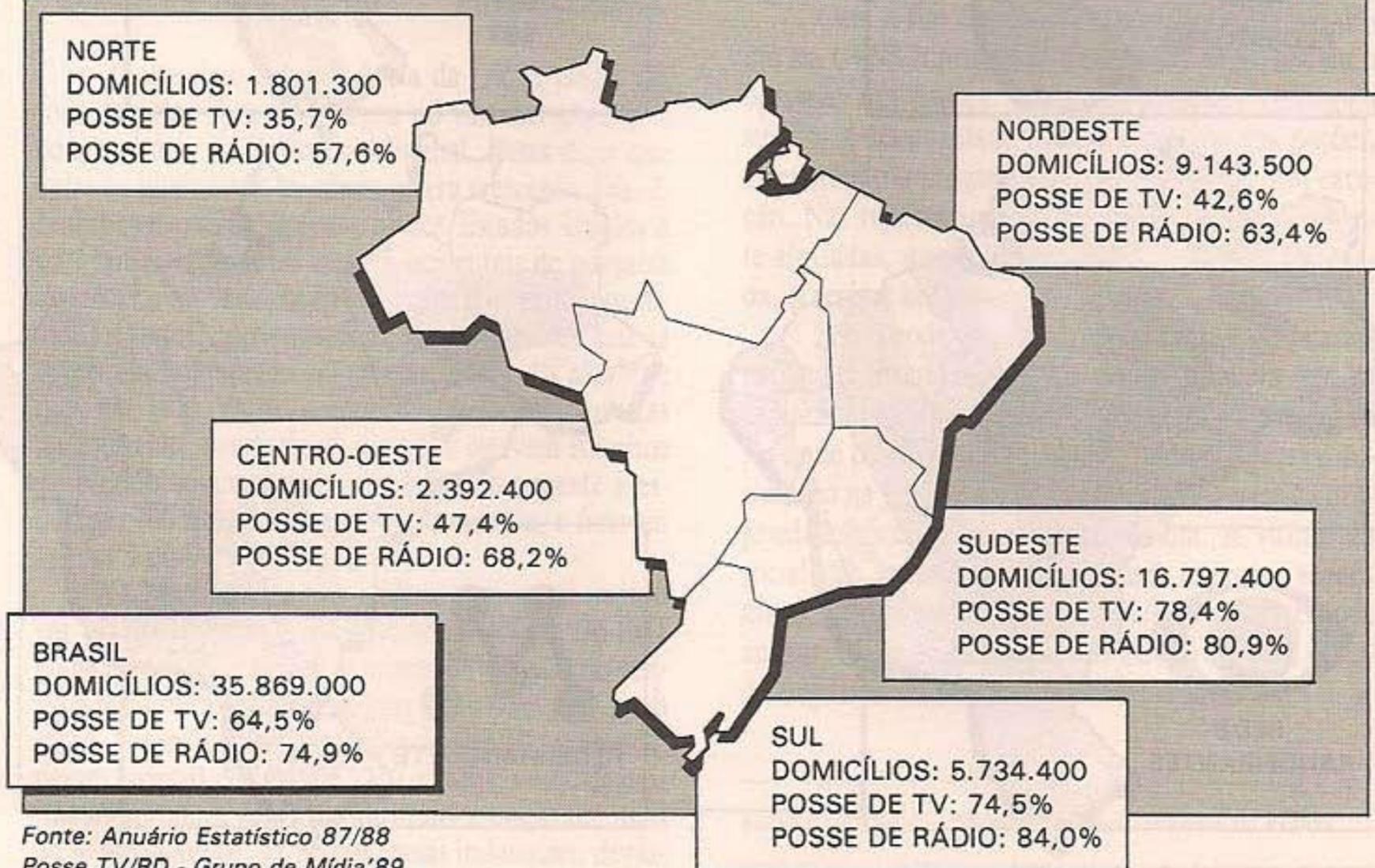
No Brasil, a Constituição de 1947 proibia a estrangeiros (isto é, quem não fosse brasileiro nato) a condição de proprietário, acionista ou mesmo o exercício de ingerência intelectual ou administrativa sobre qualquer veículo de comunicação. Estas restrições somente foram abolidas na Constituição de 1988. Mas, de fato, não eram respeitadas no Brasil, há muito tempo.



A Constituição não vigora para os Civita, os Bloch, a Globo e os amigos do rei

A história da ingerência estrangeira nos meios de comunicação brasileiros é antiga e vem se desdobrando em capítulos há várias décadas. Assim, instalaram-se no país estrangeiros como os Civita, montando a maior empresa editorial da América Latina - a Editora Abril - hoje responsável por cerca de dois terços de todas as publicações encontradas nas bancas. Recentemente esta empresa ingressou na mídia eletrônica, com a TVA e MTV. E, também, a família Bloch. Ela controla um império constituído por revis-

Posse de Televisão e Rádio por Região - 1990



Fonte: Anuário Estatístico 87/88
Posse TV/RD - Grupo de Mídia'89

tas e um gigantesco parque gráfico, além de uma rede de emissoras de rádio e televisão.

A prova mais notável de que a Constituição e as leis brasileiras não vigoram para todos, foi a instalação da TV Globo do Rio de Janeiro, base da atual Rede Globo, inaugurada em 1965, com a sustentação inconstitucional do grupo norte-americano Time-Life, através de uma transação comercial e técnica só encerrada, oficialmente, em 1975. Desde 1961 o grupo Time-Life passou a enviar, ilegalmente, milhões de dólares, técnicos, equipamentos e filmes necessários à implantação de uma moderna emissora de televisão aqui no Brasil.

Cultivada, protegida e favorecida pela convergência de interesses políticos e econômicos, a Rede Globo foi transformada numa estrutura gigantesca. Hoje, sozinha, a Rede Globo de Televisão cobre 99,93% dos domicílios brasileiros com TV, 99,92% dos telespectadores potenciais e 99,93% do índice potencial de consumo no país. Em 1989 a mídia TV absorveu aproximadamente 55% dos investimentos publicitários, ou 1,45 bilhão de dólares, sendo que apenas a Rede Globo e afiliadas abocanharam 70% deste total, ou seja, quase 1 bilhão de dólares. (ver gráficos)

Ao lado dos demais empreendimentos das organizações Globo, rede de emissoras de AM e FM, podemos avaliar que o empresário Roberto Marinho controla aproximadamente 50% de todo o mercado de comunicação no país. E não deseja novos concorrentes: nos últimos quatro meses, Adolpho Bloch tentou, sem êxito, vender a TV Manchete para um grupo formado pelo empresário amigo de Fernando Collor, Paulo Octávio, em associação com o dono do colégio Objetivo, João Carlos Di Gênio. A Rede Globo, neste meio tempo, se esmerou para "melar" o tal negócio, pois certamente o sr. Roberto Marinho não se interessa que um amigo de Collor se transforme em seu concorrente.

A Globo obteve estes resultados só alcançáveis, no Brasil, através da concentração de capital e tecnologia numa única empresa. Sendo poderosa, naturalmente convergem para ela boa parte das receitas publicitárias. Com estas receitas, torna-se ainda mais potente, ganhando pontos sobre a concorrência. Com esse movimento, transformou-se na quarta maior rede privada do mundo, com porte inferior, apenas, às três maiores redes norte-americanas.

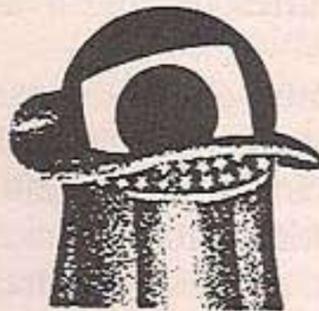
O predomínio da Globo, como referência de padrões técnicos, comerciais e de produção intelectual, condiciona todos os sistemas de comunicação de massa no Brasil. Esta situação só poderá ser rompida com o completo reordenamento da radiodifusão brasileira. Mas, ao que tudo indica, pelo nível ainda insuficiente de mobilização no país, os setores progressistas ainda não tomaram consciência de que a radiodifusão constitui um sistema cujo controle foi apropriado sem legitimidade social e cuja orientação é determinada sem nenhuma forma democrática de repre-

sentação pública. A sociedade civil parece não perceber que está, indevidamente, alijada do seu controle.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), e outras entidades, visando inverter essa tendência, deram início, na década de 80, a um trabalho de pesquisa e arregimentação que desembocou, em 1984, na formação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação. O acúmulo político e teórico produzido pela experiência dessa Frente embasou a emenda popular, apresentada pela Federação à Constituinte em 1987, contando com o apoio do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC), surgido em São Paulo, neste mesmo ano.

Depois de vários encontros e congressos regionais e nacionais, os interessados na luta pela democratização da comunicação chegaram à conclusão de que somente um movimento nacional e unificado - que supere os limites das articulações regionais, assumindo iniciativas e definindo objetivos comuns de luta - pode gerar força política capaz de impulsionar as mudanças necessárias na área de comunicação. Além disso, o debate revelou, também, que a atual organização dos sistemas de comunicação tem um ponto nevrálgico, que é radiodifusão (aqui entendida como os sistemas de rádio e TV).

O Movimento pela Democratização dos Meios de Comunicação elaborou, então, um programa mínimo que pode ser resumido em: 1) Fortalecer o Movimento e o direito de acesso à informação; 2) Estruturar um bloco parlamentar progressista para alterar a atual legislação de comunicações e regulamentar a nova Constituição; 3) Preparar profissionais para uma verdadeira democracia social; 4) Pesquisar e formar quadros, criar um mercado de produção audiovisual para reduzir a produção de enlatados; 5) Debater com a sociedade civil os direitos individuais dos cidadãos - a TV pública - a TV segmentada - a regionalização - os conselhos de comunicação - as associações de telespectadores, etc.



Um dos fundadores do MNDC fala de livre informação e democracia nos meios de comunicação

O professor José Carlos Rocha, da Escola de Comunicação e Artes da USP, e um dos fundadores do MNDC alinhou alguns tópicos que considera essenciais na luta pela democratização dos meios de comunicação. Publicamos a seguir este resumo como contribuição ao tema deste artigo:

- É fundamental desbloquear o trânsito da livre informação e dar utilidade social aos meios de comunicação, colocando-se a serviço da democracia e do desenvolvimento.

- Esse desbloqueio corresponde a permitir que todas as pessoas possam assumir a sua condição de cidadãos e cidadãs, onde quer que se encontrem, nas zonas rurais como nas pequenas cidades do interior, nas periferias urbanas como nas grandes cidades, adequando-se ao atual processo de satelização cultural e econômica. O Brasil de hoje, para se desenvolver, exige rádios e tevês de bairro, emissoras comunitárias que positivamente a decisão de enfrentar e resolver problemas.

- A via escolhida para a democratização da comunicação é a de pressionar e municiar o Congresso Nacional, diretamente e através da mobilização política da sociedade, para que regule os princípios constitucionais, elaborando as principais leis necessárias.

- São elas a lei do direito à informação junto às repartições públicas; a nova lei de imprensa; a nova lei de direitos autorais; o novo Código de Telecomunicações; o novo Código de Radiodifusão; a nova lei de publicidade oficial; a lei do Conselho de Comunicação Social; a nova lei das concessões públicas; e a lei que dá ao Ministério Público a função de defender a sociedade em matéria de direitos coletivos (informação e comunicação social).

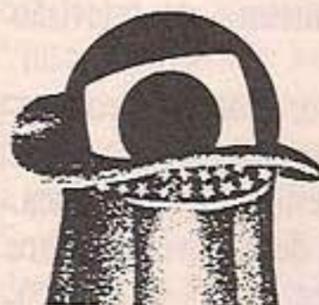
- Informação oficial: segundo a Constituição, "todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu particular interesse, coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo de lei, sob pena de responsabilidade, excetuadas aquelas de interesse da segurança da sociedade e do Estado". De acordo com este dispositivo não poderá haver mais segredo de Estado em relação aos cidadãos, obrigando-se o Estado à regra de transparência. Esta é a norma em que se funda a liberdade de informação, para todas as pessoas, como serviço de caráter essencialmente público, aplicando-se, por extensão, às empresas jornalísticas, sejam periódicos impressos ou de rádio e tevê. A ressalva relativa a informações "de interesse da segurança da sociedade e do Estado" está correta, pois diz basicamente respeito a fatos como brigas de marido e mulher na Justiça e à defesa do país em caso de guerra com outros países.

- Direitos autorais: a Constituição garante que as associações e sindicatos de autores (em todas as áreas da criação e expressão literária, artística e científica) poderão fiscalizar o aproveitamento econômico das obras de seus representados. As grandes editoras de livros, assim como emissoras de televisão, são contra esta inovação e até agora o Congresso não se pronunciou.

- Publicidade oficial: neste pedaço o Brasil é efetivamente um país de quarto mundo. Aqui um governante pode gastar vultosos recursos públicos para veicular campanhas publicitárias com falsas informações acerca de suas realizações e fica tudo por isso mesmo. É o dinheiro público financiando a mentira pública de uma autoridade pública sobre questões de interesse público. A Constituição quer um basta, mas

o Congresso não elabora a lei complementar.

- Concessões públicas: quando o presidente faz uma concessão de televisão, está entregando a alguém uma máquina de fazer dinheiro. Só que esta máquina utiliza um canal que é propriedade da União (a frequência eletromagnética) e serviços públicos de telecomunicações que custaram muito caro implantar. A concessão tem de ser um contrato social, com regras a observar, e com a definição das funções sociais decorrentes. Aguarda-se um pronunciamento do Congresso.



A privatização no terreno das telecomunicações massacra a autonomia do país

- Telecomunicações: as questões técnicas relativas às comunicações são suficientes para a elaboração de um grande código, em separado das questões políticas, regulamentando o controle do Estado e a prestação dos inúmeros serviços prestados aos usuários em geral, sem privilégios tarifários e sem discriminação de qualquer natureza. A privatização do setor, no atual estágio das relações internacionais e da economia oligopolista interna, é um convite ao massacre das possibilidades de autonomia do país (suas chances de desenvolvimento, sua capacidade de decisão, sua independência). Nem tudo pode ser privatizado, menos ainda um setor nevrálgico, do qual dependem todos os demais. Não é possível, por exemplo, privatizar partes do corpo, nem membros da família, nem a liberdade e a autonomia. Menos ainda quando se trata da população de um país inteiro.

- Código de radiodifusão: além do novo Código de Telecomunicações, com a regulamentação técnica dos vários serviços, a Constituição torna necessário um Código de Radiodifusão que contemple os aspectos políticos da parte relativa ao rádio e à televisão. Inclusive para regulamentar as competências do Judiciário, do Legislativo e do Executivo e bem assim os direitos da população em geral. Por exemplo, a Carta Magna determina que haverá uma lei para regulamentar a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, outra para estimular a produção independente e ainda outra para defender a pessoa e a família da programação das emissoras.

- Conselho de Comunicação Social: a proposta levada à Constituinte Congressional previa a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, com poderes deliberativos, para traçar e implementar uma política de comunicação social, mas foi criado apenas um Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, até agora não instituído.

- Nova lei de imprensa: por pressão dos empresários, está em tramitação no Congresso o substituti-



vo José Fogaça (PMDB-RS), que propõe a tutela das empresas de informação e comunicação, em substituição à tutela do Estado, sobre o jornalismo e outros meios. A FENAJ apresentou a proposta dos jornalistas e de vários setores da sociedade, que seguem melhor a nova Constituição. No momento há uma campanha nacional em defesa de uma lei de imprensa democrática.

- Liberando as ondas do ar: ainda na via institucional, há a proposta de uma emenda à Constituição liberando as ondas do ar para emissoras de rádio e televisão de âmbito local, baixa potência e sem fins lucrativos. Desse modo, a comunicação social através do rádio e da televisão deixaria de ser questão do governo central, passando à competência dos cidadãos em seus municípios.

“Em seu conjunto, as propostas seguem a nova Constituição e apostam nos valores democráticos e na capacidade desses valores em promover o desenvolvimento geral do país”.

Se é verdade que a atual correlação de forças no Congresso Nacional não se mostra favorável ao desenvolvimento da luta pela democratização dos meios de comunicação, por outro lado existem pontos em que as possibilidades de êxito são maiores - e entre eles pode ser colocado o sistema público de radiodifusão. Estas e outras propostas, certamente irão

brotar do aprofundamento da discussão. O Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação pode cumprir um papel fundamental no envolvimento da opinião pública nacional nessa questão de importância estratégica para a libertação ideológica do povo brasileiro. ■

PEDRO DE OLIVEIRA - Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de S. Paulo e delegado junto à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Este artigo contou com a contribuição dos jornalistas Daniel Herz, Fred Ghedini e do prof. José Carlos Rocha, membros da Secretaria Nacional de Comunicações da FENAJ.

NOTAS

- (1) BAGDIKIAN, Ben H.. *The media monopoly*, Boston, Beacon Press, 1983.
- (2) HERMAN, Edward S. e CHOMSKY, Noam. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*, N. York, Pantheon Books, 1988.
- (3) COMPARATO, Fábio Konder. "Rede Imaginária", in *É possível democratizar a televisão?*, vários autores.
- (4) VIDAL, Gore. "On television politburo: one the green god, Ted", in *The Nation*, nº 5, vol. 249, de 7 a 14/8/1989.

LÓGICAS NÃO-CLÁSSICAS OU HETERODOXAS

NEWTON COSTA

*As lógicas rivais da clássica provaram que
o pensamento lógico
racional pode se exercitar mesmo sem
obedecer às milenares
“leis fundamentais do pensamento”*

A lógica trata, entre outras coisas, das inferências válidas, ou seja, das inferências cujas conclusões têm que ser verdadeiras, caso as premissas o sejam. Tanto as premissas como as conclusões de uma inferência devem estar formuladas em uma linguagem mais ou menos bem estruturada, para que ela seja objeto de análise lógica apropriada. Com o intuito de tornar rigorosas suas investigações, os lógicos edificaram linguagens artificiais convenientes. As inferências são “traduzidas” nessas linguagens, ainda que pelo menos em princípio, para se estabelecer se elas pertencem à categoria dos argumentos válidos ou à dos argumentos inválidos.

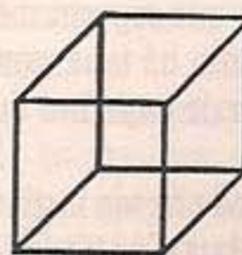
Tais linguagens possuem pelo menos duas dimensões relevantes para a lógica: a dimensão sintática e a dimensão semântica.

As linguagens em geral são compostas de símbolos e sinais que se acham sujeitos a regras de combinação que independem do que esses símbolos e sinais signifiquem. Por exemplo, certas configurações simbólicas incluem-se entre as *fórmulas* e outras entre os *termos*, e isto pode ser caracterizado de modo puramente combinatório e formal, sem se necessitar recorrer aos significados dos símbolos, mas com base exclusivamente nas configurações simbólicas dos arranjos simbólicos. A dimensão combinatória de uma linguagem, encarada como puro jogo formal, sem significado, denominamos de *dimensão sintática*. E a estrutura sintática de uma linguagem determina sua sintaxe lógica.

Porém, as linguagens não são feitas apenas para dar origem a puras estruturas sintáticas. Seus símbolos e expressões têm em geral significado, referindo-se a objetos extralingüísticos. Daí a *dimensão se-*

mântica das linguagens, que leva em consideração, além das estruturas sintáticas, os objetos aos quais as configurações simbólicas se referem e os significados das mesmas.

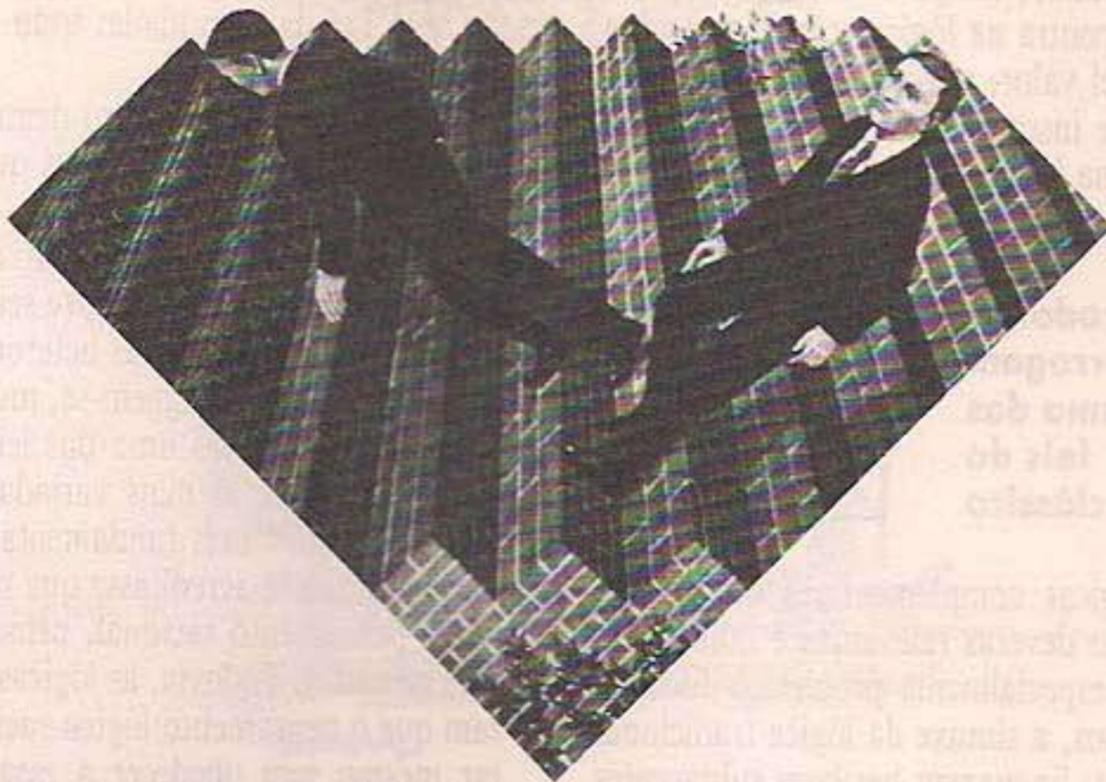
Assim, pois, as linguagens se encontram submetidas não apenas a regras sintáticas, mas, também, a regras semânticas. O enorme interesse das dimensões sintática e semântica para a lógica foram postas em relevo especialmente por R. Carnap e A. Tarski, por volta de 1930.



**A lógica clássica
apoia-se em
princípios básicos,
de natureza
semântica e sintática**

Mais ou menos até princípios deste século, havia uma única lógica (pura, formal ou teórica). Porém, no decurso dos últimos oitenta anos, foram criadas outras lógicas, de modo que a lógica inicialmente considerada, cujas origens remontam a Aritóteles, mas cujo sistematizador mais importante foi G. Frege (nos três decênios derradeiros do século passado), precisou ser chamada de *clássica* ou *tradicional*. Pode-se dizer que a lógica clássica adquiriu sua forma quase definitiva na obra monumental de A. N. Whitehead e Bertrand Russell, intitulada *Principia Mathematica*, em três volumes, publicados respectivamente em 1910, 1912 e 1913.

Uma das maiores revoluções culturais de nossa época foi a edificação das lógicas não-clássicas, particularmente das lógicas não-clássicas batizadas de ri-



vais da clássica ou heterodoxas. Essa revolução é similar à revolução provocada pela descoberta das geometrias não-euclidianas, no século passado. Porém, até o momento, não se explorou a fundo, do ponto de vista filosófico, o significado da eclosão das lógicas heterodoxas.

Embora abusando um pouco do vocabulário técnico da lógica, podemos dizer que a lógica clássica consiste no que se costuma denominar cálculo de predicados de primeira ordem, bem como de algumas de suas extensões, como v.g., certos sistemas de teoria dos conjuntos e determinados cálculos de predicados de ordem superior. Essencialmente, a lógica clássica versa, em sua parte dita elementar, com base em certas posições sintáticas e semânticas subjacentes, sobre os chamados conectivos lógicos (conjunção, disjunção, negação, implicação, equivalência,...), sobre os quantificadores (“todos”, “todo”, “algum”, “alguns”, “algumas”,...) e sobre o predicado de igualdade. Em sua porção não elementar, a lógica tradicional investiga a noção de pertinência (na acepção em que, por exemplo, afirmamos a sentença “Bertrand Russell pertence ao conjunto dos filósofos”) e outras noções alternativas.

A lógica clássica, em seu estado atual, é tão poderosa, que encerra a velha silogística aristotélica, convenientemente reformulada, como caso deveras especial e quase sem importância. Por outro lado, toda a matemática tradicional, em certo sentido preciso, reduz-se à lógica clássica. (Todos os conceitos matemáticos tradicionais são definíveis em termos da idéia de conjunto e, portanto, definíveis a partir da lógica.)

A lógica clássica caracteriza-se por determinados princípios básicos, de natureza sintática e semân-

tica. Quando semelhantes princípios são derogados, nascem as lógicas não-clássicas.

Elas classificam-se em duas categorias: 1) as complementares da lógica clássica; 2) as rivais da lógica clássica.

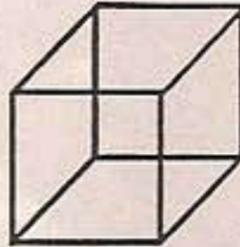
Há várias lógicas que podem ser entendidas como ampliando e complementando o escopo da lógica clássica. Elas se individualizam por não colocarem em xeque as leis centrais daquela, mas por alargarem o âmbito de suas aplicações; tão-somente modificam o aparato lingüístico sob o ponto de vista sintático, adaptando a contraparte semântica de maneira absolutamente não essencial, sem infringir os princípios nucleares clássicos.

Por exemplo, podemos acrescentar à lógica tradicional operadores modais, isto é, operadores expressando os conceitos lógicos de necessidade, de possibilidade, de impossibilidade e de contingência; obtém-se, assim, a lógica modal usual que, em sua forma hodierna, originou-se com C.I. Lewis, em princípios deste século. Também nada impede que se adicione à lógica clássica operadores deônticos, formalizando-se as idéias correspondentes às palavras “proibido”, “permitido”, “indiferente” e “obrigatório”, dando nascimento à *lógica deôntica*, elaborada sobretudo por G.H. von Wright (1951). Introduzindo-se operadores temporais, por exemplo, símbolos refletindo as flexões temporais dos verbos das linguagens naturais, nas estruturas lógicas clássicas, constrói-se a *lógica do tempo* ou *lógica cronológica*, cultivada em nossos dias sobretudo por A.N. Prior, nos anos 60. Enfim, poderíamos suplementar a lógica clássica de várias outras maneiras, advindo numerosas lógicas não-clássicas, tais como a *lógica epistêmica* e a *lógica dos im-*

perativos, todas elas complementando a lógica clássica.

Como não podia deixar de ser, a lógica do tempo evidenciou-se de suma relevância para os fundamentos da física, descrevendo e analisando as estruturas formais de vários tipos de fluxo temporal a priori admissíveis: tempo discreto, tempo contínuo, tempo linearmente ordenado, tempo circular, etc. A lingüística também encontra na lógica cronológica uma ancila de inestimável valor, porquanto as linguagens naturais afiguram-se inseparáveis das flexões temporais, que inexistem na lógica clássica.

**Lógicas heterodoxas
derrogam
pelo menos uma das
leis do
pensamento clássico**



Todas as lógicas complementares da clássica mais conhecidas são deveras relevantes e motivaram questões variadas, especialmente problemas filosóficos. Nelas, repitamos, a sintaxe da lógica tradicional é modificada, pois as linguagens basilares subjacentes à lógica clássica são expandidas pela adição de novos símbolos; isto acarreta, evidentemente, alguns retoques semânticos, dado que se torna preciso enquadrar a dimensão semântica às novas sintaxes. Embora as mudanças sejam, sob certos aspectos, marginais, os problemas semânticos e filosóficos decorrentes se mostram profundos e têm incentivado pesquisas fecundas, envolvendo temas como a natureza do essencialismo, em lógica modal; a possibilidade de uma lógica jurídica, em que os operadores deônticos reflitam traços reais da atividade de jurisconsulto; e as relações entre espaço e tempo nos fundamentos da física, em particular em teorias físicas da espécie da teoria geral da relatividade e da mecânica quântica.

Não obstante, as lógicas complementares da clássica não alteram as leis nucleares da lógica clássica. Dito de outro modo, elas não questionam a validade universal da lógica em apreço. Desenvolvem-se as lógicas complementares da clássica permanecendo-se fiel ao espírito desta última.

A situação muda inteiramente de figura no tocante às lógicas não-clássicas rivais da lógica tradicional. Elas foram propostas, ou podem ser tidas como tendo sido propostas, à guisa de rivais da clássica. São concebidas como novas lógicas destinadas a substituir a lógica clássica em alguns domínios do saber ou em todos. A imprescindibilidade de tal substituição adviria de deficiências e de limitações inerentes à lógica tradicional, deficiências e limitações essas das mais variadas naturezas.

Existem diversas lógicas rivais da clássica ou, como se habituou também chamar, *lógicas heterodoxas*. Vejamos alguns exemplos de lógicas dessa espécie. Dentre as leis que vigem na lógica clássica, há

três célebres e que se denominam *lei da identidade*, *lei da contradição* (alguns preferem nomeá-la de lei da não-contradição) e *lei do terceiro excluído*. Essas leis possuem muitas formulações, nem sempre equivalentes entre si.

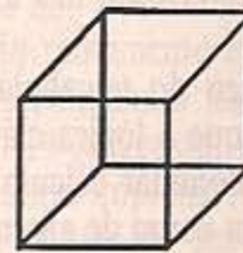
Para nossos objetivos, neste artigo, adotaremos as seguintes versões:

1) Lei da identidade: todo objeto é idêntico a si mesmo;

2) Lei da contradição: dentre duas proposições contraditórias, isto é, uma das quais é a negação da outra, uma delas é falsa;

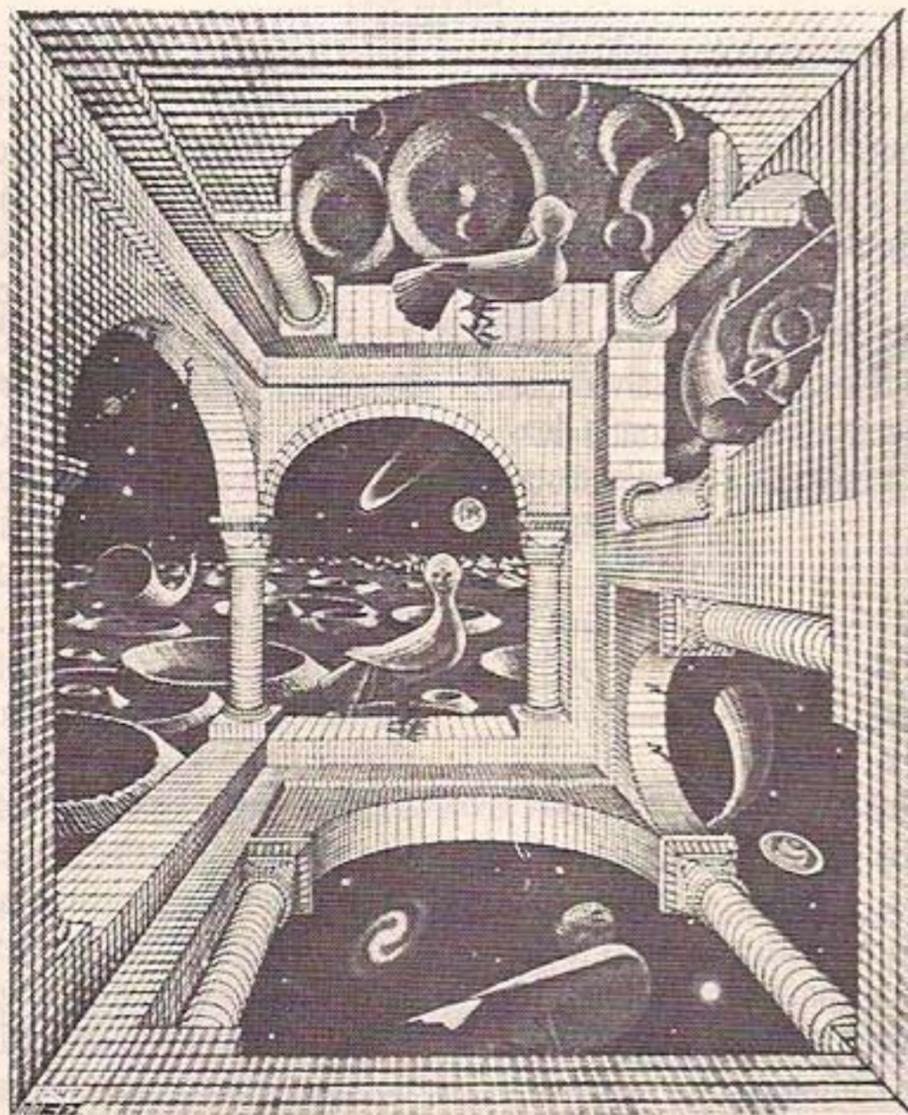
3) Lei do terceiro excluído: de duas proposições contraditórias, uma delas deve ser verdadeira.

Algumas das lógicas heterodoxas mais conhecidas e discutidas distinguem-se, precisamente, por derrogarem pelo menos uma das leis precedentes (que, em formulações as mais variadas, eram designadas pela expressão "Leis fundamentais do pensamento", talvez porque se acreditasse que sem elas não poderia haver pensamento racional, pensamento logicamente concatenado). Todavia, as lógicas heterodoxas provaram que o pensamento lógico-racional pode se exercitar mesmo sem obedecer a essas leis fundamentais da razão, libertando essa faculdade do jugo duas vezes milenar de semelhantes leis, que pareciam absolutamente impossíveis de serem revogadas.



**Teorias não-triviais
inconsistentes
fundamentam-se nas
lógicas
paraconsistentes**

Há sistemas lógicos nos quais o princípio da identidade não é válido em geral, em parte porque se julga que a relação de identidade carece de significação para certos tipos de objetos. Como esse princípio também se denomina *lei reflexiva da identidade*, as lógicas em apreço podem ser batizadas de *lógicas não-reflexivas*. Por exemplo, E. Schrodinger insistiu em que a noção de identidade não possui sentido pleno para os elétrons e, em geral, para as partículas elementares. Não se trata de não se poder saber quando um elétron é idêntico ou diferente de outro; trata-se, isto sim, da circunstância de que não parece ter sentido lógico exato afirmar-se que um elétron é idêntico a outro ou que é distinto desse outro. Porém, o princípio de identidade mostra-se válido, entre limites, para os objetos macroscópicos. Logo, ele vige no mundo da física clássica, embora não reja o universo das partículas elementares. Existem sistemas lógicos não-reflexivos extremamente fortes e que englobam a lógica tradicional a título de caso especial. É óbvio que os sistemas não-reflexivos divergem basicamente da lógica tradicional, possuindo sintaxes e semânticas incomparáveis com as da lógica padrão.



Uma das dificuldades ligadas à semântica dos sistemas não-reflexivos refere-se aos recursos para se edificar uma semântica dessa natureza; com efeito, na construção das semânticas mais comuns, lança-se mão da teoria clássica dos conjuntos, mas no caso das lógicas não-reflexivas, isto não funciona, porquanto na teoria em apreço permanece verdadeira a lei da identidade.

As lógicas não-reflexivas não provam que Schrodinger tenha razão em suas concepções sobre as interconexões entre identidade e partículas elementares, embora tornem claro que sua posição não pode ser excluída apenas por motivos de índole lógica.

Há outras lógicas não-reflexivas que provieram de discussões e de problemas completamente diversos. Assim, determinados sistemas lógicos que formalizam o operador de descrição (introduzido como símbolo primitivo), ou seja, o artigo definido, tal qual ele ocorre nas frases "O atual rei do Brasil" e "O dobro de quatro é oito". Quando o artigo origina uma descrição semelhante a "O atual rei do Brasil", que realmente não descreve coisa alguma, é conveniente, por diversos motivos, inclusive razões de ordem técnica, que para essas descrições *não* se aplique a lei de identidades. Derroga-se o princípio da contradição na maioria das lógicas chamadas de paraconsistentes. Para definirmos os sistemas paraconsistentes necessitamos de alguns esclarecimentos preliminares.

Uma teoria dedutiva T diz-se inconsistente se entre os seus teoremas há pelo menos dois, um dos quais é a negação do outro; em caso contrário, T denomina-se consistente. A teoria T chama-se trivial (ou supercompleta) se todas as proposições formuláveis em sua linguagem forem teoremas de T ; na hipótese

contrária, T diz-se não trivial. Patentemente, as teorias triviais não apresentam interesse direto no prisma lógico: nelas não podemos separar as proposições que são teoremas das que não são.

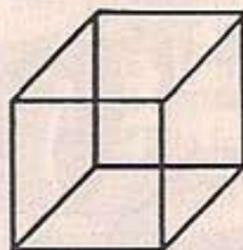
Um dos traços marcantes da lógica tradicional é o de que qualquer teoria dedutiva nela baseada, que for inconsistente, será também trivial. Essa lógica não permite que se separem os conceitos de trivialidade e de inconsistência. Para permitir essa separação, foram criadas as lógicas paraconsistentes, que são lógicas capazes de servir de fundamento para teorias inconsistentes e não triviais. Em tais teorias, podem ser teoremas uma proposição e, ao mesmo tempo, sua negação, sem que a teoria deixe de ser importante do ponto de vista lógico. Ou seja, a teoria não colapsa na trivialidade, muito embora contenha inconsistências.

Se, porém, numa teoria fundada sobre uma lógica paraconsistente podem existir contradições, isto é, segundo vimos, teoremas cujas negações são também teoremas, isto não implica que todas as preposições infrinjam a lei da contradição, sendo todas elas e suas negações verdadeiras. As teorias inconsistentes de relevância são aquelas que contêm não apenas proposições "mal comportadas", tais que elas e suas negações incluem-se entre os teoremas, mas encerram, além delas, proposições "bem comportadas", que são verdadeiras, embora suas negações não o sejam.

Evidencia a lógica paraconsistente que as teorias inconsistentes não devem ser descartadas unicamente por se evidenciarem inconsistentes, por infringirem o princípio da contradição. Este fato possui as mais variadas conseqüências filosóficas, destruindo um paradigma que vem governando a razão humana há dois milênios.

A lógica paraconsistente encontra aplicações em tentativas feitas com o intuito de se formalizar parcialmente a dialética; outras aplicações surgiram na matemática e na filosofia da ciência (I. Lackatos chamou a atenção dos filósofos da ciência para a existência de teorias físicas que foram aceitas, mesmo se manifestando inconsistentes; exemplo de teoria desse tipo é a teoria do átomo de Bohr. Outra possível aplicação da lógica paraconsistente vincula-se com a dualidade onda-corpúsculo e o princípio da complementariedade de Bohr).

**Lógica intuicionista
invalida
a lei do terceiro
excluído da
semântica clássica**



Os sistemas lógicos paraconsistentes mais fortes englobam a lógica tradicional como caso especial, regendo as proposições bem comportadas, e constituem o fundamento de teorias de conjuntos e de matemáticas paraconsistentes tão inclusivas quanto as teorias de conjuntos clássicas e a matemática comum.

Surpreendentemente, as lógicas paraconsistentes, pelo menos as mais destacadas, possuem semânticas razoáveis, que estendem as concepções semânticas padrão.

A lógica paraconsistente teve dois precursores dignos de menção: o lógico polonês J. Lukasiewicz e o filósofo russo N.A. Vasilev, os quais, simultaneamente, mas independentemente, em 1910, procuraram estabelecer-lá. Porém, devido a variadas circunstâncias, ela só se constituiu a partir dos trabalhos do lógico polonês S. Jaskowski e do autor deste artigo que, a partir de 1948 e de 1953, começaram a investigar sistematicamente os sistemas paraconsistentes mediante os instrumentos e técnicas da lógica contemporânea. As perquirições de Jaskowski e as nossas se iniciaram de maneira independente, embora houvesse convergência posterior. Hoje, a lógica paraconsistente inclui-se entre os temas de estudo mais ou menos correntes do domínio da lógica, algo indiscutivelmente inconcebível há 25 anos.

Denomina-se *paracompleta* uma lógica que derogue a lei do terceiro excluído. Em tais lógicas ou, melhor, em teorias nelas fundamentadas, pode haver proposições tais que nem elas nem suas negações sejam verdadeiras.

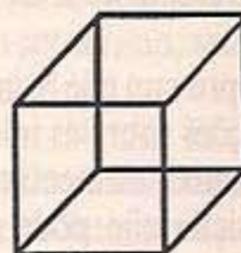
Exemplo de lógica paracompleta é a *lógica intuicionista* de L.E.J. Brouwer e A. Heyting, formalizada na década de 30. A semântica de tal lógica diverge completamente da semântica clássica, o que tem como corolário a invalidade da lei do terceiro excluído. Não podemos entrar em detalhes sobre essa lógica aqui, a qual surgiu de uma concepção filosófica da matemática bem afastada da postura tradicional.

Limitaremos-nos, apenas, a sublinhar que a lógica intuicionista é susceptível de ser encarada como a lógica do raciocínio matemático construtivo, em que a existência de um número, por exemplo, só é provável mediante a construção desse número, de sua exibição.

Para Brouwer, Heyting e seus seguidores, a matemática é uma atividade construtiva de nosso pensamento e a lógica tem por finalidade catalogar as regularidades dessa atividade construtiva. A lógica apropriada para a matemática construtiva deve ser a lógica intuicionista e não a clássica, essencialmente irreconciliável com os raciocínios construtivos do matemático. A lógica intuicionista, pois, foi proposta como rival da clássica, com o objetivo de substituí-la no campo do pensamento matemático construtivo. (Aliás, diga-se de passagem, para os intuicionistas ortodoxos somente existe a matemática construtiva; a matemática tradicional, intrinsecamente não-construtiva, deveria ser abandonada como pseudociência.)

Sem procurarmos discutir com mais profundidade o intuicionismo e sua lógica, lembraremos, apenas, que esta última tem sido utilizada em vários domínios do saber, como, recentemente, na teoria da decisão.

Outro tipo de lógica paracompleta digno de referência é a lógica polivalente, criada, de modo independente, porém simultâneo, por Lukasiewicz e E.L. Post por volta de 1920. Nesta categoria de lógica as proposições podem assumir *valores de verdade* entre o verdadeiro e o falso.



**Um terceiro valor
diverso
da verdade e da
falsidade:
lógica trivalente**

Lukasiewicz chegou à formulação da lógica polivalente motivado por um problema filosófico, o problema dos futuros contingentes de Aristóteles. Em síntese, a questão é a seguinte: certas proposições contingentes, referentes ao futuro, v.g., "em dez anos haverá uma guerra mundial", não parecem poder ser, hoje, verdadeiras ou falsas, sem isto acarretar uma forma de determinismo estrito. Se todas as proposições relativas a contingências futuras forem, agora, verdadeiras ou falsas, o futuro pareceria estar determinado pelo estado presente do mundo e, por conseguinte, o futuro seria determinado pelo passado, não havendo livre-arbítrio, etc. Logo, uma espécie de lógica compatível com alguma categoria sensata de indeterminismo tem que conferir, em qualquer momento, às proposições concernentes e acontecimentos futuros, de caráter contingente, um terceiro valor lógico, diverso da verdade e da falsidade: elas seriam indeterminadas. Assim, o grande lógico polonês foi conduzido a elaborar uma lógica trivalente (com três valores de verdade) e, após, as lógicas polivalentes em geral,

algumas com infinitos valores de verdade. As lógicas polivalentes têm sido empregadas nos mais variados complexos; por exemplo, na programação de computadores, na teoria dos circuitos elétricos (particularmente por G. Moisil), na lingüística e na teoria da probabilidade. H. Heichenbach intentou utilizá-la na fundamentação da mecânica quântica.

Acabamos de debater apenas algumas das lógicas ditas rivais da clássica. Existem numerosas outras, tais como a lógica modular (originada pela mecânica quântica e estudada especialmente por J. Kotas), a lógica livre, a lógica relevante e a lógica intuicionista sem negação de Griss.

A conceituação de lógica clássica, por nós apresentada, não se mostra precisa. Com efeito, a lógica hodierna evoluiu tanto e está sendo palco de avanços tão revolucionários, que se torna impossível caracterizá-la de maneira precisa. Em decorrência, os conceitos de lógica complementar da clássica e de lógica heterodoxa também se evidenciam algo vagos. Assim, exemplificando, afigura-se difícil enquadrar certos sistemas lógicos na classificação delineada, como acontece com os sistemas lógicos de S. Lesniewski e com a lógica combinatória (M. Schonfinkel. H.B. Curry...). Todavia, isto não tem importância; não se pode, efetivamente, definir de maneira exata e precisa qualquer ciência viva e progressista. E tal fenômeno se passa com a lógica em nossos dias, em cujos domínios se processa atualmente uma transformação fecunda, análoga à que ocorre nas ciências aparentemente mais progressistas, como a física e a genética.

O estudo da lógica em nossa época nos induz a formular indagações profundas, envolvendo perguntas filosóficas de extraordinária significação, como as seguintes:

1) Racionalidade e logicidade de algum modo coincidem?

2) Se há várias lógicas, existem, em decorrência, vários tipos de razão?

3) As lógicas heterodoxas são, de fato, rivais da clássica? No fundo não seriam, talvez, apenas sistemas complementares do clássico?

4) Quais as relações existentes entre a lógica, a linguagem e as ciências empíricas?

5) A lógica, em seu estado de desenvolvimento hodierno, compromete-nos com posições filosóficas, em particular com estruturas ontológicas definidas?

Essas e outras questões preocupam presentemente lógicos e filósofos. Elas se converteram em problemas agudos depois da descoberta e da proliferação das lógicas não-clássicas, aparecidas há tão pouco tempo e prenunciando uma revolução na história da cultura, como jamais houve outra antes.

Por tudo isso, é deveras significativo observar que no Brasil se tem contribuído para o desenvolvimento das lógicas não-clássicas com uma parcela apreciável de resultados técnicos e de idéias filosóficas. Aliás, a primeira revista do mundo dedicada exclusivamente às lógicas não-clássicas começou a ser publicada em nosso país o ano passado, intitulando-se *The Journal of Non-Classical Logic*, e sob os auspícios do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Universidade Estadual de Campinas. Quiçá o Brasil, jovem que é, país do futuro na expressão de S. Zweig, possa se converter na terra do futuro da lógica. ■

Publicado no Folhetim (encarte da *Folha de S. Paulo*), 22 de maio de 1983 - n.º 331.

NEWTON C.A. DA COSTA - professor da Faculdade de Filosofia da USP e titular do Instituto Internacional de Filosofia - Paris, França

Newton Costa

Newton C.A. da Costa, paranaense, 60 anos, atualmente professor da Faculdade de Filosofia da USP e titular do Instituto Internacional de Filosofia de Paris, é um dos mais destacados lógicos e matemáticos da atualidade, com reconhecimento internacional. Conta com mais de 150 trabalhos publicados em Lógica, Filosofia, Matemática, Fundamentos da Física e Ciência da Computação, especialmente no exterior.

Seu trabalho de maior projeção é a criação de uma das lógicas não-classistas formuladas neste século, a Lógica Paraconsistente.

Esta lógica, desenvolvida independentemente por Newton Costa e pelo polonês S. Jaskowski, diferentemente da lógica clássica, admite e opera com proposições logicamente contraditórias e é hoje estudada e desenvolvida em várias partes do mundo.

Uma boa apresentação do pensamento de Newton Costa encontra-se na sua obra *Ensaio sobre os fundamentos da lógica*, editado pela Hucitec em 1980.

OLIVAL FREIRE JR.
EDELICIO GONÇALVES DE SOUZA

OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL (AMSTERDÃ - 1904)

EDGARD CARONE

*444 delegados compareceram ao encontro, em
14 de agosto. Plekhanov e
Katayama - da Rússia e do Japão, em guerra -
apertam as mãos.*

Grandes polêmicas sobre a greve geral e política

Entre 14 e 20 de agosto de 1904, realizou-se em Amsterdã, o 6.º Congresso da II Internacional. Como vimos em outros artigos (1), a II Internacional se inicia com o Congresso de Paris, em 1889, que se considera o seu 1.º Congresso; o 2.º é o de Bruxelas, em agosto de 1890; o 3.º, o de Zurich, em agosto de 1893; o 4.º, o de Londres, em julho de 1896; o 5.º, o de Paris, em setembro de 1900; afinal o de Amsterdã é o 6.º. A persistência nas suas realizações, o brilhantismo dos seus resultados fazem dos eventos uma afirmação do movimento operário e mostram a sua capacidade em aplicar a tática e estratégia próprias, necessárias naquele momento histórico de seu crescimento. Também, nesta hora, são levantadas polêmicas e apontados deslizes de seus participantes, como no caso da social-democracia alemã deixar de patrocinar o congresso, passando o encargo para outro país, em razão de eleições para o Reichstag, etc. Desta maneira, as reuniões internacionais apresentam caráter dinâmico e crítico, o que lhes confere caráter pedagógico e teórico fundamental para a divulgação do pensamento e da ação proletária e partidária.

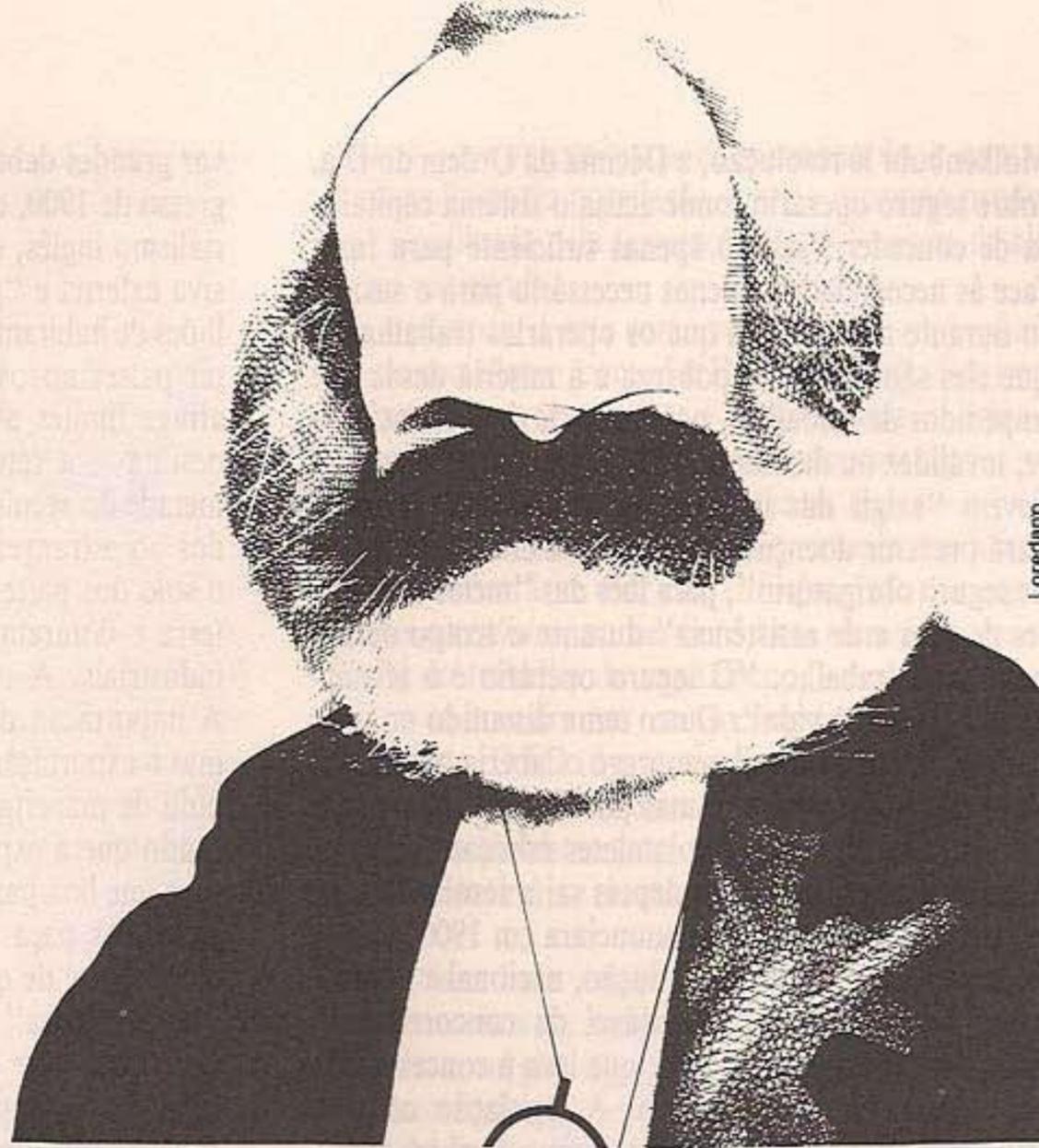
Quando do Congresso de Paris, em 1889, estipulou-se que, de dois em dois anos, haveria reunião dos diversos partidos socialistas. Os de 1896 e 1900 desmentem a previsão e várias críticas aparecem contra os seus organizadores: a culpa pela demora cabe aos alemães, que tinham sido indicados para organizá-lo, porém, por razões políticas internas - eleições - pedem que a França os substitua. A reunião de que Amsterdã está marcada para 1903, mas também devido a outro pedido da Social Democracia teutônica, que pretende intensificar sua ação nas eleições de junho de 1903, ela é transferida. Antes da mudança oficial da

data, entretanto, o Bureau Socialista Internacional mandara comunicado oficial, datado de Bruxelas, em 31 de janeiro de 1902, marcando a reunião para agosto de 1903. Após pedido, ainda temos a mudança para 1904.



**Desde o fim do ano
de 1902,
chegam sugestões
sobre os
assuntos a discutir**

No período preparatório começam a chegar a Bruxelas temas para a composição da futura Ordem do Dia. O Partido Socialista Argentino pretende submeter a questão da Legislação Internacional e Nacional sobre a emigração e imigração; a União Federativa do Centro (França) pretende as discussões sobre a greve geral, supressão das armadas permanentes, limitação da jornada para 9 horas; o Partido Socialista da França, levanta a questão das regras internacionais da política socialista; a União Nacional das Mulheres Socialistas da Áustria propõe o direito de sufrágio para as mulheres; a Sociedade Fabiana deseja discussões sobre arbitragem obrigatória, salário mínimo, sindicato e política, comércio municipal de bebidas; o Independent Labour Party quer medidas para melhoria das condições de vida municipal; os Socialistas Tchecos, da Áustria, desejam a discussão do tema sobre a conduta do proletariado internacional na questão das nacionalidades; o Partido Socialista da Holanda quer aposentadoria para os velhos. Estas sugestões, que vão se transformar em temas oficiais, estão levan-



tadas desde novembro de 1902; nos meses seguintes, a eles vão sendo acrescentados outros como política colonial. O clericalismo e as escolas, habitação para o povo, solidariedade internacional, militarismo. Assim, em junho de 1904, ao ser anunciada a data definitiva do Congresso de Amsterdã, - 14 de agosto e dias seguintes - a Ordem do Dia encontra-se definitivamente completa, e dividida em temas básicos e questões diversas.

Ao se reunirem em 14 de agosto de 1904, o imenso número de delegados da Europa e das Américas mostra o sucesso do Congresso. Da Holanda, 31; França, 82; Suécia, 5; Sérvia, 1; Bulgária, 5; Boemia, 3; Suíça, 7; Polônia, 20; Noruega, 2; Rússia, 37; Inglaterra, 101; Hungria, 3; Dinamarca, 7; Estados Unidos, 11; Argentina, 2; Alemanha, 68; Austrália, 1; Itália, 5; Bélgica, 38; Japão, 1; Armênia, 2; Áustria, 10. Entre os delegados comparecem os líderes de cada partido socialista ou social-democrata: da Alemanha, Augusto Bebel, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin; da Inglaterra, Hyndman, Belfort-Bax, Keir Hardie, J. R. Macdonald, S. Webb; da Argentina, Manoel Ugarte; da Áustria, Victor Adler; da Bélgica, E. Anseele, E. Vandervelde, C. Huysmans; da Espanha, Pablo Iglesias; dos EUA, Daniel de Leon; da França, Marcel Cachin, Jules Guesde, Jaurés, Briand, Aliemane, Charles Longuet; da Holanda, W.P.G. Helsdingen; da Itália, Enrico Ferri, Cláudio Treves; do Japão, Sen Katayama; da Polônia, Malinowski Aleksander; da Rússia, G. Plekhanov, Vera Zassoulich. A listagem que fazemos engloba parte menor dos 444 delegados que comparecem e a seleção de seus nomes não obedece à sua filiação partidária original, mas sim à nacionalidade.

Antes das reuniões há ato de inauguração do Congresso, quando todos os delegados comparecem e no qual discursam os cidadãos Troelstre, da Holanda, Van Koll, da Alemanha, Katayama, do Japão, Plekhanov, da Rússia. O primeiro acentua o progresso socialista no seu país, mostrando que em 1891, 1893 e 1896, a representação holandesa se limitara a defender a "utopia, a anarquia e o antiparlamentarismo"; hoje, depois de dez anos de luta, operários são resgatados para o socialismo e a Internacional; estabelece-se as "bases para a luta futura", luta-se contra as injustiças e "recorremos ao instrumento extremo, a greve geral". (1) Van Koll reivindica a "paz mundial" e vê Plekhanov e Katayama darem forte aperto de mão, no "momento em que seus governos fazem a guerra". Katayama e Plekhanov falam da guerra fratricida entre seus países e que a "fraternização dos delegados russo e japonês é um desmentido à guerra". Ao término da abertura é redigida e aprovada moção contra a guerra, de autoria do Partido Operário Socialista Francês: a entente entre os operários e a ação combinada dos socialistas de todos os países é "garantia essencial da paz internacional"; no momento em que o tsarismo está ferido pela guerra e revolução e os operários russos e japoneses massacrados pelo capitalismo e seus respectivos governos, convidam-se os socialistas e trabalhadores de todo mundo a lutar pela paz e a "se opor", por todos os meios, à extensão da guerra". (2)

No dia 15, de manhã, iniciam-se as reuniões, sugere-se que as comissões nacionais nomeiem seus representantes para as diversas questões, o que se dá à tarde. É no dia 17 que começam as discussões e são apresentadas resoluções. Em nome dos alemães,

Molkenbuhr lê resolução, a Décima da Ordem do Dia, sobre seguro operário, onde acusa o sistema capitalista de conceder “salário apenas suficiente para fazer face às necessidades, apenas necessário para o sustento durante o tempo em que os operários trabalham e que eles são levados à pobreza e à miséria desde que impedidos de trabalhar, por razão de doença, acidente, invalidez ou desemprego...; e que os trabalhadores devem “exigir das instituições qualificadas medidas para prevenir doenças, acidentes e a invalidez”, “leis de seguro obrigatório”, para lhes dar “meios suficientes de vida e de assistência” durante o tempo de sua parada de trabalho. “O seguro operário é a afirmação do direito à vida”. Outro tema discutido no mesmo dia é o do *trust* e desemprego. Caberia aos americanos redigir o relatório, mas por várias razões o texto não fica pronto e os holandeses esboçam um, que é considerado fraco. Dias depois sai a resolução, que repete, em parte, o que se anunciara em 1900: o *trust* é forma concentrada de produção, nacional e internacional, conseqüência “inevitável da concorrência”, que paga “baixos salários” e que leva à concentração capitalista e do proletariado. A legislação conta o *trust*, até hoje, é ilusória, pois é impossível ao operariado obstá-lo; e que deve-se prevenir contra sua alta rentabilidade e, diante deste poder crescente, a única solução é que “os operários do mundo inteiro devem opor um poder organizado nacional e internacionalmente, como única arma contra a opressão capitalista...”. (3)

A greve geral proposta pelos anarquistas e greve política de massas



A questão da emigração e imigração, proposta pelos argentinos, provoca diferentes posições sobre as duas versões apresentadas, uma pela Comissão Oficial e outra por delegados da Holanda, Estados Unidos e Austrália. A primeira fala que o imigrante é a vítima da sociedade capitalista, que o “força a se expatriar para que ele possa assegurar, de maneira possível a existência e a liberdade”. E que eles são utilizados como fura-greves e que é necessário esclarecê-los, pela propaganda socialista, o que os fará ficar ao lado do proletariado. E que cabe aos deputados socialistas, no Parlamento, propor leis que concedam “direitos políticos e civis nos países de imigração”. A outra proposta, que é derrotada, sublinha a “baixa de salário” provocada pelo imigrante, o fato de muitos deles serem fura-greves, ou “amarelos”, e que este procedimento terá que desaparecer, desde que a ação sindical socialista cresça nos países onde a imigração é mais intensa. (4)

A questão colonial leva os participantes a tra-

var grandes debates. Retomando a estratégia do Congresso de 1900, o relatório de Van Koll acusa o imperialismo inglês, entre outros, de dirigir política agressiva externa e “para afastar a guerra civil aos 40 milhões de habitantes do Reino Unido, pretende conquistar países novos”. A exploração holandesa em Java atinge limites absurdos. Que a expansão monetária destina-se a retornar com grandes lucros: “desde a metade do século XIX, capitais enormes foram enviados ao estrangeiro para ali produzir. Eles trabalham o solo dos países virgens, remexeram os intestinos da terra e dotaram o globo inteiro de estabelecimentos industriais. A mais-valia, assim, retorna à Europa. A importação dos produtos de além-mar aumentou, mas a exportação de nossos produtos industriais diminuiu de maneira sensível e o preço baixou”. Confessando que a expansão colonial iria durar muito tempo e que boa parte dos países colonizados não tinham condições para a autodeterminação, a conclusão do congresso é de que a exploração existentes é cada vez “mais extensa” e “mais dispendiosa”, “sem regra e sem freio, que esbanja capitais e riquezas naturais, expondo as populações coloniais à opressão a mais rude, freqüentemente a mais sanguinária...”. (5) Para combater o imperialismo, deve-se se opor às medidas imperialistas ou protecionistas, a expedições coloniais, impedir a exploração dos recursos coloniais, melhorar as condições de vida e profissional dos habitantes das colônias, insistir na maior autonomia e até na independência das colônias, conforme o estado de seu desenvolvimento e, tornar mais efetiva a ação parlamentar na questão colonial. (6)



Importantes debates sobre a atitude a tomar diante dos governos burgueses

A comissão encarregada da questão da greve geral e da greve política levanta grandes celeumas. O ponto de partida é a análise da famosa greve de 1893, na Bélgica, quando o proletariado cruza os braços e reivindica o direito do sufrágio universal. Precedida da propaganda há alguns anos, num país onde a organização sindical é frágil, a greve surpreende a burguesia, que não acredita no sucesso da mobilização e se assusta com a marcha dos mineiros em direção a Bruxelas. Diante dessa situação, ela concede o sufrágio, mas se previne para o futuro. Em 1902, após outra greve geral, e política, a burguesia reage e nada concede aos 300 mil operários em greve, que reivindicam outras concessões de direito. A luta política se dá, também, na Suécia e na Holanda, com resultados menores. Depois de justificar o tema, o delegado holandês faz questão de diferenciar a posição socialista da posição anarquista, relativa à greve geral: é preciso, em

primeiro lugar, “usar de muita prudência no seu emprego”; “entre a quimera da greve geral anarquista e a idéia da greve política das massas como entendem os socialistas” há diferença. A greve de massas não tem “fim econômico, mas é dirigida contra o Estado capitalista, para o impedir de diminuir os direitos dos trabalhadores ou para o impedir de extorquir novos”. Isto só é possível se o operariado estiver organizado, disciplinado e preparado para a ação. A greve, no entanto, só pode atingir algumas categorias como, também, a “greve geral não poderia ser a revolução social. A transformação da sociedade não poderia se fazer de um golpe. Ela se realizará, ela se realiza cada dia por nosso esforço contínuo”. (7) Por isto não se deve deixar enganar pela propaganda anarquista de “greve geral”, para afastar o operariado da “luta verdadeira e incessante, isto é, da ação política, sindical e cooperativa”. (8)

Várias outras questões são analisadas, recebendo aprovação de todos. Um exemplo é da relação entre *trade-unions* (sindicato) e a política. No Projeto de Resolução aplaude-se a disposição dos sindicatos ingleses em cooperarem com os socialistas na “ação política corrente” e lamenta-se a escolha feita pelas *trade-unions* de alguns “candidatos reacionários”. A questão da habitação, a da solidariedade internacional e a do alcoolismo surgem na mesma ocasião. Em nome dos ingleses, reconhece-se a necessidade de construção de casas operárias, vendidas ao preço de custo, para que o trabalhador possa ser “decentemente e confortavelmente abrigado. (9) No caso da solidariedade, a questão é a seguinte: havendo Congresso Internacional, os socialistas de outros países, para tomar certas decisões, devem se informar da posição do partido socialista do país hospedeiro, para evitar entrar em choque com a posição deste. E a luta contra o alcoolismo é levantada por uma Liga Operária Alemã, que denuncia o perigo do “embrutecimento alcoólico”, “que afasta as massas da propaganda socialista e do desenvolvimento cultural, paralisa a energia revolucionária dos camaradas comprometidos no movimento e abafa o estudo mais aprofundado do socialismo teórico como doutrina, assim como o desenvolvimento intelectual”. (10)

**Enorme interesse na
questão da
exploração colonial
em expansão
sem regra e sem freio**



Afinal, o clericalismo e a escola são outros temas novos que aparecem no Congresso. A Social-Democracia Federativa da Inglaterra, assinala que o clero obtivera sucessos ultimamente em vários países, no controle de escolas e, portanto, o congresso declara que o “clericalismo foi sempre, e será sempre, o

inimigo da cultura, da emancipação e da liberdade intelectual; que o sustento que lhe é dado pelos diferentes partidos burgueses constitui um atentado direto ao direito elementar de todo indivíduo à liberdade da consciência completa; e que essa ação de parte do clericalismo é ditada pelo desejo de abafar, no espírito da juventude proletária, o germe do pensamento de emancipação”. Os socialistas em todos os países devem combater a influência do clericalismo nas escolas e trabalhar a favor da educação laica, “convencidos que são, de que os interesses da classe e os ideais de liberdade e de cultura são, nestes casos, como sempre, idênticos”. (11) O problema das 8 horas de trabalho e do 1º de Maio é tema que aparece interligado, por razões de tática e apresentado desde 1889, isto é, em todos os congressos anteriores da II Internacional. O novo é a convocação para que todos usem de maior “energia” na reivindicação enquanto o resto do texto é repetição dos relatórios anteriores: continuar as manifestações anuais, lutar pelas 8 horas de trabalho e que as organizações operárias, nos “países onde o movimento operário está representado no Parlamento, devem apresentar projetos de lei, semelhantes se possível, tratando dessa reivindicação”. (12) A última das questões menores, é a do sufrágio às mulheres: o relatório conclui que a luta a favor do movimento operário inclui o sufrágio universal e é dever dos partidos socialistas lutar para que esse direito se estenda ao sexo feminino. (13)

A discussão das temáticas, importantes para a afirmação dos ideais socialistas, ocupa largo espaço das diversas comissões de que se compõe o congresso. Algumas teses são polêmicas, outras pacíficas. Apesar de suas relevâncias, da afirmação que representam, elas não ofuscam o tema central - a questão do revisionismo. Esta é que irá levantar celeumas ideológicas, marcar a posição dos diversos partidos socialistas, mostrar a tendência das correntes que vêm se encaminhando para a política de conciliação com a burguesia; do outro lado, revela-nos os radicais, os revolucionários, e o que pretendem. Pela primeira vez, naquele momento, surge claramente a divisão entre esquerda, centro e direita nas hostes socialistas, o que não quer dizer que estas posições continuem a se reproduzir rigidamente até 1914.

Quando grande número de socialistas pensam que a problemática do revisionismo fora superada pelos resultados da Moção de Kautsky, votada no Congresso de Paris em 1900, e que nada haveria a se acrescentar àquele texto, como acredita o próprio Plekhanov, eis que, para surpresa geral, Jules Guesde e Edouard Vaillant levantam outra interpelação sobre o tema, em nome do Projeto de Resolução do Partido Socialista de França. A inclusão trata da questão de tática e faz parte da seção sobre regras internacionais da política socialista, isto é, sobre a escolha do comportamento a ser seguido pelas entidades socialistas em todos os países. O que eles desejam é retornar

à estratégia radical e, para isto, voltar à discussão de 1900, para, desta vez, tentar acabar não só com o revisionismo representado pela ala de Jean Jaurés, como a de pôr fim ao sentido equivocado da Moção de Kautsky, vencedora no Congresso de Paris, em 1900.

**Aparecem diferenças
entre as
correntes de centro,
esquerda e
direita no socialismo**



O texto dos franceses é claro nos seus objetivos. O relatório começa dizendo que a colaboração dos socialistas com a burguesia, que se dera na França em 1899 - caso Millerand -, (14) agora se estende a outros países europeus. O problema que se apresenta para todo socialista é: “deve-se conservar, em face de todos os governos burgueses a atitude de oposição revolucionária que fora sempre a sua ou esperar trabalhar pela sua libertação colaborando com as frações burguesas e, mesmo, aceitando de tomar com ela, em seu proveito, uma parte do poder”. Importante é que os partidos socialistas tomem posição de luta contra a burguesia, até a “conquista total do poder pelos trabalhadores”. Em Dresde, no ano de 1903, a social-democracia alemã adota essa posição revolucionária, posição que é ratificada pelo Partido Socialista da França, no seu Congresso de Reims, pouco depois. Lido o relatório, passa-se ao Projeto da Resolução, que é de autoria dos alemães em Dresde e que fora aceito, *in totum*, pelos franceses. “O congresso condena de maneira a mais enérgica as tentativas revisionistas, tendendo a mudar nossa tática, comprovada e vitoriosa, baseada sobre a luta de classes, e a substituir a conquista do poder político e a intensa luta contra a burguesia, por uma política de concessão à ordem estabelecida. A consequência de tal tática revisionista seria fazer um partido, que pretende a transformação a mais rápida possível da sociedade burguesa em sociedade socialista - de um partido, por conseguinte, revolucionário, no melhor sentido da palavra - em um partido se contentando em reformar a sociedade burguesa”. Por acreditar nisso e não nas teses revisionistas, o congresso declara: 1) o partido declina de qualquer responsabilidade pelas condições econômicas e políticas existentes no atual sistema capitalista; 2) “que a democracia socialista não poderia aceitar nenhuma participação no governo da sociedade burguesa, e nem se conformar com a Moção de Kautsky, votada no Congresso de Paris em 1900. O congresso condena, além disso, toda tentativa feita para mascarar os antagonismos de classe sempre crescentes, a fim de facilitar uma aproximação com os partidos burgueses”.

Para finalizar, a resolução diz caber ao grupo parlamentar a obrigação de lutar pelo socialismo, ser

contra o militarismo e a favor das liberdades políticas, etc. (15)

A posição crítica e radical de Jules Guesde, Bebel e outros vai não só reacender a questão, mas dar brilho e agitação às diversas sessões posteriores. A tribuna será ocupada por vários participantes, a favor de uma ou outra tese, com o brilhantismo, a verve e a argumentação sólida de cada um dos presentes, já que eles são conhecidos pelas suas lideranças e atitudes ideológicas. Revezam, assim, na tribuna, Jaurés, Anseele, pelos reformistas; Bebel, Enrico Ferri, Jules Guesde, Vaillant, pelos radicais. O que se dá, segundo Victor Adler, é “um espetáculo brilhante de retórica política que tonar-se-á inesquecível para todos os que puderam assisti-lo”. Diante do calor do debate e, pensando em evitar mal-estar entre frações, Victor Adler e Emile Vandervelde apresentam resolução conciliatória, que não condena o revisionismo e, ao mesmo tempo reafirma a necessidade de preservar a tática da luta de classes.



**Jaurés defende com
ardor as
teses reformistas
e reclama
maior autonomia**

Vamos começar pelo debate que se fez após a leitura do Relatório e Projeto de Resolução pelos franceses. Quem inicia o contra-ataque à Resolução de Dresde, como é conhecida, é Jean Jaurés. O grande tribuno fala mais de uma vez, e seu pensamento traduz toda crítica ao documento lido por Jules Guesde. A sua fala se faz em duas oportunidades, na V Sessão - na discussão sobre o relatório, no dia 15 de agosto - e em sessão pública, antes da votação final, no dia 19. Vejamos as duas sessões.

No dia 15, Jaurés lamenta as restrições que recebe, pois é criticável o fato de se procurar uma reunião internacional para se debater uma questão francesa. “Temos a convicção que nosso próximo método é mais conforme à vontade do proletariado e, por sentir isso, que Guesde levanta o problema aqui”. O socialismo internacional pode intervir e ele tem “por dever definir os princípios e precisar os métodos para realizá-los”. É o que foi feito quando o socialismo internacional “proclama a necessidade de conquistar os poderes públicos”. No entanto, entrar na tática “interior das nacionalidades é fato mais delicado e é preciso agir com prudência”. Senão, é preciso intervir na “questão da greve geral” na Alemanha. A luta de classes existe, mas “aproveitando do regime republicano, acreditamos que o interesse de nosso ideal e de nosso proletariado nos obriga a ajudar a burguesia republicana a resolver problemas como o da instrução ou da secularização do Estado e, com isso, nós não traímos em nada o princípio de luta de classes, o interesse do proletariado, que é a nossa lei do-

minante". O mesmo pode se dizer de Bebel, que não traiu o proletariado ao fazer a "conquista do poder público. Em 1900, em Paris, aceitou-se a idéia de ser possível a participação, em casos excepcionais; o texto de Dresde diz que é interdito *aceitar* a colaboração. "Esta é fórmula digna de um partido internacional como o nosso? Se chegar uma hora onde pode ser útil aceitar a participação socialista, não é preciso ruborizar-se; pode haver uma hora, ainda, onde haverá interesse proletário a procurar". A política de democracia existe "para o maior bem do proletariado". Se vocês querem abrigar a "vossa política interior francesa revolucionária sob a cobertura de uma tática alemã", eu vos lembro de 1871. Nós lutamos, "ao contrário, para pacificar e hegemonizar o espírito dos dois povos, desprezando velhos preconceitos". Vocês, alemães, se defrontam com a Igreja Reformista e o regime imperialista; nós, com a Igreja Católica e um regime de democracia republicana: "tenham conta da diferença entres estes dois meios". É um crime querer impor "uma das duas nações a outra". Reivindicando "nossa ação e nosso método, como nossos princípios e nosso ideal, eles triunfarão por nossa ação e nossos métodos". (16)

"Com o concurso da democracia burguesa podemos acelerar a legislação operária"



Na sessão de 19 de agosto, depois da leitura do discurso de Vandervelde, com seu relatório final, onde expõe as teses defendidas e os seus participantes, Jaurés volta a falar ao público em geral. Nesta hora, véspera da votação, Jaurés se mostra mais agressivo. Voltando ao que disse anteriormente, afirma que a "unidade no partido socialista não pode ser uma uniformidade opressiva", e ele se prejudicaria e esqueceria "seu próprio dever se negasse os direitos da minoria". Falsamente nos impingem a idéia de que somos contra a luta de classes. Não é verdade, o que fazemos é utilizar o "meio mais eficaz de conduzir essa luta proletária numa democracia republicana". O que faremos é pedir a conta aos que dizem que a "República política não valia que o proletariado perdesse uma hora ou um dia para defendê-la, aos que disseram que o esforço para laicizar a escola, para emancipar os cérebros, devia ser postergado até a vitória automática das forças cegas, sem o concurso das inteligências e das consciências proletárias". (Aqui Jaurés trata de Vaillant e companheiros). Dizemos que é preciso que o proletariado "tenha um partido de classe, um partido autônomo pela organização, autônomo pelos meios. Autônomo pelo fim, porque, além das reformas que podem adoçar as miseráveis e as vias da sociedade capitalista, ele prossegue a transforma-

ção completa da propriedade individual capitalista em propriedade social". Queremos "arrancar, desarraizar até a última raizinha, todas as formas do capitalismo, a renda, o lucro rural, o aluguel...". O que se quer não é consolidar o capitalismo, como afirma Vandervelde, mas "salvo a República, salvo as liberdades públicas, laicidade completa ao ensino, separação das Igrejas do Estado, reforma do imposto, leis operárias, todas essas reformas não são degraus para se elevar para a libertação total, para atingir o fim revolucionário do trabalho oprimido".

Querendo ser autônomo na organização, queremos que o proletariado também se organize "política e economicamente como um partido de classe distinto de outros partidos" que, paralelamente ao apoio de Dresde, faça apelo "para as liberdades políticas, à legislação social, à toda democracia". Há na França e Alemanha milhões de cidadãos contrários ao socialismo coletivista. Seria criminoso deixá-los abandonados. É preciso perceber "todos os movimentos de evolução que levem as camadas ainda obscuras da democracia a reconhecer a necessidade de nossa política e admitir a legitimidade de nosso ideal". E existem entre nós radicais avançados, radicais socialistas, que não são socialistas e nem exclusivamente capitalistas, operários da pequena e média indústria, artesãos, camponeses democratas, etc. Esta democracia burguesa reage diferentemente. Os radicais socialistas defendem a separação entre Estado e Igreja, impostos progressivos sobre renda, sobre herança; a nacionalização progressiva das estradas de ferro, etc.". "Não confundimos esta democracia burguesa, porque não é comunista, coletivista, proletária como nós". "Mas com seu concurso podemos repelir a reação, obter reformas, desenvolver a legislação operária, acelerar a legislação operária e seríamos loucos, criminosos, ao rejeitar este concurso". As formas de tática estreita de Dresde limitam a ação do proletariado universal, e criam "funesta ilusão", dando idéia que elas são universais.



Arrancar concessões sem deixar de combater nossos inimigos de classe permanentes

O que há, apesar da pujança e crescimento ininterrupto do socialismo teutônico é a "impotência política da democracia socialista alemã". O Partido Social-Democrata é "grande e admirável", que nos deu grandes pensadores, organização e - representa o futuro da Alemanha, mas lhe falta a "tradição revolucionária do proletariado e ação parlamentar. Não há, na história do movimento germânico, conquista do sufrágio universal após luta de barricadas, e sim por concessões que vieram de cima; Bebel discursa contra o Kaiser, mas os operários socialistas, sob pressão

dos patrões, felicitam o Imperador no seu aniversário. Sem esta conquista pela força, pelo avanço do proletariado revolucionário, os alemães não podem entender o sentido do processo.

O mesmo se dá com a conquista do poder parlamentar. O Partido Social-Democrático elege cada vez mais deputados, mas o resultado é nulo, porque o Parlamento é meio-Parlamento, porque ele “não tem em mãos a força executiva, a força governamental, que suas decisões não passam de votos arbitrariamente vetados pelas autoridades do Império”. O caminho para a libertação não foi traçado pelo Congresso de Dresde e a impotência do partido se traduz em “fórmulas teóricas, que vosso eminente camarada Kautsky vos fornecerá até o esgotamento vital”. Nos países onde impera a democracia - França, Holanda, Bélgica, Suíça, Dinamarca, Suécia, Inglaterra -, “mais o proletariado exerce ação política e eficaz no seu Parlamento, mais ele é ferido por vossa moção que será um entrave ao desenvolvimento da universal liberdade política e, por conseguinte, ao desenvolvimento do socialismo internacional”. (17)

A resposta de Bebel não demora. Na tarde do mesmo dia, em longo discurso, o líder da social-democracia alemã responde às críticas feitas por Jaurés. Em primeiro lugar, as Resoluções de Dresde não foram impostas pelos alemães, mas por Jules Guesdes. No entanto, as causas de sua adoção, por nós, encontram-se presentes em vários outros países. É justo dizer que a resolução só serviria à monarquia alemã? E a nossa declaração sobre monarquia e república feita no Reichstag, que levanta celeumas? Mesmo que invejamos a sua república, nada faremos, nada a “favor da república burguesa; ela não vale a pena”. “Monarquia burguesa, república burguesa, uma e outra são Estados de classe; uma e outra são, necessariamente, por sua natureza, feitas para manutenção da ordem capitalista. Uma e outra devem trabalhar, com toda a força, para que a burguesia conserve todo o seu poderio legislativo. Pois, no momento em que ela perderia o poder político, ela perderia também a sua situação econômica e social. A monarquia não é tão má e a república burguesa não é tão boa como vocês pintam. Mesmo na nossa Alemanha militarista, dos latifundiários, da burguesia, temos instituições que, para vossa república burguesa são ideais”.

“Olhe a legislação do imposto na Prússia e na França: nesta última ele é miserável e reacionário, explorador, espécie de sucção, ao contrário do que se dá na Prússia, onde ele é progressivo”. Quando se trata de reivindicações operárias se dá o mesmo: “ela emprega todas as forças contra o trabalhador, como nos EUA, Suíça, etc. Quando surge conflito entre operários e patrões, “é de maneira odiosa que se procede contra os operários franceses. O que é hoje o exército, senão o melhor dos instrumentos para a manutenção da dominação de classe?” Todas as lutas, nestes últimos quatro anos provam isto: em Lille,

Roubaix, Marselha, Brest, Normandia (fuzilada de Tréport), “onde o ministério Waldeck-Rousseau-Millebrand, onde o ministério Combes não fez nada mais do que pôr a armada contra o trabalhador. E a eleição de deputados? Mesmo tendo a Alemanha o pior dos governos, elegemos grande número de representantes ao Parlamento. Nenhuma reforma foi rejeitada, nenhum progresso cancelado. O que temos é progresso político e social, em grande parte devido a nós, arrancados dos nossos inimigos, tanto os liberais, como o centro. Depois de arrancar as concessões, logo após, ‘nós o combatemos todos’, homens do centro e do governo e liberais, como nossos inimigos permanentes”.



O revisionismo surge do processo político quando se esquece o interesse de classe

Jaurés reivindica a aliança dos radicais burgueses como positiva. Em caso de perigo comum, sim. O mesmo no caso da luta contra o clericalismo. Mas, na questão da paz universal os franceses votam a favor do orçamento do exército e da marinha, no orçamento colonial, nos impostos indiretos, etc. E a questão do sufrágio universal? Temos três milhões de eleitores e isto assusta a burguesia e quando tivermos quatro, cinco, oito milhões? Na Alemanha tentou-se acabar com o sufrágio universal; não se dará o mesmo na França quando os socialistas passarem de dois milhões para três ou quatro? E a burguesia francesa que ajudou o proletariado a conquistar o sufrágio universal e impediu as reformas sociais? E preciso lutar contra a ambigüidade do apoio a alas burguesas e votar na Resolução de Dresde. (18)

Os discursos de Jaurés e de Bebel são ovacionados ou apupados pelos partidários de cada uma das tendências. Depois temos a fala de Anseele, que é a favor do reformismo. Para ele, “o proletariado, na sua marcha para a frente, se encontra diante de nova via. Em certos países da Europa, uma fração da burguesia tem necessidade do proletariado socialista e ela está pronta a pagar o nosso concurso com concessões: ela nos oferece ou nos oferecerá a participação direta ou indireta ao governo”. (19) “Sofisticada pela Igreja, brutalizada pelo militarismo, esgotada pelas longas horas de trabalho... esmagada na luta pela existência, parte da burguesia nos propõe reformas, tudo isso com a condição de tomarmos uma parte da responsabilidade governamental e, neste caso, deveria dizer: Não! Não, eu não o direi, e tenho a profunda convicção que, quando o proletariado belga será forte para impor semelhante situação, minha recusa será acolhida por uma bofetada da classe operária!”. (20)

Contrário ao reformismo é o discurso de Enrico Ferri. Anteriormente, no Congresso de Bolonha, ele defendera posição “idêntica àquela de Dresde”. Para Ferri a tendência revisionista não é “fenômeno artificial”, mas natural e saído das entranhas do processo social e político de determinados países. Ela tem papel importante porque nenhuma doutrina pode permanecer imutável. “Mas o revisionismo, quando chega à questão de tática política, esquece sempre que, debaixo da divergência superficial, parcial e momentânea de interesses políticos entre uma e outra fração da classe dominante, persiste entretanto e sempre a identidade fundamental e tirânica de seu comum interesse em conservar o monopólio econômico, de onde nasce cedo ou tarde - em toda ocasião decisiva, a despeito das alianças e das promessas -, o bloco de todas as frações burguesas contra o único partido socialista”. (21) Depois de mostrar a ação do partido socialista na Itália e no plano internacional, Ferri revela que em Mantova, o partido socialista triunfa, travando a luta, não “contra tal ou tal fração burguesa, mas contra o bloco burguês inteiro, que vai dos mais reacionários aos radicais”. (22)



verificar-se que “Jaurés está praticamente isolado no socialismo internacional; e esta constatação, imagino, vale ser feita”. (24)

Ao terminar o congresso, no dia 20 de agosto de 1904, é aprovada a resolução a favor da unidade socialista, tema que fora levantado e discutido anteriormente. O texto é redigido por várias mãos: A. Bebel, V. Adler, E. Anseele e E. Ferri. Nele se declara que na luta contra o capitalismo é preciso que o proletariado use de toda a sua força. “Em consequência, todos os militantes e todas as fracções, ou organizações que se dizem partidárias do socialismo, tem o imperioso dever de trabalhar com todas as suas forças na realização da unidade socialista, na base dos princípios estabelecidos pelos congressos internacionais e no interesse do proletariado internacional, senão, acabam sendo responsáveis pelas consequências funestas da continuação de suas divisões. Para esta tarefa o Bureau Internacional se põe à disposição de quem precisar”. (25)

Um aspecto particular e novo se revela neste congresso: pela primeira vez são lidos Relatórios do Bureau Socialista Internacional, instalado em 1900, após o Congresso de Paris, neste ano. Quem apresenta o balanço e discute a ação e as necessidades do órgão é Victor Serwy, seu atual secretário. ■

EDGARD CARONE - Historiador, professor da Universidade de São Paulo (USP).

**Aos parlamentares
socialistas
cabe preservar a
atividade
a favor do socialismo**



Vaillant e Victor Adler se pronunciam a favor da Resolução de Dresde, o que reforça o grupo radical. No entanto, como a crise entre os reformistas e revolucionários se acentua, ambos pretendem evitar o confronto e, para isso, redigem texto que poderia substituir o de Jules Guesde. O documento fala em *repudiar* as tentativas revisionistas, “que querem mudar nossa tática gloriosa, baseada na luta de classes e trocar a luta contra a burguesia por uma política de concessão à ordem estabelecida”. No resto, há negação de que o partido tenha responsabilidade sobre a ação do capitalismo e que a “democracia socialista não poderia aceitar nenhuma participação no governo da sociedade burguesa. E que cabe aos parlamentares socialistas preservar a ação e a propaganda a favor do socialismo, das liberdades políticos, etc. (23)

Esta resolução é aprovada pela comissão por 25 votos contra 5, e 12 abstenções. Mas rejeitada pelo congresso, por 21 votos. A Moção de Dresde é aceita por 25 votos contra 5 e 12 abstenções. O resultado a favor da Moção de Dresde é sintomático da hegemonia das esquerdas, mas também reflete a existência de nuances a favor de outras tendências. A direita se pronuncia contra e é representada pela Inglaterra (*trade-unions*), a Austrália e o Transvaal, uma pequena fração francesa e outra norueguesa. A tendência revolucionária é maioria no resto dos países. Daí

NOTAS

(1) GÉNÈVE, Minkoff. *Congrès Socialiste International*, Amsterdam, 14-20, Août, 1904, vol. 14-15, p. 293. (2) Idem, p. 299. (3) Idem, p. 400-401. (4) Idem, p. 395-398. (5) Idem, p. 43. (6) Idem, p. 603. (7) Idem, p. 320-321. (8) Idem, p. 584. (9) Idem, p. 185-186. (10) Idem, p. 190. (11) Idem, p. 180-181.

(12) Idem, p. 173-174. (13) Idem, p. 401-402.

(14) CARONE, Edgard. *Revista Princípios*, nº 22, São Paulo, 1991, Editora Anita Garibaldi, p. 64. (15) Idem nota nº 1, p. 69-71. (16) Idem, p. 407-411. (17) Idem, p. 343-358. (18) Idem, p. 359-370. (19) Idem, p. 384. (20) Idem, p. 386-387. (21) Idem, p. 373-374. (22) Idem, p. 375-377. (23) Idem, p. 390-392.

(24) In: *Le Mouvement Socialiste*, nºs 139-140, 1904, p. 1009-1014. Reproduzido no livro.

(25) Idem nota nº 1, p. 388-389.

UM IMIGRANTE NÃO BEM-VINDO DA URSS

A história que não foi contada:
o imigrante nº 50.000

TRADUÇÃO DE LÂMIA MARUF HASAN

*Escrito por Gali Nitzan no jornal israelense
Hadashot, em hebraico,
traduzido para o semanário palestino em inglês
AL-Fajr e traduzido
para o português por Lâmia, em seu cárcere*

■ ■ ... Para nosso prazer, o destino nos deu um imigrante bonito e admirável de n.º 50.000: alto, por volta de 40 anos, cabelos pretos e olhos verdes, de construção óssea sólida e bigode bem cuidado”.

Ele pestaneja confuso perante a cena que se exibe na luz do sol da Terra Santa. A orquestra atingiu seu ápice com o coro: “A terra em que nascemos, a terra em que viveremos, seja o que for”, e o séquito abaixo explode em aplausos. O imigrante é pego de surpresa, franze a testa na tentativa de compreender e começa a descer hesitante.

Yitzhak Peretz (o ministro para a absorção dos imigrantes), por sua vez, segue a passos largos para a plataforma de honra com um tradutor russo, para acompanhar o imigrante em seus primeiros passos no solo da Terra de Israel. E lá eles se encontraram. Yitzhak Peretz sorri, oferece sua mão em cumprimento ao imigrante dizendo (com a ajuda do tradutor): “Abençoado seja ele que vem para a Terra de Israel”.

Peretz: “Estou feliz em anunciar que você é o imigrante nº 50.000 deste ano, que veio para a Terra de Israel”.

Imigrante: “Quem? Eu?”

Peretz (enquanto andava junto a ele em direção à plataforma de honra): “Sim, sim”. (A orquestra passou para “Oh minha terra, meu lar”, e Peretz chega finalmente com o imigrante na plataforma de honra, onde também estão esperando por ele o secretário geral do Ministério de Imigração, Dov Shilansky e Chaim Herzog, presidente de Israel, e todos o cumprimentam animadamente). “Qual o seu nome?”

Imigrante: Yousef Dori.

P: Você está excitado, Yousef?

I: Isso é muito excitante, estou prazerosamente surpreso.

P: De que cidade você vem, Yousef?

I: De Leningrado.

P: Há quanto tempo você vinha sonhando com a vinda para cá?

I: 23 anos.

P: E como você se sente agora?

I: Isso é como um sonho. Novamente estou pisando no chão de minha terra. Estou de volta para casa.

P: Este é seu lar, Yousef. Vou tentar facilitar sua acomodação em seu lar. Você tinha uma profissão em Leningrado?

I: Certamente. Na verdade, eu fui para Leningrado para estudar medicina na universidade de lá. Eu me especializei no tratamento do câncer de pele.

P (revirando os olhos irritado): Bom, aqui você fará algum treinamento. Diga-me, Yousef, você tem algum parente aqui na Terra de Israel?

I: Toda a minha família está aqui. Tenho parentes em Haifa e nas colinas de Golan.

P: Há quanto tempo você não os vê?

I: 23 anos.

P: E eles sabem que você estava vindo?

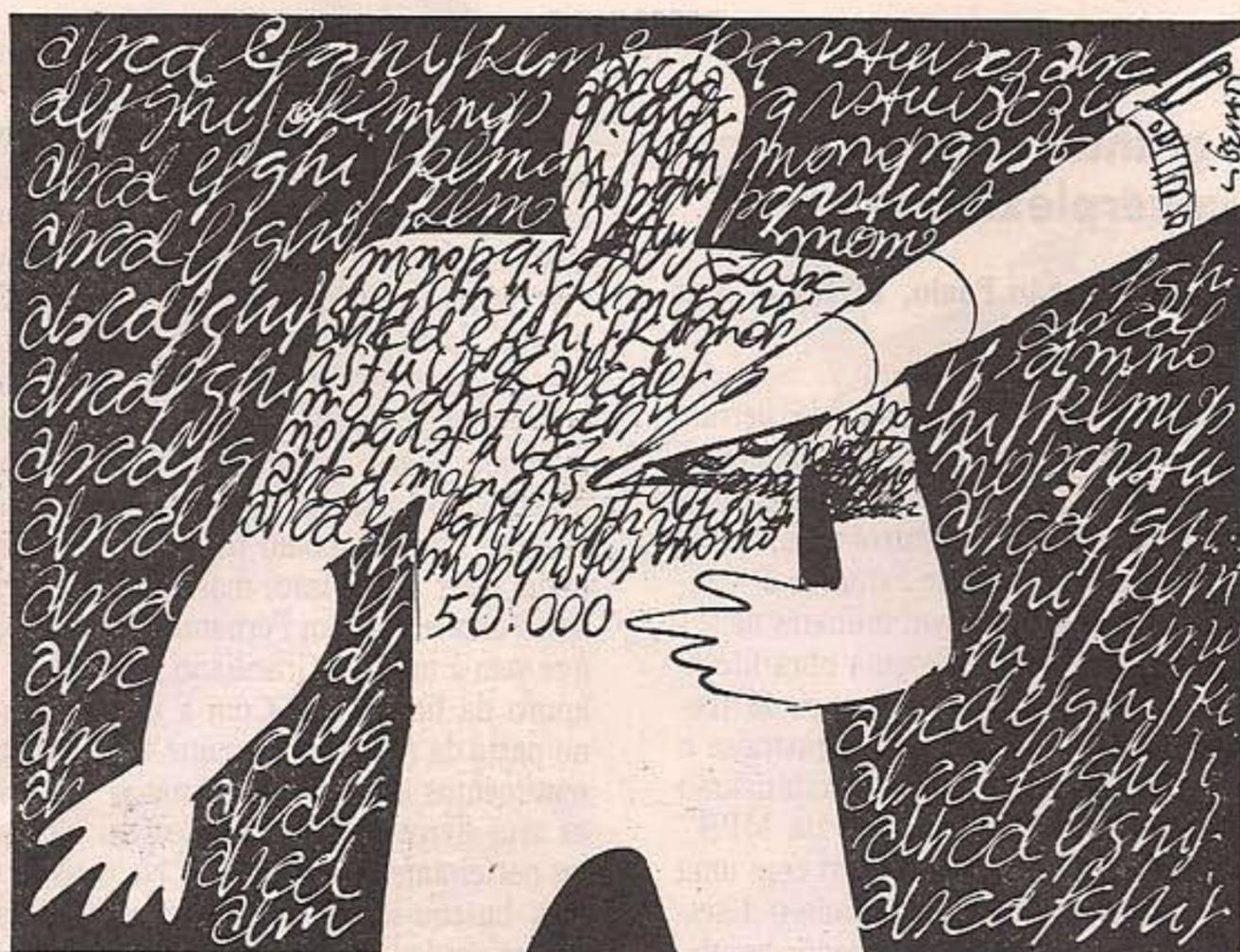
I: Eles sabiam que eu estava tentando vir, mas eu não penso que eles acreditem que eu fosse conseguir.

P: Por quê?

I: Você sabe, por causa de todos esses anos, foi difícil voltar para casa.

P: Verdade, mas tudo isso agora pertence ao passado, como você pode ver, hoje todas as portas estão completamente abertas.

I: Eu vejo, e estou muito surpreso. Eu não pensei que poderia chegar até aqui, pensei que teria que



morrer no exílio.

P: Que Deus não permita! Que Deus nos preserve! Graças a Deus, Deus está devolvendo todos os seus filhos para suas fronteiras.

I: Deus seja louvado.

P: Diga-me, Yousef, você entende um pouco de hebraico?

I: Muito pouco, o que aprendi em minha juventude, na minha aldeia.

P (dando-lhe uma pequena bandeira): Você sabe o que está escrito aqui?

I (franzindo a testa diante das letras bordadas em ouro, ele lê devagar, com um forte acento): "De... imigrante... em imigrante... nossa força... aumenta".

P: Por sua causa e por causa de seus irmãos nós estaremos em condições de transformar Israel na mais gloriosa terra do mundo.

I: Eu não entendo.

P (com a paciência de um bom avô): O que eu quero dizer é que você será parte da vida da comunidade e da sociedade de Israel até que esteja totalmente harmonizado com ela.

I (com certa suspeita): Um minuto. Eu terei direitos como todo mundo? Eu posso tomar parte nas eleições?

P: Que pergunta! Que pergunta! (rindo) Isto não é a Rússia, isto é uma democracia.

I: E toda minha família e toda minha aldeia?

P: Que aldeia? Na Rússia?

I: Não, no Golan.

P: Uma aldeia no Golan?

I: Sim, a aldeia onde nasci.

P: Você não nasceu na Rússia?

I: Não, eu disse para você. Eu fui para Lenigrado há 23 anos atrás para estudar medicina.

P: Partiu de Israel?

I: Parti da Palestina. Antes da Guerra eu viajei para a Rússia. Agora ou decidi tentar retornar, mesmo que minha família me tenha escrito dizendo que o governo de Israel nega ainda o direito de retorno. Mas eu estava muito otimista, eu vejo que eu estava certo. Fiquei muito comovido por ouvir todas essas coisas que você disse, que todas as portas estão completamente abertas, e que Deus está devolvendo todos os filhos para suas fronteiras. É bom saber que existem judeus como vocês.

P (pálido, com lábios secos): Você não é judeu?

I: Não, eu sou um palestino cristão. Yousef Dori. Eu li no Pravda sobre os vôos diretos para cá a partir de Varsóvia, e decidi que era hora de retornar para casa.

P: Volte para o avião, terrorista.

I: Mas você disse que juntos poderíamos construir um Estado maravilhoso aqui! Você disse que ou teria direitos!

P (para a assistência): Chamem a polícia. Levem-no de volta ao avião. Parem a música. Parem de fotografar. Onde está meu motorista?

NOTA

A jovem brasileira Lâmia Maruf Hasan, com 27 anos, é presa política em Israel, cumprindo pena de prisão perpétua, desde março de 1986, em Hasharon, próximo de Tel-Aviv.

O julgamento de Lâmia foi uma peça típica dos tribunais fascistas. Os juízes militares apoiaram-se em "provas secretas", cercearam o direito de defesa, chegando a cassar a palavra dos advogados. A condenação foi em instância única, sem direito a apelação. E, um ano antes de proferida a sentença, os réus tiveram sua casa dinamitada pelo Exército, como "punição acessória".

Em várias partes do país formaram-se Comitês pela Libertação de Lâmia. E agora, empreende-se uma nova campanha para exigir que ela possa o mais rápido possível retornar ao convívio de sua família.

O grande espelho da perplexidade

Estorvo. Chico Buarque, São Paulo, 1991, Cia. das Letras, 141 págs.

“Estorvo, estorvar, exturbare, distúrbio, perturbação, torvação, turva, torvelinho, turbulência, turbilhão, trovão, trouble, trápola, atropelo, tropel, torpor, estupor, estropiar, estrupício, estrovenga, estorvo”, assim é apresentado o romance *Estorvo*, de Chico Buarque. Com grande expectativa, milhares de leitores pelo país afora esperavam por uma obra literária ao mesmo nível das músicas, poesias, peças teatrais, etc., tão conhecidas do autor. Mas frustra-se o leitor que apesar de encontrar um livro muitíssimo bem escrito, onde o “mestre da palavra da MPB” funciona mais uma vez. Porém, deparamos com uma ficção com os traços da realidade permeando o desespero e a angústia de um personagem-narrador perplexo diante da vida e do mundo. Em linguagem metafórica e absurda - quase num surrealismo, irrealizado - *Estorvo* conta a vida de um homem que se acredita um verdadeiro estorvo.

O objetivo do livro, bastante ambicioso, é retratar a angústia humana. Seu primeiro grande feito foi construir um grande espelho para que os leitores pudessem ver suas vidas refletidas. Assim, pegou a cabeça de fatos cotidianos, melancólicos e sem nexos, des-cabelando-os. O resultado foi um apanhado de sensações independentes e um enredo bastante esmiuçado entre elas. As sensações vivem, entretanto. Talvez, poucos segundos na cabeça do leitor. Tudo acontece como se nada acontecesse, são *flashes* de uma vida marginal dentro da alta sociedade.

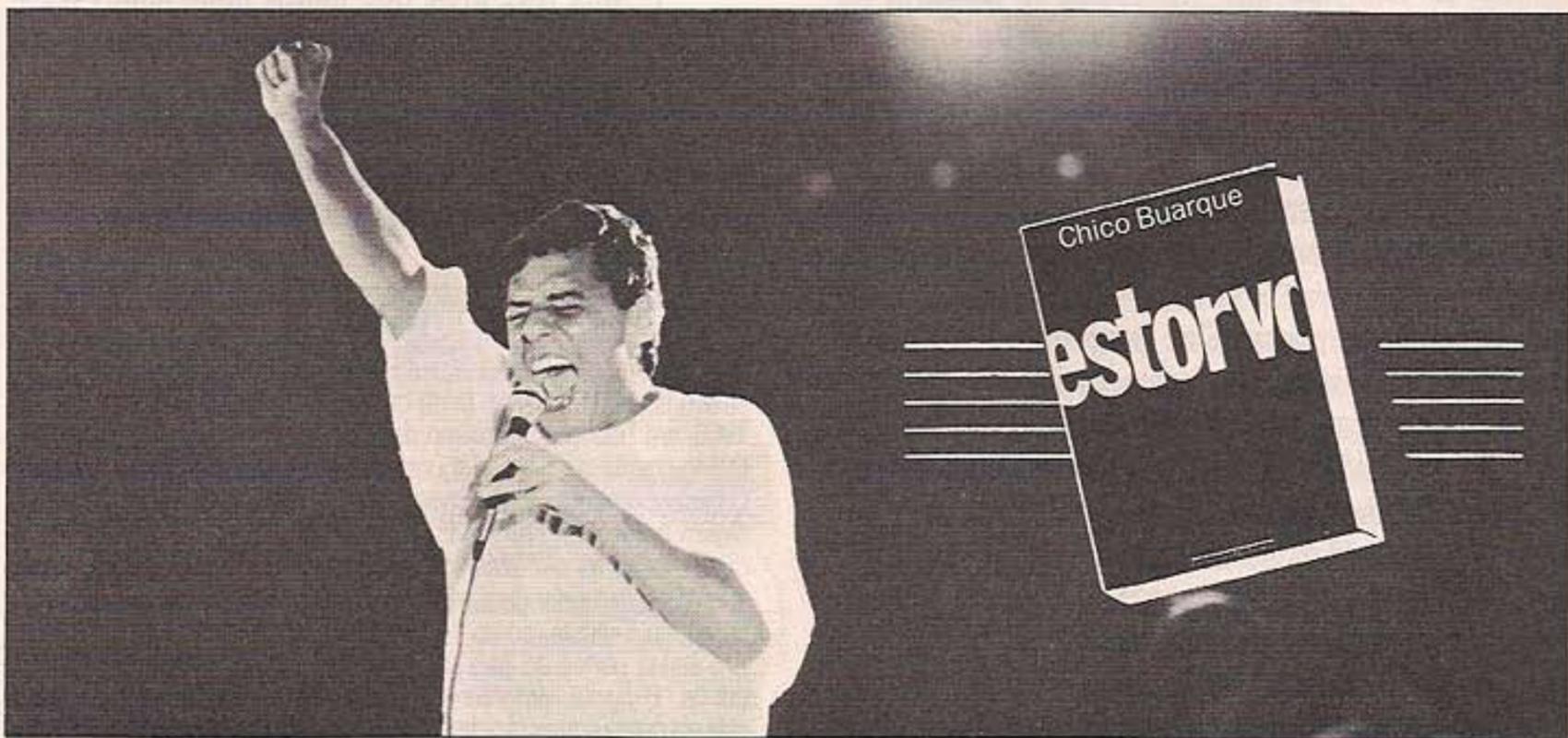
A palavra é o forte do texto. O conteúdo fica por conta do leitor, assim como a definição de toda a obra. Com uma grande preocupação universalizante, *Estorvo* perde-se na falta de universo. Ele parte

do geral para parte alguma. A narrativa delinea-se por detalhes percebidos por uma única ótica. Essa ótica, ou esse olho, funciona como uma câmera que registra os fatos sem deles participar. É a vida que diz “oi” ao seu espectador, aparentemente. Predomina o mito da neutralidade, da objetividade a qualquer preço. Parece o “Jornal Nacional” da literatura.

Nenhum personagem do livro é identificado pelo nome, como se isso não tivesse importância no mundo moderno. O personagem-narrador vê a sua imagem refletida como num espelho global que bem poderia ser a televisão, mas não é. É ele por ele mesmo. Nada a ver com Fernando Pessoa. Outro escritor que vem à mente é Graciliano Ramos que possui igual apuro da linguagem. Com a diferença que Graciliano parte da realidade bastante específica para retratar sentimentos e angústias humanas universais. Assim, os seus livros podem ser lidos em qualquer língua e ser perfeitamente entendidos. No caso de Chico Buarque, buscou-se o “internacionalismo pós-moderno” que na verdade é tudo e nada ao mesmo tempo. Também poderíamos mencionar Albert Camus e Franz Kafka, mas estes dois escritores do absurdo nunca foram perplexos e supõem caminhos para a humanidade, mesmo que absurdos. Com tempo e espaço bastante definidos, o que não ocorre em *Estorvo*.

Chico Buarque, em seu livro, constrói e destrói. Tudo que nos é apresentado é-nos tirado fora. A solidão é o seu saldo final. Acaba revelando-se como uma grande crônica de tantos detalhes cotidianos. Insinua, mas não faz. Não opina, retrata. De qualquer maneira, *Estorvo* consiste numa boa leitura, que não deve ser menosprezada, principalmente pelo peso que o autor exerce sobre os seus fãs. A editora Companhia das Letras tem, provavelmente, um *best-seller* em suas fileiras. Mas todo cuidado é pouco para não fazermos a mistura do Chico Buarque compositor-poeta com o romancista, sem mistificação.

Ana Maria Dietrich (estudante de jornalismo do IMS)
Marcos Aurélio Ruy



Ensino superior em Goiás em tempos de euforia

Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Baldino J. Maria, Goiânia, 1991, 287 págs., dissertação de mestrado em educação - UFG.

O estudo que mereceu nota máxima no julgamento, propõe-se a explicar a expansão ocorrida na década de 80, especialmente nos anos 83/87 - 90 governo Iris Resende através de inúmeras iniciativas "públicas": autarquias estaduais e fundações municipais. Para se ter uma noção quantitativa do fenômeno, até 1979 Goiás possuía 11 Instituições de Ensino Superior - IES, localizadas em 5 municípios. Já em 1990, o total se elevou para 31 IES, abrangendo 19 cidades.

Considerando a significativa produção de conhecimento neste campo de estudo, a dissertação sinaliza para algo de novo: a denúncia da municipalização enquanto uma nova face da privatização do ensino superior no Brasil numa década de crise e euforia nacional e goiana.

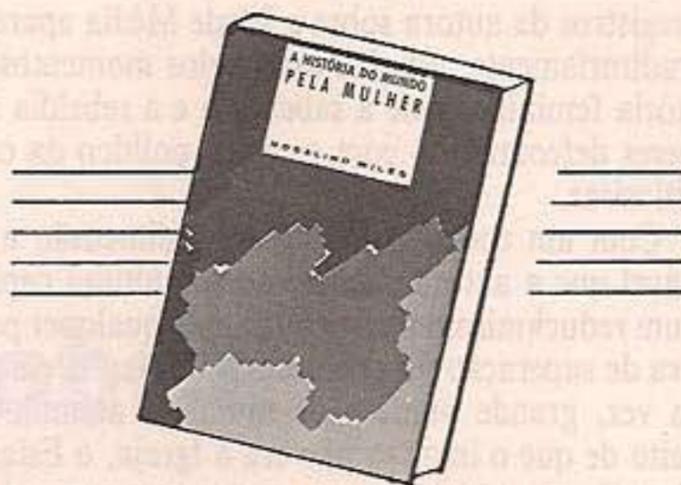
Tal fenômeno se manifestou como um verdadeiro festival de faculdades, ouvido mais pelo barulho da criação no papel do que pelos desafios enfrentados na instalação em localidades sem as mínimas condições.

O aporte teórico que orientou a investigação foi elaborado a partir das contribuições advindas de P. Bourdizu, C.B. Martins, L.A. Cunha, J.S. Baia Horta e D. Trigueiro Mendes. A problemática foi construída a partir da noção epistemológica de G. Bachelard, permitindo assim buscar as raízes explicativas para além da caricatura desordenada e/ou mero recurso eleitoral.

Ao analisar as mensagens legislativas e os discursos educacionais da época os quais constituem documentos inéditos, constatou-se não tratar de uma expansão desordenada, mas articulada à euforia, aos projetos educacionais, eleitorais e à própria prática populista que a Aliança Democrática tanto vitalizou.

Revelou ainda que o ideário desenvolvimentista, a interiorização e a fixação da juventude em sua terra natal, argumentos tão propagados, sinalizaram para a existência de um "projeto" disciplinador voltado para o controle social, ainda que mascarado pelo discurso do progresso regional, interiorização da ciência e da cultura.

Face a estas conclusões, o estudo faz um chamamento que diante das exigências colocadas pelo mundo contemporâneo, particularmente pelos desafios que o Ensino Superior Brasileiro enfrentará no decorrer da última década deste milênio, o Ensino Superior em Goiás - expandido quantitativamente deverá dar um salto de qualidade uma vez que tempos de euforia são passageiros.



A história do mundo pela mulher

Rosalind Miles, Rio de Janeiro - Casa Maria Editorial - LTC Livros Técnicos e Científicos, 1989, 342 págs.

Um não à trajetória de opressão e resistência da metade feminina do gênero humano. Assim se poderia definir o livro de Rosalind Miles, *A história do mundo pela mulher*, leitura obrigatória dos que estão dispostos a recuperar os processos históricos tal como se deram e não pela versão dos dominantes.

Impressionando pela vastidão de sua pesquisa, o livro atravessa os séculos, destroçando, de forma avassaladora, a idéia de que a mulher vive sua condição de subalternidade desde sempre.

Apesar de apoiar-se, muitas vezes, em teses ainda não de todo confirmadas pelas ciências, Rosalind resgata o enorme papel da mulher na formação do gênero humano. "A história da raça humana começa com a fêmea. A mulher carregou o cromossoma humano original, como faz até hoje; sua adaptação evolutiva garantiu a sobrevivência e o sucesso da espécie; sua tarefa de maternidade forneceu o estímulo cerebral necessário à comunicação humana e à organização social". A dimensão dessas afirmações se tornaria mais evidente se a autora resgatasse as funções de trabalho que advinham da especialização biológica, inerentes à mulher, no processo de reprodução.

Apoiando-se num número incontável de registros, o livro destaca os 25 mil anos de "status sagrado da feminilidade" expresso na magia e endeusamento das sociedades primitivas diante do então desconhecido fenômeno da reprodução. É a época da Mãe Deusa, dos primeiros santuários, das cerimônias, das estátuas e tantos outros registros.

Recuperando, mesmo que de forma passageira, as contribuições históricas do marxismo, nas citações de Engels, a autora interpreta a perda de status da mulher numa mistura da visão idealista de uma hipotética vingança do Falo com aspectos histórico-sociais. Relaciona o surgimento da chamada sociedade falocrata com as transformações ocorridas na luta pela sobrevivência da raça humana.

Nos registros da autora sobre a Idade Média aparece, contraditoriamente, um dos mais belos momentos da trajetória feminina onde a sabedoria e a rebeldia das mulheres defrontam-se com o terror político da caça às feitiças.

Com um trabalho de tamanha dimensão é lamentável que a autora chegue, no seu último capítulo, a um reducionismo sexista que anula qualquer perspectiva de superação do problema. Diz ela: "Pela primeira vez, grande número de mulheres assimilou o conceito de que o inimigo não era a Igreja, o Estado, a Lei, o Governo, 'eles' - mas o agente representante de todos esses, o homem em suas camas - 'ele'".

O livro de Rosalind é uma apaixonante comprovação de que a história foi feita também, corajosa e dolorosamente, pelas mulheres.

Jô Moraes

Genoino descobre o capitalismo utópico

Repensando o socialismo, J.G. Neto, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1991, 63 págs.

O deputado José Genoino Neto, líder do PT na Câmara Federal, lançou em livro a entrevista que acertou com a *Folha de S. Paulo*, publicada em 13 de março de 1991. Quase a metade de suas páginas são ocupadas pelo prefácio escrito pelo vice-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, também do PT, e por uma breve apresentação feita pelo entrevistador, jornalista Mauro Lopes.

São muitos os assuntos tratados. Vamos ao que dá título ao livro: o socialismo. Genoino diz que se criou "politicamente na ortodoxia. Hoje me encontro em ruptura com ela. (...) Durante anos me filiei à idéia comunista, exatamente por considerá-la uma visão monolítica, absolutista de uma sociedade em conflito. Hoje, não mais."

Deixou de ser comunista, mas se reafirma socialista. E no seu socialismo, "o lucro irá integrar a atividade econômica". E mais: "Eu defendo que o lucro não tenha a primazia e que a atividade econômica tenha por objetivo não a acumulação privada de capitais, mas a satisfação crescente das necessidades e desejos humanos."

Depois de se livrar da possibilidade de uma sociedade sem lucro (portanto, sem capital), rejeita também "aquela visão tradicional de que a violência é a parteira da história". Em seu ideário, que não tem "uma filiação doutrinária única", Genoino rompe com o pensamento de que "o conceito de luta de classe é chave para a compreensão de toda a história da humanidade", embora ainda se valha do conceito de



classe social "para a compreensão da sociedade moderna".

Em seus vãos para repensar o socialismo, vê com simpatia o Partido Democrático de Esquerda, "anterior Partido Comunista Italiano" (aquele, do eurocomunismo), que estaria empenhado "num movimento de renovação".

Não cabe no espaço de uma pequena resenha o debate mais aprofundado das concepções do deputado. No entanto, salta aos olhos que Genoino busca se livrar de seu passado "radical". Ele mesmo confessa que sua visão anterior era "monolítica, absolutista". Considera-a marxista. E rompe com esse marxismo mal assimilado que abraçava - dizendo, é claro, que isso era o marxismo "ortodoxo", comunista.

Assim como Genoino não conseguiu assimilar o marxismo, a ciência dialética da natureza e da sociedade, e sim uma deturpação "absolutista", não penetrou também na essência do que seja sociedade, classe, luta de classe, ou mesmo o lucro.

Passa a defender, então, a harmonia entre classes antagônicas, "regulada" pelo Estado (que vai garantir que o lucro vise "a satisfação crescente das necessidades e desejos humanos"). E, na busca dessa sociedade "solidária" (é como ele a chama), acaba por negar a própria prática, o próprio desenvolvimento histórico concreto do capitalismo, que surgiu justamente defendendo o lucro como forma de superação dos desequilíbrios sociais e econômicos. Pela sua própria lógica interna, essa sociedade acabou desaguardando nos monopólios econômicos, nas desigualdades crescentes, nas guerras, nas revoluções e contra-revoluções. Só Genoino não viu.

No seu "repensar" o socialismo, Genoino acabou por negar a possibilidade científica de analisar a realidade social, e a perspectiva de superação do atual estado de coisas - o socialismo científico.

E o mais trágico: desbancou no capitalismo utópico... Fica no ar a pergunta feita por um poeta alemão, que provavelmente Genoino considerará ortodoxa: a quem servem essas idéias?

Carlos Pompe

PROMOÇÃO DA EDITORA ANITA GARIBALDI

(validade: novembro-dezembro)

Publicações	Cr\$
1 - <i>Rio Maria - A Terra da Morte Anunciada</i> (Moacyr de Oliveira Filho), 128 pág.	2.300,
2 - <i>Marx e os Sindicatos</i> (D. Losovski), 216 pág.	2.000,
3 - <i>Manifesto do Partido Comunista</i> (Marx e Engels), 72 pág.	1.200,
4 - <i>Socialismo, Ideal da Classe Operária</i> (J. Amazonas), 120 pág.	1.200,
5 - <i>Em Defesa do Socialismo Científico</i> (Stálin), 172 pág.	1.800,
6 - <i>Problemas Econômicos do Socialismo na URSS</i> (Stálin), 100 pág.	1.100,
7 - <i>Estratégia e Tática</i> (Lênin, Stálin, Dimitrov e J. Amazonas), 172 pág.	1.800,
8 - <i>30 Anos de Confronto Ideológico</i> (coletânea de textos), 300 pág.	2.000,
9 - <i>Às Portas de Moscou</i> (Alexander Bek), 300 pág.	1.900,
10 - <i>A Política Revolucionária do PCdoB</i> (documentos), 244 pág.	1.000,
11 - <i>Reportagem sob a Força</i> (Julius Fucik), 120 pág.	2.200,
12 - <i>Araguaia</i> (Glênio Sá) - revista 21x28 - 52 pág.	1.300,
13 - <i>Revista Princípios</i> (disponíveis edições n.º 4, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22), cada ...	1.000,

Faça seu pedido hoje mesmo! Envie vale postal ou cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar - CEP 01320 - Telefone (011) 278-3220 - São Paulo - SP

PRINCÍPIOS

COMBATA A INFLAÇÃO! ASSINE PRINCÍPIOS. A *Revista Princípios* não teme debater a crise que o socialismo enfrenta. Resgata suas virtudes e critica os erros e insuficiências, na certeza de retomar a construção de um mundo com o proletariado à frente. Reforce esta idéia. Assine *Princípios* e recomende aos amigos!

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

Assinatura anual (4 edições) a partir do n.º Cr\$ 10.000,

Assinatura bianual (8 edições) a partir do n.º Cr\$ 22.000,

Mande cheque nominal ou vale postal para Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar - CEP 01320 - São Paulo.

ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA

ROMANCE XIX OU DOS MAUS PRESSÁGIOS

ACABOU-SE AQUELE TEMPO
DO CONTRATADOR FERNANDES,
ONDE ESTAIS, CHICA DA SILVA,
CRAVEJADA DE BRILHANTES?
NÃO TINHA SANTA IFIGÊNIA,
PEDRAS TÃO BEM LAPIDADAS,
POR LAPIDÁRIOS DE FLANDRES...

SOBRE O TEMPO VEM MAIS TEMPO.
MANDAM SEMPRE OS QUE SÃO
GRANDES:
E É GRANDEZA DE MINISTROS
ROUBAR HOJE COMO DANTES.
VÃO-SE AS MINAS NOS NAVIOS...
PELA TERRA DESPOJADA,
FICAM LÁGRIMAS E SANGUE.

AI, QUEM SE OPUSERA AO TEMPO,
SE HOUVESSE FORÇA BASTANTE
PARA IMPEDIR A DÉSGRAÇA
QUE AUMENTA DE INSTANTE A
INSTANTE!
TRISTES DONZELAS SEM DOTE
CHORAM NOIVOS IMPOSSÍVEIS,
EM SONHOS FORA DO ALCANCE.

MAS É DIREÇÃO DO TEMPO...
E A VIDA, EM SEVEROS LANCES,
EMPOBRECE A QUEM TRABALHA
E ENRIQUECE OS ARROGANTES
FIDALGOS E FLIBUSTEIROS
QUE REINAM MAIS QUE A RAINHA
POR ESTAS MINAS DISTANTES!

